



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



EVELYN YAMASHITA BIASI

**PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO
AGENTE DE ESCOLTA E
VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA:
RECORTE DISCURSIVO DO TRABALHO NAS
MURALHAS**

**TRÊS LAGOAS – MS
2016**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



EVELYN YAMASHITA BIASI

**PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO
AGENTE DE ESCOLTA E
VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA:
RECORTE DISCURSIVO DO TRABALHO NAS
MURALHAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

**TRÊS LAGOAS – MS
MARÇO/2016**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



EVELYN YAMASHITA BIASI

**PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA
PENITENCIÁRIA: RECORTE DISCURSIVO DO TRABALHO NAS
MURALHAS**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, pela seguinte banca examinadora:

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Professora Dr^a. Luciene Jung de Campos
(Universidade de Caxias do Sul)

Professora Dr^a. Claudete Cameschi de Souza
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Àqueles que me fazem continuar: meus
sobrinhos Tiaguinho e Jazmin.

AGRADECIMENTOS

Acredito que o reconhecimento configura-se como elemento significativo para a estruturação psíquica, pois por meio do reconhecimento (que só pode ser do outro) o Eu entra em contato com o Real e subjetiva-se. Além disso, o reconhecimento configura-se como elemento mediador da saúde psíquica porque preserva a relação de apoio entre os sujeitos.

Neste espaço estou sendo agraciada por ter a oportunidade de prestar minha gratidão às pessoas que fizeram e fazem parte de minha história e reconhecer a presença do outro como estruturante da minha subjetividade. Não gostaria de correr o risco de deixar alguém fora desses agradecimentos, mas como sou atravessada pelo equívoco, talvez, isso seja inevitável, o que me cabe então é pedir desculpas àqueles que aqui não tiverem sido citados...

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, por ter me incluído em seu rol de orientandos, por todo conhecimento compartilhado e, sobretudo, pelo olhar afetuoso ao seu trabalho e a seus alunos.

À Secretaria de Administração Penitenciária, presentificada nas figuras do Secretário Lourival Gomes, coordenadores regionais e diretores das Unidades Penitenciárias, pela autorização da pesquisa e pela hospitalidade no momento da coleta de dados.

Aos trabalhadores que contribuíram para esta pesquisa com suas maravilhosas histórias, seus olhares perspicazes, suas expressões particulares e seus sentimentos aflorados por meio de seus dizeres. Sou eternamente grata por este presente que vós têm me dado...

Às professoras Luciene Jung de Campos e Claudete Cameschi de Souza pela disponibilidade de participar do Exame de Qualificação e da Defesa desta dissertação e, em especial, pelas valiosas contribuições que foram dadas, as quais possibilitaram o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMS, campus de Três Lagoas. Em especial, aos professores pelos conhecimentos compartilhados e aos demais funcionários do Programa de Mestrado e Doutorado em Letras por toda solicitude.

Aos meus chefes e superiores que, por muitas vezes, flexibilizaram meu horário de trabalho para que eu pudesse cursar o Mestrado, participar de Seminários, Congressos e tantas outras atividades requeridas...

Aos amigos que encontrei no decorrer desses quase dois anos de estudos, pelas trocas de conhecimentos, risadas e sofrimentos. Que cada um consiga alcançar patamares cada vez mais elevados de conhecimento e existência. E com muito carinho, agradeço minhas amigas Élide e Jaqueline pelos múltiplos apoios...

A dois grandes amigos inspiradores, Cassiano e Priscila, os quais não cessam de contribuírem para minha formação identitária. Sem a figura deles em minha vida esta escrita jamais existiria...

Aos meus amigos particulares que mesmo sem compreenderem a temática da minha pesquisa não pouparam ouvidos, palpites e boas conversas que ajudaram a amenizar as angústias dessa trajetória. Estes foram e são inúmeros, porém quero frisar meus agradecimentos ao André, Gra, Jorge e Laila que estão comigo “desde o início até o fim”.

À minha psicóloga, por sua disponibilidade psíquica para compreender meus conflitos e ajudar-me a lidar com eles...

Por último e com estimado valor, à minha família, quando refiro-me à ela trago a imagem de meus irmãos Junior e Tiago, minha mãe e meu pai, pois a partir dessa relação primordial tive a base para desenvolver e encarar as demais relações da minha vida. Especialmente, agradeço ao meu pai por ter me educado com extremo cuidado e afeto, e por sempre acreditar nas minhas potencialidades.

[...] a ação não tem visibilidade imediata, ela conserva sempre um lado abstrato. A ação refletida e deliberada, a *práxis*, só é visível quando passa por um processo de mediação. Não se pode julgar a ação sem a narrativa do agente, ou dos agentes. Dessa forma, a ação está irremediavelmente ligada a atos de linguagem (DEJOURS, 2011, p. 289-290).

BIASI, Evelyn Yamashita. **Processos Identitários do Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária: recorte discursivo do trabalho nas muralhas**. Três Lagoas, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016. 115f. (Dissertação de Mestrado).

Este trabalho tem por objetivo analisar os processos identitários do Agente de Escolta e Vigilância Penitenciário (AEVP) do Estado de São Paulo. Partimos do pressuposto de que o trabalhador do sistema penitenciário ocupa um papel de poder na configuração social decorrente do exercício de sua função disciplinarizadora enquanto agente mantenedor da ordem carcerária e social, e temos como hipótese de pesquisa que os riscos vivenciados pelo trabalhador e a características do trabalho invisível contribuam para a exclusão desse sujeito. De acordo com Dejours (2011), o trabalho possibilita a construção da identidade e a geração de saúde mental a partir do reconhecimento do outro, assim como pode ser fonte de descompensação psíquica e somática do sujeito por meio da exclusão do sujeito ao coletivo. Diante desses questionamentos, três objetivos específicos foram propostos: a) investigar como os riscos pessoais influenciam na formação dos processos identitários do trabalhador de muralha; b) discutir como as formas de reconhecimento e o sentido atribuído ao trabalho influenciam na constituição da subjetividade e; c) descrever as relações imaginárias e de saber-poder presentes nas relações do trabalho de muralha do sistema penitenciário. A base teórica está fundamentada na Análise do Discurso de linha francesa que compreende o discurso como lugar onde se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo o sujeito do inconsciente como ser clivado, incompleto e inconsciente (PÊCHEUX, 1969, 1991, 1999, 2012). Para tanto, ancoramo-nos nas ideias de posição-sujeito de Orlandi (2015) e nas noções de formações imaginárias e ideológicas (PÊCHEUX, 1990). Considerando o caráter transdisciplinar da AD, utilizamos como base para a investigação das relações e construção da identidade no/pelo trabalho a teoria psicodinâmica de Dejours (1992, 1999, 2011). O corpus foi constituído por meio de 17 sequências discursivas recortadas de entrevistas semi direcionadas com oito profissionais que atuam na função em diversas localidades do Estado de São Paulo. A escolha dos recortes se deu a partir do método foucaultiano arqueogenealógico (FOUCAULT, 1969, 1996, 2010), pautado nas regularidades e dispersões do discurso. Este estudo foi estruturado a partir de três capítulos: no primeiro tecemos o fio teórico condutor da pesquisa a partir das noções de formação imaginária, ideológica, discursiva e do interdiscurso trouxemos a concepção de sujeito a partir do viés discursivo e das teorias do trabalho; no segundo historicizamos a posição de sujeito-trabalhador de muralha e as concepções históricas sobre o trabalho, bem como as condições de produção e metodológicas do estudo; no último realizamos as análises e as problematizações sobre a relação dos sujeitos com o trabalho e destacamos as formações imaginárias decorrentes desta relação. Os resultados indicam que as situações de risco são permeadas por contradições que envolvem a representação de vulnerabilidade do trabalhador frente ao poder do interno e a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho criativo. Outra contradição que se instala envolve a (in)visibilidade do trabalhador: por um lado, o sujeito acredita que quanto maior sua invisibilidade maior é a eficácia do trabalho; de outro lado, o sujeito vivencia o sofrimento por não desenvolver uma função socialmente valorizada. O sentido atribuído ao trabalho aparece atrelado ao esvaziamento a partir da não-produção de aspectos materiais em contrapartida ao preenchimento de sentido enquanto função mantenedora da ordem carcerária. Ainda, a relação de saber-poder oscila entre o agente de muralha, o interno e o Estado, visto que ora um e ora outro detém o poder dentro do espaço penitenciário.

Palavras-chaves: Discurso. Identidade. Trabalho. Vigilância. Muralha.

BIASI, Evelyn Yamashita. **Identity process in guard and surveillance agents: discursive view of the work in prison walls**. Três Lagoas, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016. 115 pages. (Dissertação de Mestrado).

This paper aims to analyze the identity process of the convoy prison guard in São Paulo. We began assuming that the prison system worker has a power role in the society that comes from his disciplinary job as a social and prison peace keeper, and we have a research hypothesis based on the risks of the jobs and the invisible characteristic of the job contributing to the exclusion of this person. We can specific objectives: a) investigate the personal risks that influence the identity of the worker; b) discuss how the acknowledge ways and the sense attributed to the job influence subjective creation; c) describe imaginary relation and know-can relations present in the work relations of the worker. The theory basis is built on the speech analysis of the French line that the speech has as a place to look where one can observe the relation between the ideological line, comprehending the subject as incomplete and unconscious being (PÊCHEUX, 1969, 1991, 1999, 2012). In order to do so, we strongly base our ideas in Orlandi subject position (2015) and in the ideological and imaginary formation notions (PÊCHEUX, 1990). Considering the transdisciplinary character of AD, we used as a basis for our identity construction and relations investigation the psychodynamic theory of Dejours (1992, 1999, 2011). The corpus was built through 17 discursive sequences from semi direct interview with eight professionals that work in different places throughout São Paulo. The cut choices were made based on Foucault archeogenealogical method (FOUCAULT, 1969, 1996, 2010), based on speech regularities and differences. The results indicate that the risky situations are surrounded by contradictions that involve the vulnerability representations of the worker facing the prisoner power and the possibility of developing a creative job. The sense given to the job comes together with the emptiness from the non production of material aspects in contrast with the fulfillment of the sense as a prison agent who keeps the prison in order. This paper was structured in three chapters: on the first one we create the theory line that conducted our research through imaginary, ideological and discursive formation and from the inter speech we brought the subject concept from discursive bias and work theories; on the second chapter we create the history of the subject-worker position and the historical concepts of the job, as well as create condition and methodologies for the study; on the last chapter we analyze the problems with the subject relation with the job and we highlight the imaginary formations from this relation. Finally, in closing remarks reflect on the effects of meaning arising from the analysis.

Key words: Speech, Identity, Job, Surveillance, Prison Walls.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I CONTRIBUIÇÕES E FILIAÇÕES TEÓRICAS	20
1.1 Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: (Per)cursos, avanços e conceitos	21
1.2 Identidade e Trabalho	31
II AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO	39
2.1 O sujeito-trabalhador de muralha	40
2.2 O olhar sobre o trabalho na constituição das subjetividades	42
2.3 Dos procedimentos teórico-metodológicos	45
2.3.1 A construção do corpus de pesquisa	51
III O TRABALHO NAS “MURALHAS”: ENTRE AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE	55
3.1 Análise discursiva do risco no trabalho	56
3.1.1 Trabalho de vigiar e ser vigiado: o duplo registro do panóptico	56
3.1.2 A denegação frente ao risco do trabalho	59
3.1.3 O risco como criatividade no trabalho	63
3.2 Formações imaginárias sobre o reconhecimento no trabalho	65
3.2.1 Entre a (in)visibilidade e a exclusão	66
3.2.2 A relação com o interno	71
3.3 Formações imaginárias sobre o sentido do trabalho	73
3.1.1 Significado e sentido no trabalho	75
3.3.2 O trabalho inativo na manutenção da ordem	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
MEMORIAL DESCRITIVO	93

Anexos

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da SAP	nº. 1
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS	nº. 2
Roteiro de entrevista	nº. 3
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Conselho Nacional de Saúde)	nº. 4
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (SAP)	nº. 5

INTRODUÇÃO

O poder disciplinar [...] se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos [...]. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar. (FOUCAULT, 2010, p.179).

Esta dissertação intitulada: Processos Identitários do Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária: recorte discursivo do trabalho nas muralhas¹ surgiu a partir das inquietações sobre como o trabalho penitenciário contribui para as formas de exclusão dos sujeitos-trabalhadores, bem como pelo desejo de compreender como se constitui a subjetividade desses sujeitos por meio do trabalho. Partimos do pressuposto de que o trabalhador do sistema penitenciário ocupa um papel de poder na configuração social decorrente do desenvolvimento de sua função disciplinarizadora enquanto agente mantenedor da ordem carcerária e social, e temos como hipótese de pesquisa que os riscos vivenciados pelo trabalhador e as características do trabalho invisível contribuam para a exclusão desse sujeito.

Ao trazer o trabalhador do sistema prisional como sujeito da pesquisa, a distinção de duas funções disciplinarizadoras importantes foram consideradas: a de agente de segurança penitenciária (ASP) que se refere ao trabalhador que desenvolve suas atividades no contato direto com os internos, conhecido como carcereiro; e a de agente de escolta e vigilância penitenciária (AEVP) que mantém o contato distanciado dos internos a partir do espaço físico de ocupação de sua função – a muralha e a torre penitenciária – encarregado da vigilância dos internos.

Por meio desses olhares e inquietações foi possível traçar os objetivos da pesquisa que se constituem por: a) investigar como os riscos pessoais influenciam na formação dos processos identitários do trabalhador de muralha; b) discutir como as formas de reconhecimento e os sentidos atribuídos ao trabalho influenciam a constituição da subjetividade e; c) descrever as formações imaginárias e de saber-poder presentes nas relações do trabalho de muralha do sistema penitenciário.

Apontamos como perguntas de pesquisa as seguintes questões: “Como os riscos inerentes a esse trabalho e as formas de invisibilidade contrapõem o lugar de poder

¹ Esta pesquisa integra o “Grupo Sul-Mato-Grossense de Estudos da Linguagem, Discurso e Identidade de Crianças/adolescentes e adultos em situação de exclusão - Rede Latinoamericana (REDLAD)”, coordenado pela Profa. Dra. Celina Nascimento.

ocupado pelo trabalhador de ‘muralha’?”; “Quais as formações imaginárias do trabalhador frente ao ideário social que envolve a execução de seu trabalho?”; “Como as relações de saber-poder interferem na constituição da identidade do trabalhador?”; “Quais as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no cotidiano de trabalho?”. A partir de tais questionamentos foi possível realizar um roteiro de pesquisa² para a coleta das informações desejadas que envolveu perguntas sobre o cotidiano laboral e as representações dos sujeitos pesquisados frente ao desenvolvimento do trabalho.

O corpus dessa pesquisa é constituído por dezessete sequências discursivas recortadas de oito entrevistas com agentes de escolta e vigilância penitenciária do Estado de São Paulo, realizadas a partir de um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram realizadas em sete Unidades Penitenciárias localizadas em regiões distintas do Estado, as quais não serão divulgadas a fim de resguardar o sigilo dos sujeitos-participantes da pesquisa. A princípio, o objetivo era realizar as entrevistas em oito Unidades diferentes. No entanto, devido à dificuldade de locomoção para uma das Unidades foi necessário realizar duas entrevistas numa delas, conforme descrito no subitem 2.3.1, do capítulo II desta dissertação às páginas 52-3.

A escolha pelo uso das entrevistas ocorreu em função da necessidade de construir um corpus que atendesse às perguntas de pesquisa e os objetivos estabelecidos. Por meio desse recurso metodológico foi possível vivenciar a situação enunciativa de produção dos dizeres que fora permeada por gestos e emoções para além das materialidades lingüísticas. Além disso, por meio das entrevistas foi possível criar um espaço enunciativo (ROCHA; DAHER; SANT’ANA, 2004) único sobre o relato dos sujeitos-trabalhadores que delineou o material de pesquisa. Para Dejours (2011, p. 290): “A linguagem da atividade é decisiva [...] pois permite o acesso direto à realidade do trabalho”. Após a coleta das informações, a escolha dos recortes foi pautada no método foucaultiano que teve como objetivo buscar regularidades e dispersões nos discursos dos trabalhadores que pudessem servir à problematização sobre a construção identitária do agente de muralha.

Sobre o Estado da Arte, realizamos o levantamento de produções científicas na grande área das ciências humanas sobre o trabalho penitenciário e sua influência na saúde do trabalhador. Encontramos publicações nas áreas de Saúde Pública (VASCONCELOS, 2000), Serviço Social (LEÃO, 2003), Ciências Sociais (CORREIA,

² O roteiro de pesquisa encontra-se no anexo 3.

2006) e Psicologia (FERNANDES, et al., 2002; LOPES, 2002; LOURENÇO, 2010; RUMIN, 2011). Seguindo a ordem cronológica de produções acadêmicas, tratamos de alguns dos estudos encontrados.

Vasconcelos (2000), em *“A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro”*, focalizou a categoria de Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs), do estado do Rio de Janeiro, com o intuito de analisar a problemática de saúde desses trabalhadores. Por meio de uma pesquisa de cunho qualitativo com entrevistas semi-dirigidas a 12 agentes, buscou-se conhecer o trabalho realizado e os principais agravos sofridos em decorrência da atividade. Os pressupostos teóricos basearam na teoria foucaultiana e adorniana sobre o funcionamento das prisões e na teoria dejouriana sobre a psicodinâmica do trabalho. Entre os resultados apontados, encontra-se o fenômeno da violência como agravante à saúde e a carência de uma política de formação profissional e de mecanismos que assegurem um acompanhamento na realização das tarefas, bem como a carência de serviços de atenção à saúde que sejam capazes de prevenir ou diminuir o sofrimento desses trabalhadores.

Correia (2006), em *“Uma análise dos fatores de risco da profissão de agente penitenciário: contribuições para uma política de segurança e saúde na gestão penitenciária”*, realizou a análise de 27 agentes do setor de Serviço de Segurança e Disciplina da Penitenciária Estadual de Londrina, tendo como objetivo conhecer os reflexos do exercício profissional do agente penitenciário nas suas dimensões psicossociais, com base na análise do cotidiano de trabalho, bem como contribuir para que o Estado desenvolva uma política de segurança e saúde para esses trabalhadores. A partir da teoria sobre segurança e medicina no trabalho analisaram-se as doenças ocupacionais de trabalhadores que lidam com pessoas e do trabalhador penitenciário, chegou-se à conclusão de que há uma precarização de um quadro de segurança e saúde do trabalhador em que o Ministério do Trabalho não reconhece as doenças acometidas por esses trabalhadores. Entre os alcances da pesquisa, o autor propõe um quadro de possibilidades de políticas de segurança e medicina do trabalho para o desempenho do trabalho penitenciário.

No trabalho de Lourenço (2010), *“O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários”*, sobre a psicologia dos agentes de segurança penitenciária (ASPs), encontramos uma breve caracterização da função de agente de escolta e vigilância penitenciária (AEVP) marcando a distinção entre essas duas funções no sistema penitenciário. O objetivo é o estudo sobre as

características psíquicas dos ASPs enquanto grupo profissional no exercício de uma função no interior do cárcere e, por isso, não aborda o estudo dos AEVPs. Entre as abordagens utilizadas destaca-se a análise das características psíquicas dos trabalhadores realizada por meio da teoria de campos de Lewin (1965) com interface entre os autores da psicologia social (GOFFMAN, 2008) e do trabalho (CODO, 2006; DEJOURS, 1992; 1999; SATO, 1995) e com a medicina do trabalho (SELLIGMAN-SILVA, 1994). Os resultados encontrados apontam acometimentos ligados ao transtorno de humor e neuróticos, abuso de substâncias psicoativas, desordens ansiogênicas, frustração profissional, alta intensificação das tarefas, problemas no relacionamento conjugal e suicídio. O autor propõe a crítica ao modelo prisional, levando em conta que aqueles que entram no sistema penitenciário, sejam internos ou trabalhadores, de alguma forma são afetados por seu funcionamento.

Encontramos no artigo de Rumin et. al. (2011), intitulado “*O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões*”, a caracterização das condições de trabalho dos agentes de segurança penitenciária (ASPs), analisada a partir da realização de 30 entrevistas semidirigidas com agentes de segurança penitenciários (ASPs) de uma unidade prisional de regime fechado do Estado de São Paulo. O embasamento teórico compreende a psicologia social e do trabalho. Nesse estudo, o discurso dos agentes apontou algumas situações ansiogênicas como o risco constante de exposição à violência, temor em relação à segurança de seus familiares, a exposição a doenças ocupacionais físicas e mentais, sensação de enclausuramento, representação social pejorativa desse trabalho pela comunidade. Os dados dessa pesquisa serviram como base para a construção de um espaço para o acolhimento do sofrimento psíquico que se iniciou a partir da prática de estágio em Psicologia do Trabalho.

Nessas publicações observamos que os estudos sobre trabalho no sistema penitenciário estavam relacionados à categoria de agentes de segurança penitenciária, ou seja, a função de carcereiro. Sendo assim, considerando a escassez de pesquisas que tratam dos agentes de escolta e vigilância penitenciária, quando comparadas às pesquisas em ciências humanas que se relacionam direta ou indiretamente aos processos de identidade dos agentes de segurança penitenciária, propomos a investigação da formação identitária dos AEVPs, os quais ainda mantinham o discurso silenciado frente às situações de trabalho.

A nomenclatura “Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária” (AEVP), foi estabelecida no Estado de São Paulo por meio da Lei Complementar nº 898, de 13 de

julho de 2001, que “Institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e dá providências correlatas”. De acordo com o Artigo 1º desta lei, a função do AEVP consiste no “desempenho de atividades de escolta e custódia de presos, em movimentações externas, e a guarda das unidades prisionais, visando evitar fuga ou arrebatamento de presos”.

Nos incisos 1, 2 e 3 do mesmo artigo, estão prescritas as atribuições referentes à escolta que envolvem as ações de vigilância do preso, dentro ou fora do estabelecimento prisional; enquanto as atribuições de guarda envolvem as ações de vigilância da unidade prisional nas muralhas e guaritas que compõem suas edificações. No desenvolvimento de ambas as funções fica autorizado aos trabalhadores o porte de arma de fogo.

O olhar para a (in)visibilidade, isto é, para o poder disciplinar exercido pela invisibilidade do agente, nos faz crer que o reconhecimento nesse tipo de trabalho torna-se prejudicado. Considerando, pois, que o olhar do outro é o que torna possível os processos de subjetivação, nesse caso o que temos é o (des)investimento simbólico do indivíduo e conseqüente apagamento de sua subjetividade. Em outras palavras, o processo de exclusão se manifestaria da seguinte maneira: sem visibilidade não haveria reconhecimento; sem reconhecimento não haveria subjetivação; sem a possibilidade desta haveria, então, o apagamento do sujeito, tornando-o preterido socialmente e a si mesmo.

Noutro viés, o olhar para as situações de riscos vivenciadas pelos sujeitos nos locais de trabalho nos trouxe o desejo de compreender como as características e a relação de trabalho no sistema penitenciário, nesse caso específico o trabalho de vigilância nas muralhas, contribuíram para a formação de sua identidade enquanto sujeitos-trabalhadores, uma vez que na posição de risco o sujeito estaria à margem da escolha de sua própria governabilidade.

O (per)curso analítico iniciou-se com a leitura dos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, entre os quais destacamos o pensamento do filósofo Michel Pêcheux, idealizador e fundador da AD francesa, construindo-a por meio do enlace teórico entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, considerando que o discurso carrega elementos da materialidade linguística que estão atrelados tanto ao contexto histórico-social quanto aos desejos do Outro (inconsciente). Para Pêcheux (1975), os discursos carregam elementos da História, ou seja, de um pré-construído que foi pensado antes e independente do sujeito e, por isso, devem ser considerados a partir

da perspectiva do interdiscurso, de um já-dito que é exterior/anterior ao desejo do sujeito e, portanto, o torna assujeitado.

Pêcheux (1975) apóia-se na teoria freudiana e propõe a existência de dois esquecimentos que são inerentes ao discurso e que amparam sua produção. O primeiro esquecimento seria de ordem ideológica e inconsciente e faz o sujeito acreditar que aquilo que é dito terá o efeito de sentido que ele deseja, ou seja, que a sua interpretação sobre as coisas será compreendida da mesma forma que ele compreende o mundo. O segundo seria de ordem do pré-consciente e faz o sujeito acreditar que é dono inteiramente de seu dizer, esquecendo-se das contribuições interdiscursivas. Por outro lado, a posição ocupada pelo sujeito do discurso e o contexto sócio-histórico e ideológico permite a possibilidade de efeitos de sentidos distintos no discurso.

Outro pensamento importante que ancora as bases teóricas da AD francesa remete às problematizações produzidas pelo filósofo e historiador Michel Foucault acerca das relações de poder e da positividade do saber enquanto formas produtoras de subjetividades. De acordo com Foucault (2014) as relações de poder possibilitam que certos discursos são possíveis de serem proliferados em uma determinada época, excluindo outros. Assim, a produção do discurso se dá por meio das formas de controle que organizam, selecionam e redistribuem os discursos.

A partir dos estudos sobre a arqueologia do saber (FOUCAULT, 1986) e da genealogia do poder (FOUCAULT, 1979), o filósofo propõe o método arqueogenealógico de investigação e análise do discurso que consiste na escavação do arquivo a fim de analisar as positivities, as regularidades e a irrupção do acontecimento que torna possíveis certos discursos e a problematização dos dispositivos do poder nas sociedades disciplinares e das técnicas de controle dos corpos como meios de produção das verdades. Ressaltamos que para esse estudo foi utilizado apenas a investigação das positivities, dispersões e regularidades do discurso, visto que a escavação do arquivo não vai ao encontro com os objetivos delimitados nessa pesquisa.

A leitura de Orlandi (2015a) nos possibilitou a apreensão do conceito de posição-sujeito, visto que as posições ocupadas pelos locutores significam seus dizeres de um modo particular, produzindo processos de identificação dos sujeitos com seus discursos. Por meio desse conceito foi possível compreender a figura do agente de muralha a partir da posição de sujeito-trabalhador. Isso significa que, em primeiro lugar, estamos lidando com dizeres de sujeitos que, por estarem inseridos numa relação de trabalho, são submetidos às normas impostas pela hierarquia e as regras de ofício que

são próprias da organização do trabalho, bem como estão envolvidos com o contato com outros trabalhadores e condições de trabalho específicas.

Nesse estudo entendemos a relação com o trabalho a partir de uma perspectiva psicodinâmica (DEJOURS, 1992, 1994, 1999, 2011), visto que as relações do sujeito com/pelo trabalho influenciam diretamente na construção identitária. Na visão de Dejours (2011) a identidade refere-se à realização pessoal no campo das relações sociais e, por isso, é conquistada por meio da dinâmica intersubjetiva do reconhecimento no trabalho. Por meio deste, o sofrimento vivenciado no contato com o trabalho pode ser transformado em formas de prazer e de construção da subjetividade.

Neste contexto, a noção de identidade não é estável, pois as formas de organização e condições de trabalho também não são. Assim, a identidade deve ser vista como algo que pode desestabilizar ou provocar crises de alteração no sujeito, de acordo com as relações presentes no trabalho. Essa visão dialoga com a noção de identidade da AD que também a considera como algo móvel, algo não determinado e, por isso, passível de alterações, modificações e transformações.

Com base nas fundamentações teórico-metodológicas apresentadas, este estudo foi estruturado a partir de três capítulos. No primeiro, intitulado “*Contribuições e Filiações Teóricas*”, tecemos o fio teórico condutor desta pesquisa que envolve o encontro entre os pensamentos de Michel Pêcheux e de Michel Foucault sobre a análise do discurso. Trazemos também a noção de sujeito sobre o viés discursivo e das teorias do trabalho. No capítulo II, sobre “*As condições de produção e a construção metodológica do estudo*” historicizamos a posição de sujeito-trabalhador de muralha e resgatamos a produção de discursos acerca da relação dos indivíduos com o trabalho ao longo da história, bem como apresentamos os recursos técnicos e metodológicos utilizados na pesquisa.

No terceiro capítulo, intitulado “*O trabalho nas ‘muralhas’: das relações de poder aos processos identitários*” realizamos as análises e discussões dos dizeres dos trabalhadores de muralhas que foram apresentadas por três grandes eixos: 3.1 *Análise discursiva sobre o risco no trabalho*; 3.2 *Formações imaginárias sobre o reconhecimento no trabalho*; 3.3 *Formações imaginárias sobre o sentido do trabalho*. Por meio desses eixos foi possível problematizar a relação dos sujeitos com o trabalho e apreender as formações identitárias decorrentes desta relação.

Por fim, trazemos as considerações finais como o lugar onde retomamos e discutimos os objetivos propostos desta pesquisa e elaboramos as (in)conclusões deste

trabalho. Passemos ao Capítulo I, onde discorremos sobre os conceitos que norteiam a análise.

CAPÍTULO I

1. Contribuições e Filiações Teóricas

Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas. (ORLANDI, 2015a, p. 40).

Este estudo visa compreender a constituição dos processos identitários decorrente das relações com o trabalho vivenciadas pelos agentes de vigilância e escolta do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. A base teórica refere à Análise do Discurso (AD) de linha francesa que tem fundamentação no encontro entre as teorias de Bakhtin, Pêcheux e Foucault.

De Bakhtin (1992) têm-se as contribuições sobre a concepção de signo ideológico atrelada ao dialogismo e aos contextos sócio-históricos. Nessa perspectiva, o diálogo e a discursividade se caracterizam pelos sentidos construídos a partir dos agentes que se interagem, incluindo os seguintes aspectos a serem considerados: as vivências e experiências; a representação do objeto central da enunciação; a visão de mundo e; o pertencimento a determinada classe social. A partir desses elementos é possível determinar os conteúdos ditos e aqueles não-ditos.

A partir de Pêcheux (1975) são apresentadas as ideias de interdiscurso, formação imaginária, formações ideológicas e de discurso como um todo, carregados de elementos da História. O filósofo faz uma intersecção de conteúdos da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise para construção da AD, considerando que o discurso carrega elementos da materialidade linguística que estão atrelados tanto ao contexto histórico-social quanto aos desejos do Outro (inconsciente).

Por fim, Foucault (2014) leva em consideração as ciências históricas no que tange às discontinuidades que implicarão no conceito de formação discursiva, na discussão das relações entre o saber/poder, na preocupação com a leitura, interpretação e a memória discursiva. Nas palavras do autor: a “disciplina é um princípio de controle de produção do discurso” (p. 36), por meio dela são fixados limites para a reatualização permanente de regras que se fundamentam através de sua função restritiva e coercitiva.

Nesse estudo temos como base epistemológica as noções pecheuxtiana de formação imaginária, formações ideológicas e interdiscurso com o cruzamento entre o conceito foucaultiano de formação discursiva. Por se tratar de um estudo sobre os processos identitários do “trabalhador de muralha”, faz-se necessária a interface com a

teoria sobre a construção da identidade e os processos de reconhecimento no/pelo trabalho que contribuem para a construção identitária a partir da teoria de Dejours sobre a psicodinâmica do trabalho (1992, 1999a, 1999b, 2011).

1.1 Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: (Per)cursos, avanços e conceitos

A Análise do Discurso (AD) surge ao final dos anos 60 na França sob a fundamentação teórico-metodológica do filósofo Michel Pêcheux que se aproximou da produção intelectual de outros pensadores, filósofos, sociólogos, psicólogos, lingüistas, aos quais estudou e filiou-se para o desenvolvimento da teoria do discurso, fazendo com que essa não se fechasse em si mesma, mas pudesse estabelecer interfaces e contribuições a tantas outras disciplinas.

Para Maldidier (2003), Pêcheux, filósofo de formação, transita a psicologia social quando em 1966 é inserido no Laboratório de Psicologia Social do CNRS, dirigido por Robert Pagès, lugar onde encontra Paul Henry e Michel Plon e a relevante influência de Althusser e Lacan, que se tornaram bases para o desenvolvimento da teoria do discurso. Em 1968, Pêcheux realiza a crítica da teoria das coerências globalizantes e das positividades propondo o retorno ao sujeito na direção do vivido e do indivíduo, desenvolvendo sua teoria na articulação entre os conceitos da lingüística a partir da (re)leitura de Saussure pelo próprio Pêcheux; do materialismo histórico a partir da (re)leitura de Marx por Althusser e; da psicanálise com a (re)leitura de Freud por Lacan, formando o que Pêcheux (1997) refere como a “Tríplice Aliança” alicerce da AD.

Em 1975, Pêcheux e Fuchs estruturam o quadro epistemológico da AD a partir de três regiões do conhecimento: 1) a lingüística, enquanto teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; 2) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações e; 3) a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semântica. Ainda, tais teorias são atravessadas pela teoria psicanalítica da subjetividade, a qual se constitui não como sendo a quarta região do conhecimento, mas a região que aparece constitutivamente nas três primeiras.

Para Gregolin (2004), tanto a teoria marxista quanto a freudiana traz à baila as motivações que fogem ao controle do sujeito desestabilizando o pensamento positivista da época que tinha a razão como característica essencial. No marxismo o sujeito está imerso no sistema econômico capitalista que determina as relações de poder entre as

classes sociais a que está submetido. Já na psicanálise freudiana o sujeito é constituído por desejos inconscientes e pelas interdições operadas pelo Superego que funcionam como fenômenos sociais.

Nesse contexto epistemológico, surge o questionamento frente às ciências humanas e sociais que consideram os aspectos psicológicos e ignoram a relação do sujeito com o político e, nesse momento, Pêcheux realiza a (re)leitura de Saussure no que tange à dicotomia fala/língua e ao conceito de instituição. Para Pêcheux (1997), Saussure considera o sujeito falante como livre e responsável por uma subjetividade em ato constituinte de uma unidade intencional e o compara com a gramática gerativa que de modo distinto “colocava em evidência uma forma criativa não-subjetiva no próprio interior da língua” (PÊCHEUX, 1997, p.72).

De acordo com Maltidier (2003), o período de 1969 a 1975 marca a primeira fase da Análise do discurso com grandes construções teóricas e as primeiras questões sobre os textos, a leitura e o enunciado. Ancorado na linguística e na informática, Pêcheux desenvolve a Análise Automática do Discurso (AAD69) como uma proposta teórico-metodológica de análise dos discursos políticos que intervém no campo das teorias ideológicas, do inconsciente e na teoria geral dos efeitos de sentido. Primeiramente surge um instrumento científico – a máquina do discurso – com o intuito de realizar a leitura da subjetividade.

O método da AAD pretendia a contagem de frequências, as variantes da análise do conteúdo e as aplicações aos domínios estruturalistas. A AAD é abandonada quando se percebe a falha frente à situação da enunciação e a impossibilidade de captar a subjetividade por meio de um instrumento tecnológico. No entanto, com essa tentativa de analisar o discurso surgem novos questionamentos do método a ser utilizado, concomitante aos conceitos de produção dos efeitos de sentidos; condições de produção; a ideia do não-dito e o interdiscurso e; as formações discursivas e ideológicas.

Diferentemente do pensamento saussureano, que se aproxima do pensamento psicológico e mantém o distanciamento do sujeito sociológico, Pêcheux (1997) se preocupa com o contexto da produção discursiva, acreditando que não existe uma norma universal inscrita na língua, a qual o campo semântico conseguiria analisar, mas considera a existência de um mecanismo discursivo específico que torna possível uma frase em um determinado contexto científico dado. Assim, não é possível analisar um discurso como um texto, isto é, do ponto de vista de uma seqüência linguística fechada.

Para o autor, o discurso não é visto como mera transmissão de informação entre o destinador (A) e o destinatário (B), devendo, portanto, ser analisado em seus efeitos de sentidos produzidos de acordo com as condições de produção do discurso e que envolvem as posições ocupadas pelos sujeitos numa dada formação histórico-social. Pêcheux se aproxima do conceito lacaniano de espelho e propõe que essas posições são representadas por meio de formações imaginárias.

O estágio de espelho de Lacan remete a uma experiência de identificação primordial, onde a criança reconhece sua imagem no espelho e, a partir daí, produz uma identificação na matriz simbólica. Lacan (1996) apresenta-nos que anteriormente ao espelho, a criança possui a fantasia de um corpo esfacelado, como observado na experiência dos sonhos em que o corpo aparece desintegrado/despedaçado. Por meio do aparelho visual e do espelho, no entanto, a criança vivencia a totalidade unificada do corpo, reconhecendo-se na sua imagem.

Numa ordem sucessiva, Dor (1989) aponta três tempos fundamentais para a conquista da imagem de seu corpo: primeiramente, ocorre a fase de assujeitamento da criança ao registro do imaginário em que esta percebe a imagem de seu corpo como a de um ser real de quem ela procura se aproximar, estabelecendo uma confusão entre si e o outro (do espelho); a segunda etapa torna-se decisiva para o processo de identificação, uma vez que a criança descobre que o outro é uma imagem e não um outro real, levando a distinção entre a imagem do outro da realidade do outro; finalmente, a criança percebe que a imagem do espelho trata-se de seu reflexo, então ela re-conhece-se através desta imagem e, recuperando a dispersão do corpo esfacelado, realiza sua *identificação primordial* (DOR, 1989, p.80). Para Lacan (1996, p.100):

[...] o *estádio de espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental.

A imagem do corpo torna-se estruturante para a identidade, não enquanto realidade, mas enquanto aquilo que é reconhecido. Assim, não se trata de um reconhecimento real do objeto, mas da imagem que se tem sobre ele, tornando o processo de identificação uma relação imaginária.

Assim, as formações imaginárias designam os lugares que os sujeitos atribuem a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Nesse

movimento de projeções, situações distintas podem corresponder a uma mesma posição, assim como uma mesma situação enunciativa pode ser representada por diferentes posições dos sujeitos (PÊCHEUX, 1997).

O autor critica as teorias fenomenológicas que colocaria a apreensão perceptiva do referente, do outro e de si mesmo como condição pré-discursiva do discurso e propõe que a percepção seja sempre atravessada pelo já-ouvido e pelo já-dito, elementos constitutivos das formações imaginárias enunciadas. Assim, todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias onde o emissor pode antecipar as representações (o imaginário) do receptor e fundar estratégias de discurso a partir do jogo de imagens constituído.

Para o autor, as formações imaginárias são designadas da seguinte maneira: “Imagem do lugar de A para o sujeito coloca em A”, subtendendo a questão “Quem sou eu para lhe falar assim?”; a “Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A” que pressupõe o julgamento de “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”; a “Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B”, ou seja, “Quem sou eu para que ele me fale assim?”; e a “Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B” que aparece na questão implícita “Quem é ele para que me fale assim?” (PÊCHEUX, 1997, p. 83).

Arelada às formações imaginárias estão as relações de forças que determinam os diferentes lugares dos sujeitos na comunicação, de modo que o lugar do qual o sujeito fala torna-se constitutivo de seu dizer. Assim, o sujeito do discurso toma certa posição discursiva que possibilita o significado do que ele diz.

Em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, texto que marca a transição da primeira à segunda fase da AD a partir da aproximação com o Materialismo Histórico visto como a ciência da História, Pêcheux (1975) retoma o conceito de assujeitamento à realidade a partir da leitura de Althusser sobre a ideologia e os aparelhos ideológicos do Estado. O autor passa a considerar a existência de um mundo material que incide sobre o sujeito e o conhecimento desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas que é independente de sua vontade. Sob esta perspectiva, aproxima-se do pressuposto de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e pela História.

Nessa perspectiva, os discursos não são produzidos enquanto evidências atreladas aos pressupostos reducionistas dos funcionamentos lógico-linguísticos, mas, sim, enquanto efeitos de sentidos decorrentes das posições discursivas sustentadas pelos sujeitos, ou seja, o lugar de onde o sujeito diz que o faz identificar-se com uma forma-

sujeito. Nesse momento, surge o conceito de formações ideológicas como o lugar da materialidade concreta das ideologias que podem ser ligadas a uma determinada cena da luta ideológica de classes.

Pêcheux e Fuchs (1975) apontam que em certo momento histórico a luta de classes produz afrontamentos de posições políticas e ideológicas organizando as relações de antagonismo, de aliança e de dominação entre os indivíduos. Essa relação de forças numa dada conjuntura ideológica e social e num determinado momento histórico é que configura a formação ideológica, visto que é por meio desta que são produzidas formações discursivas que determinam aquilo que pode e deve ser dito.

O conceito de formação discursiva foi proposto por Michel Foucault e está atrelado à memória discursiva e ao arquivo. Para Foucault (1986, p. 43), “quando se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade [...] entre os objetos, os tipos de enunciações, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva”.

Foucault, diferentemente de Pêcheux, não tinha como objetivo imediato arquitetar uma teoria do discurso, todavia suas inquietações sobre “o modo de subjetivação do ser humano na nossa cultura” (FOUCAULT, 1995, p. 231) em consonância com as relações entre os saberes e os poderes permeadas pelas transformações históricas na sociedade ocidental, possibilitaram reflexões em torno das práticas discursivas que, para o filósofo e historiador, constituem e determinam os objetos/sujeitos em um determinado período histórico.

O autor propõe o conceito de memória discursiva a partir de um avanço no desenvolvimento do conceito de memória que não pode ser mais entendida como a memória cognitiva/individual, mas como um conjunto complexo constituído por marcas histórico-sociais que possibilitam a condição de seu funcionamento discursivo na produção e interpretação dos acontecimentos. Portanto, a memória discursiva passa a ser entendida como algo que pré-existe o organismo e, por isso, é exterior a ele, constituindo-se como arquivo. Por sua vez, o arquivo funciona como jogos de regras que determinam que certo discurso tenha sido dito em determinado momento; tenha aparecido ou desaparecido; permanecido ou extinto; e que transforma os enunciados em acontecimentos singulares.

Por meio do conceito de formação discursiva de Foucault, Pêcheux (1975) apresenta a ideia de interdiscurso como sendo aquilo que pode ou não ser dito em um determinado lugar e estão marcadas por sua dependência com as formações ideológicas

e ao discurso como um todo, carregados de elementos da História. Em outras palavras, o interdiscurso carrega a idéia de que existe algo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente do sujeito.

Os elementos do interdiscurso que determinam o sujeito estão reinscritos no próprio sujeito. Assim, o intradiscurso, funcionamento do discurso sobre ele mesmo, só pode ser pensado na relação com o interdiscurso, isto é, como lugar em que a forma-sujeito tende a absorver e a esquecer o interdiscurso no intradiscurso. O sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui a partir de uma formação imaginária. Para Nardi (2005), o imaginário é uma forma de conhecimento representada pelo sujeito como um saber que possibilita e determina a apreensão da realidade e sua relação com a língua.

Ancorado na teoria da primeira tópica freudiana, Pêcheux (1975) propõe a existência de dois esquecimentos inerentes ao discurso: o esquecimento nº 1 de ordem ideológica e do inconsciente que determina o sujeito acreditar que aquilo que é dito terá o efeito de sentido que ele deseja; o esquecimento nº 2, de ordem do pré-consciente, onde por meio dele o sujeito acredita que é dono inteiramente do seu dizer. Esses dois esquecimentos de alguma forma amparam o sujeito na produção de seus discursos e, juntamente com a ideologia, possibilita a ilusão da transparência/literalidade da linguagem.

Assim, os sentidos são permeados pela ideologia que faz parecer que um dado discurso é transparente e homogêneo. No entanto, as palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, pelas formações ideológicas existentes. Ao mesmo tempo em que há o pré-construído, aquilo que foi pensando antes e em outro lugar, fruto da História e ao qual o indivíduo se assujeita, há também os efeitos de sentidos que são ideológicos, isto é, são dados pela posição discursiva ocupada pelo sujeito fruto das relações de poder na luta de classes e, portanto, carregada de ideologia.

De acordo com Orlandi (2015a), a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O sentido, por sua vez, constitui como uma relação do sujeito com a história onde linguagem e mundo apresentam-se por meio de um efeito imaginário de um sobre o outro. Assim, os processos de identificação são regidos pelo imaginário, pois o efeito de sentido aparece atrelado à posição (lugar) de onde o sujeito fala, conferindo-lhe uma identidade relativa à posição ocupada.

Ainda na segunda fase da AD (1976-1979) as produções se dão mais ao nível da fala que da escrita (MALDIDIER, 2003). Em 1976, P. Henry, M. Pêcheux e M. Plon realizam um seminário a fim de discutir as questões relacionadas à língua, psicanálise e política. Nesse momento, também surgem os confrontos teóricos entre Pêcheux, os demais pensadores do discurso e da sociolinguística. No ano seguinte, Pêcheux caminha ao encontro do pensamento de Authier-Revuz e passa a considerar o conceito de heterogeneidade proposto pela autora.

Para a autora, o discurso é permeado pela heterogeneidade enunciativa que é constitutiva do dizer, podendo aparecer de forma marcada ou não marcada. No primeiro caso, há uma projeção do outro que se deixa revelar no discurso a partir de manifestação explícita das diferentes vozes em que o sujeito, no momento do dizer, apresenta o dizer de outros através de citações, comentários, uso de aspas, metáforas, imitações, discurso direto, discurso indireto, glosas, discurso indireto livre, ironia etc, marcando a distância entre o enunciador e os outros de modo consciente. Já a heterogeneidade não marcada, remete ao fato de que quando o sujeito produz o discurso, este está permeado por dizeres outros, constituídos a partir de sua história, que perpassam o discurso de maneira inconsciente (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Para Authier-Revuz (1998), todo discurso é marcado por seu caráter heterogêneo e atravessado pelo interdiscurso (interlocução entre os discursos, incluindo aqueles já ditos), pela manifestação da memória discursiva daqueles dizeres que nos precedem e nos constituem como sujeitos e pelo caráter inconsciente, que é externo ao desejo consciente do sujeito, apresentado por meio de atos falhos, chistes e pelas lacunas do discurso. Para a autora: “o dizer não pode ser transparente ao enunciador, ao qual ele escapa, irrepresentável, em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 17).

Para fundamentar o conceito de heterogeneidade, a autora entrelaça três noções teóricas: 1) O dialogismo de Bakhtin, considerando que toda palavra, por se produzir em meio ao já-dito de outros discursos, é habitada por um discurso outro; 2) O interdiscurso de Pêcheux que sustenta o princípio fundamentalmente exteriorizante para o dizer em sua determinação por um algo que fala, em outro lugar, antes e independente da vontade do sujeito e; 3) os princípios psicanalíticos da teoria de Lacan que traz a noção de constituição do sujeito a partir da linguagem e a influência do desejo do Outro, desejo inconsciente que interpela o sujeito.

Para a autora, o dizer é afetado por quatro campos de não-coincidência que teoriza como sendo: “a) não- coincidência **interlocutiva** entre os dois co-enunciadores” AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 20; “b) não- coincidência **do discurso consigo mesmo**, afetado pela presença em si de outros discursos; c) não- coincidência **entre as palavras e as coisas**; d) não- coincidência **das palavras consigo mesmas**, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc. (Op. cit., p. 21, *grifos da autora*). Tais não- coincidências manifesta um modo que não deriva da intencionalidade do sujeito, mas que o mesmo acredita ter o controle do seu dizer. Assim, para a autora existe um UM que é literal no discurso e um NÃO-UM que é interpelado pelo desejo do Outro e que gera os efeitos de sentido do discurso, o qual o sujeito não tem consciência, mas que pode ser revelado a partir do estudo da materialidade linguística.

Uma das riquezas do trabalho de Authier-Revuz (1998) é a interface que estabelece da linguística com outras disciplinas, em especial, a psicanálise, tornando o estudo da materialidade linguística para além dos conceitos propostos pela gramática tradicional, desconstruindo a noção de discurso dado, pronto, acabado e intencional do sujeito e trazendo à tona a concepção do discurso afetado pela exterioridade interdiscursiva do Outro e produto de uma reflexividade opacificante do lapso no tecido do dizer.

A partir desta aproximação, em 1978, Pêcheux vai de encontro com maior vista aos conceitos psicanalíticos, articulando o materialismo histórico à psicanálise e caminhando para a terceira fase do desenvolvimento de sua disciplina. Nesta fase, surgem as contribuições da teoria lacaniana em relação ao desenvolvimento do sujeito por meio da linguagem do outro/Outro, desestabilizando ainda mais a concepção de sujeito do pensamento/cartesiano e propondo a noção de sujeito afetado pelo inconsciente e, portanto, pela falha, pelo lapso e equívoco.

Na teoria lacaniana o Outro é considerado como o registro do simbólico que é faltoso, incompleto e nele há sempre a possibilidade de introduzir, por meio de um ato criativo, um significante novo, do mesmo modo que ele é sempre diverso em si mesmo, ele nunca apresenta uma identidade definitiva, ele é pura alteridade (JORGE, 2005).

Desde o seu nascimento, o indivíduo (o eu) é inscrito num mundo de linguagem que o precede e que está permeado pelos desejos de outras pessoas, habitualmente pelos desejos dos pais. Assim, a subjetividade decorre da inscrição no mundo da linguagem que precede o indivíduo a partir do desejo de outro por ele internalizado à medida que

este outro apresenta o mundo à criança. Numa via dupla, a linguagem possibilita tanto a inscrição ao mundo subjetivo como à realização do desejo, fazendo de tal forma que podemos desejar e não desejar a mesma coisa e nunca nos satisfazemos quando conseguimos o que pensávamos desejar, constituindo-nos enquanto sujeito da falta e da incompletude e clivado entre a ordem consciente e inconsciente (FINK, 1998).

O inconsciente surge como discurso do Outro na medida em que são o discurso e o desejo dos outros a nossa volta que são internalizados e nos aparece como irrupções na fala cotidiana, de um desejo que é em si mesmo estranho e inassimilável. É a partir disso, que Lacan nomeará o inconsciente como linguagem já que esta é aquilo que constitui o inconsciente. Da mesma forma, “o discurso nunca possui uma só dimensão. Um lapso de língua nos lembra imediatamente que vários discursos podem usar o mesmo porta-voz ao mesmo tempo” (FINK, 1998, p. 19).

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux propõe dois procedimentos analíticos do discurso que são inseparáveis entre si: a descrição e a interpretação. Pêcheux (2006) apresenta a crítica às teorias estruturalistas que descrevem as formas apenas por meio da materialidade linguística, abandonando o caráter interpretativo dos fatos e esquecendo a história. Para o filósofo, os enunciados logicamente estabilizados não aceitam múltiplas interpretações, podendo ser atribuído apenas um valor, o que estaria apenas no nível da descrição. No entanto, a ciência humana se depara com discursos não-estáveis que necessitam do procedimento da interpretação como meio de desestabilizar os sentidos a partir de suas possibilidades de derivações.

Para tanto, reconhece o caráter opaco da língua que produz deslizos de sentido, ou seja, um mesmo enunciado pode significar de formas diferentes em decorrência de acontecimentos diferentes. Em outras palavras, existe uma relação entre o acontecimento e a estrutura à medida que um mesmo acontecimento histórico pode dar origem a enunciados diferentes e, portanto, produzir acontecimentos discursivos distintos. Assim, à medida que o acontecimento parece ser transparente, ele produz deslizos de sentido que o torna opaco. Para Pêcheux (2006), toda descrição acarreta uma interpretação e está exposta ao equívoco, pois todo enunciado é passível de se tornar outro, mudando seu sentido.

A consagração da análise do discurso se dá no início da década de 80 quando Pêcheux abandona o determinismo por um construtivismo, teorizando o discurso por meio de algumas ideias, por vezes, intoleráveis como: a concepção de que o sujeito não

seria fonte do sentido do dizer; o sentido se forma na história através do trabalho da memória; a existência do não-dito, ou seja, aquilo que escapa no dizer por meio do inconsciente; a própria concepção de que o sentido não pode ser cercado, pois ele sempre escapa.

Para Orlandi (2015a), também considerando os pressupostos da teoria psicanalítica lacaniana, o sentido do discurso, portanto, é constituído a partir do mundo real e do simbólico. O real é aquilo que se encontra numa posição pré-simbólica, podendo ser compreendido como aquilo que ainda não foi simbolizado. Por outro lado, a realidade se apresenta como aquilo que pode ser nomeada e, portanto passível de simbolizações.

A Análise do Discurso, portanto, trabalha com as interpretações possíveis de um determinado enunciado, considerando que os sujeitos produzem significações a partir das relações históricas e sociais que são pertencentes, da interpelação ideológica e dos fenômenos inconscientes inscritos no sujeito.

Nesse contexto, a identidade é vista como algo móvel, não determinada e por isso passível de alterações. Para Coracini (2007), a identidade é constituída a partir do olhar/desejo do outro que se apresenta por meio do interdiscurso. O sujeito tem a ilusão de que sua identidade é una, estável e fixa; ilusão que decorre da busca pela completude do ser. A partir do contato com o outro, o sujeito se percebe como incompleto – aquilo que eu desejo no outro, mas que não me pertence; aquilo que o outro deseja de mim, mas que eu não sou – o que ocasiona conflitos na sua identidade.

Neste estudo pautamo-nos na noção pecheutiana de não-dito, isto é, daquilo que escapa no dizer do sujeito, daquilo o qual o sujeito não tem controle e (des)conhece, considerando que isso ocorre porque o sujeito é clivado pelo inconsciente; bem como na noção de que a significação do discurso é produzida a partir das posições sustentadas pelo sujeito, visto que essas são permeadas pelo contexto sócio-histórico e ideológico.

Por meio dos efeitos de sentidos dos dizeres a partir do posicionamento de sujeitos-trabalhadores chegamos às formações imaginárias e discursivas que interpelam os trabalhadores e possibilitam a apreensão de certas características dos processos identitários desses sujeitos. Por isso, faz-se necessária a interface com a teoria dejouriana de reconhecimento/subjetivação no/pelo trabalho, visto que a posição ocupada pelos sujeitos-trabalhadores envolve as relações de poder dentro do espaço penitenciário por meio da relação estabelecida com o trabalho.

1.2 Identidade e Trabalho

O mundo humano é permeado pela presença dos outros que marcam o lugar daqueles que tenham visto, ouvido e se lembrarão da experiência humana, bem como pela transformação das coisas num processo de reificação através da ação e do discurso. Ao nascer o ser humano realiza um aparecimento físico original, por sua vez, as palavras e os atos figuram como um segundo nascimento no qual o indivíduo confirma e assume o fato original e singular de seu aparecimento dando sentido à sua existência.

Para Arendt (2000, p. 189): “[...] a ação e o discurso são modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como objetos físicos, mas enquanto homens”. A ação permite ao homem a capacidade de realizar atividades e transformações infinitas que significa que se pode esperar dele o inesperado e o improvável num processo de efetivação da condição humana da natalidade. Já o discurso corresponde ao mecanismo da distinção do homem entre os que são iguais, ou seja, a efetivação da condição humana na pluralidade. Tais elementos são condições para que o homem seja capaz de exprimir sua diferença em relação aos outros, tornando-o distinto e singular num processo de alteridade.

É importante destacar que a ação e o discurso caminham de forma mútua, pois para Arendt (2000, p. 191):

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator e o ator; o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer.

Em relação importância do *homo faber* no mundo contemporâneo, a filósofa, defende que o indivíduo ao tentar dizer como se constitui enquanto ser humano é levado, por meio da linguagem, ao questionamento sobre “o que alguém é”, reservando importante espaço aos papéis sociais que ocupa predominantemente por meio do trabalho e das características do exercício laboral que substantivam e presentificam a constituição do eu. Nessa perspectiva, o trabalho e a linguagem aparecem como organizadores na própria construção do sujeito e de sua identidade, levando em conta os elementos de sua continuidade e historicização (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

É a partir da retomada da centralidade do trabalho na vida dos sujeitos e de como a dinâmica dos processos de trabalho influenciam no desenvolvimento da subjetividade dos trabalhadores, sob a forma de sofrimento, adoecimento, prazer e construção identitária, que Dejours, médico, filósofo e psicanalista contemporâneo, desenvolve a teoria da psicodinâmica do trabalho. Esta teoria considera que o sujeito do inconsciente, no momento em que é instrumentalizado pela palavra, encontra suas origens e seu fundamento antes do encontro com as situações de trabalho. No entanto, na vida adulta a partir do encontro das operações superegóicas instaladas pelas normas sociais da sociedade capitalista e pela sublimação da libido, o sujeito dará continuidade à construção egóica por meio do trabalho.

Dejours (1999a) recupera o conceito de psicopatologia de Le Guillant e propõe uma evolução do termo para a análise das situações de trabalho: *psicodinâmica do trabalho* ou *análise psicodinâmica das situações de trabalho*. Nessa evolução, o sofrimento ocupa uma posição central na relação com o trabalho. Para o autor, o sofrimento é inerente à existência humana sendo também inerente às relações de trabalho e, uma vez que não pode ser eliminado, a única possibilidade é transformá-lo, subvertendo-o em prazer, pois quando agravado leva progressivamente à loucura.

Nessa concepção, a saída ideal em termos de maturidade psíquica do indivíduo para o deslocamento dos desejos impedidos de serem satisfeitos em nível erótico – individual – se dá por meio do mecanismo de defesa egóico nomeado como *sublimação*, a serviço de uma *atividade socialmente reconhecida*. Para exemplificar, a atividade socialmente reconhecida ocorre através das produções intelectuais, das artes e das amplas formas de conceber o trabalho. De acordo com Dejours (2011), a atividade socialmente valorizada, por pressupor o julgamento do outro – campo social – só pode ser reconhecida como uma atividade do coletivo. Esse reconhecimento coletivo está no cerne da construção da identidade, pois para o autor:

[...] a identidade não pode ser construída, exclusivamente, no espaço privado. A esfera do amor, sozinha, não é suficiente. Nenhum ser pode evidenciar completamente sua identidade no campo da economia erótica, pois é situar-se em uma posição de extremo perigo. (DEJOURS, 2011, p.446).

Nesse sentido, a centralidade do trabalho se dá na construção da identidade, na realização de si mesmo e na geração de saúde mental ou, ao seu inverso, apresenta-se em seu caráter patogênico através da descompensação psíquica e somática do sujeito. Quando o trabalho possibilita o reconhecimento (do outro) há a retribuição simbólica no

sentido de ganhos para as expectativas subjetivas e para a realização de si mesmo, ou seja, ganhos no campo da identidade. Em último aspecto, quando se manifesta a exclusão do sujeito ao coletivo, este pode vivenciar a marginalidade e um “isolamento deletério” (DEJOURS, 2011, p. 165).

Dejours (2011) aponta as características do trabalho dividindo-o em trabalho prescrito e trabalho real. O primeiro remete à tarefa a ser executada pelo trabalhador e que está prevista pela organização de trabalho por meio de normas e de regras de ofício. São as imposições do que deve ou não ser feito e da forma como o trabalho deve ou não ser realizado. Já o trabalho real remete à atividade marcada pelos imprevistos e que tem como característica fundamental o uso da inteligência e criatividade do trabalhador.

Isto quer dizer que no momento da execução do trabalho aquela tarefa que fora previamente pensada e prescrita sofre alterações da ordem do real aparecendo por meio de falhas ou demais situações não antecipadas. Nesse momento, o trabalhador vivencia a angústia e o sofrimento advindos da imprevisibilidade e necessita utilizar sua inteligência para, assim, concluir sua atividade. Para o autor, é por meio do real que o trabalho torna-se criativo e subjetivamente estruturante.

Essa inteligência é caracterizada como prática, pois exige o uso do corpo do trabalhador no desenvolvimento real da tarefa e tem a ver com o reconhecimento de irregularidades a partir do momento em que já tenha vivido previamente uma experiência outra, numa situação de trabalho normal. A inteligência prática é reconhecida como um barulho, uma vibração, um cheiro que chama a atenção do sujeito por meio da sinalização perceptiva de seu corpo. Por meio do alerta do corpo o sujeito é incentivado à busca de uma explicação ou solução para a superação do problema. Para Dejours (2011, p. 387) “Este engajamento do corpo na tarefa, assim como o primado da percepção, situa a inteligência prática [...]”.

Para Dejours (1999a), em todo tipo de trabalho ocorre a necessidade de ajustes, angústias e sofrimentos que são freqüentes, mas na maioria das vezes invisíveis, silenciosos. Nesse meio, a inteligência prática só pode ocorrer por meio da transgressão, isto é, por meio de ações que não foram previstas pela organização de trabalho fazendo com que o trabalhador necessite fugir às normas organizacionais para solucionar os problemas encontrados. Assim, o que se torna reconhecido nas relações de trabalho é o sofrimento e o engajamento do sujeito na execução do trabalho e no contato com o real.

Para expor sua teoria, o autor retoma a teoria de Sigaut no que tange à dinâmica da identidade e da alienação. Para esse, a identidade é construída a partir de um

triângulo que envolve o *ego*, o *real* e o *outro*. Por outro lado, quando um desses elementos deixa de existir se instaura a alienação que pode ocorrer na esfera *mental*, *social* e *cultural*.

A *alienação mental* ocorre quando o sujeito (*ego*) perde a relação com o real e com a realidade, bem como o contato com o outro, permanecendo à deriva da solidão. No caso pesquisado, podemos analisar as marcas da alienação na esfera mental, quando, por exemplo, no relato de S1, ao ser questionado sobre a execução de seu trabalho, o sujeito diz: **“ali você fica sozinho sem nada sem ninguém né você ali você passa até as vezes por meditação né se fala ‘caramba eu sozinho cara sem fazer nada aqui’ só é você e Deus ali só mais ninguém olhando pro nada”**, demonstrando a característica do trabalho em solilóquio que contribui para a alienação do trabalhador.

Codo e Tavares (2004, p. 230), ao tratarem da psicodinâmica da paranóia através do trabalho apontam que “o solilóquio nos impõe a solidão e o isolamento no qual toda ação/decisão que deve ser tomada propicia uma situação de auto-referência, pois tudo depende só de um (de si mesmo)”. Quando não há suporte ou referência externa, o sujeito experiencia o mundo a partir da referência a si mesmo, levando o sujeito à paranóia. Por outro lado, a perda da relação com o real ocorre à medida que à imaterialidade do trabalho não proporciona reconhecer-se na produção de sua atividade. Tais reflexões são analisadas no Capítulo III, no eixo 3 sobre as formações imaginárias sobre o sentido do trabalho.

A *alienação social* se manifesta quando o sujeito mantém uma relação com o real, todavia não existe o reconhecimento do outro; sem o reconhecimento do outro o sujeito acaba duvidando da realidade e da precisão de seu relacionamento com o real, que faz com que surja a dúvida de si próprio e sua própria identidade. Nesse caso, uma das marcas da alienação pode ser identificada no seguinte dizer: **“eu acho que o nosso trabalho nem é visto pelos outros né [...]”**, nesse caso ocorre o apagamento do sujeito no campo simbólico, aspecto que foi discutido no eixo 2 sobre as formações imaginárias frente ao reconhecimento no trabalho.

Nesse caso duas descompensações psicopatológicas são previstas: a depressão e a paranóia. Para Dejours (1999a), à medida que não há o reconhecimento, o sujeito acaba duvidando do que acredita ser verdade e de sua relação com o real. Com isso, acaba perdendo a confiança em si mesmo e, se a situação prosseguir, com o passar do tempo pode culminar numa depressão. Noutra ocasião, se o sujeito mantém certa resistência na sua aceitação de uma opinião externa, a única saída é auto-proclamar-se

soberano e adotar uma postura megalomaniaca e de auto-referência, podendo chegar à paranóia.

Por fim, na *alienação cultural* existe o reconhecimento pelo coletivo (outro), mas o contato com o real é prejudicado como, por exemplo, na sequência discursiva 2 analisada no eixo 1 sobre os riscos vivenciados no trabalho, quando o sujeito relata que: **“[...] parece impossível mas eles sabem da característica de cada funcionário eu falo isso porque já foram apreendidos dados desenhos anotações com...com a rotina de cada funcionário [...] eles estudam mesmo eles sabem se você é distraído se você é atento pode ter certeza que eles sabem [...]”** (S5). Assim, ocorre o reconhecimento do sujeito por meio da observação do interno que, no entanto, está atrelado a uma condição de risco vivenciada pelo sujeito-trabalhador, isto é, pelo contato prejudicado com o real.

Ao expor a Psicodinâmica do Trabalho, Dejours (2011) aponta que a retribuição esperada pelo sujeito, no contato com o trabalho, é de natureza simbólica, a partir do outro, por meio do reconhecimento no sentido de *constatação* e do reconhecimento do sentido de *gratidão*. Na visão de Dejours (2011) a identidade refere-se à realização pessoal no campo das relações sociais e, por isso, é conquistada por meio da dinâmica intersubjetiva do reconhecimento no trabalho.

O autor defende que o reconhecimento no/pelo trabalho se dá a partir de dois julgamentos que são proferidos pelo outro: o *julgamento de utilidade* que diz respeito ao valor utilitário da contribuição do sujeito à organização do trabalho e, por isso, é essencialmente realizado pela hierarquia – superiores, chefes, diretoria – e eventualmente pelos subordinados ou clientes; e o *julgamento de beleza* que remete tanto ao pertencimento em uma determinada classe ou categoria de trabalho, quanto à originalidade do sujeito no desenvolvimento do trabalho. Este último é proferido pelos pares, correspondendo aos outros que são iguais por conhecerem as regras do trabalho e igualmente estarem submetidos a elas. Para Dejours, (2011, p. 90):

A conquista da identidade no campo social, mediada pela atividade do trabalho, passa pela dinâmica do reconhecimento. Ora, o reconhecimento implica julgamento dos pares, que só é possível caso exista um coletivo ou uma comunidade de pares. Assim, o coletivo aparece como um elo de uma importância e o ponto sensível da dinâmica intersubjetiva da identidade no trabalho (no triângulo da identidade, o ângulo outro representa a estrutura de um coletivo).

Desta forma, a construção/desconstrução da identidade na psicodinâmica do trabalho acontece a partir da relação do sujeito com o trabalho, mediada pelo campo

social (outro) que exerce o papel de julgar o reconhecimento. Sob esta ótica, o trabalho do agente de escolta e vigilância transita entre o caráter individual da execução do trabalho nas muralhas (e nas guaritas) ao espaço coletivo de trabalho em relação aos pares, internos e à sociedade, como veremos no capítulo III, especialmente no eixo sobre as formações imaginárias sobre o reconhecimento no trabalho.

Neste contexto, a noção de identidade não deve ser vista como estável, mas como algo que pode desestabilizar o sujeito ou provocar crises de alteração já que nesta perspectiva a identidade conserva sempre certa precariedade, não sendo jamais definitivamente conquistada. Dejours (2011) retoma os conceitos de Ricoeur (1990) e propõe que a identidade remeteria principalmente à ipseidade que é oposta a visão de caráter, visto que “a identidade ipse – diz Ricoeur – é uma promessa” (RICOEUR, 1990 apud DEJOURS, 2011, p.298).

Quando não há reconhecimento e sofrimento não culmina em descompensação psicopatológica, é porque o sujeito desenvolve defesas eficazes contra ele. As defesas foram descritas pela psicanálise freudiana como mecanismos contra de proteção frente às ansiedades de ameaça ao ego. Frente a uma situação de ansiedade em relação à perda de um objeto, da identidade ou situações de frustrações (reais ou imaginadas) o sujeito, de maneira inconsciente, recorre às defesas falsificando a natureza de tal ameaça para lidar com o sofrimento (FADIMAN; FRAGER, 1986). A partir dos mecanismos de defesa do ego descritos pela psicanálise, Dejours (1992) aponta a existência de defesas construídas e empregas coletivamente pelos trabalhadores, as quais foram nomeadas *estratégias coletivas de defesa* ou *ideologia defensiva*.

Diferentemente dos mecanismos de defesa intrapsíquicos, a ideologia defensiva é partilhada pelo coletivo e dirigida contra perigos e riscos reais provenientes da relação de trabalho, portanto seu caráter é intersubjetivo. Seu objetivo consiste em mascarar, conter ou ocultar uma ansiedade particularmente grave vivenciada no contexto de trabalho, distanciando o contato consciente com tais riscos e mantendo-os na instância do inconsciente. Somente a partir das estratégias de defesa é que alguns trabalhadores conseguem desenvolver suas atividades sem serem tomados pela angústia.

Para Dejours (1992), a ideologia necessita de certa coerência com a realidade, ou seja, funciona de acordo com as características da atividade desempenhada e do contexto laboral. Ainda, possui um caráter fundamental e vital sendo tão inevitável quando a própria realidade torna-se obrigatória. Quando os sujeitos partilham das estratégias coletivas os próprios mecanismos de defesa individuais são substituídos por

essas. No entanto, aqueles que não participam da ideologia são excluídos, pois à medida que não partilham da construção e utilização de estratégias de defesa trazem à tona a existência real do risco ocasionado angústia e, portanto, sofrimento.

Ao analisar o risco nas situações de trabalho Dejours (1992) propõe sua exterioridade ligada às condições e ao ambiente de trabalho, sendo na maioria das vezes inerente a essas condições. A partir da análise do trabalho na construção civil o autor analisa a vivência do medo vivenciado pelo risco, todavia reconhece sua camuflagem nos mecanismos de defesa. Este recurso é necessário, pois se o trabalhador tivesse consciência em relação ao risco seria obrigado a tomar atitudes de proteção que prejudicaria a produtividade. Assim, “[...] *se o medo não fosse neutralizado, se pudesse aparecer a qualquer momento durante o trabalho, neste caso os trabalhadores não poderiam continuar suas tarefas por muito mais tempo*”. (DEJOURS, 1992, p. 70, grifos da autora). O autor defende que a negação e o desprezo pelo perigo apresentam-se como inversão da afirmação frente à sua existência.

Neste estudo, analisamos o uso do mecanismo de defesa da denegação frente às situações de risco e da racionalização frente à falta de reconhecimento no trabalho. A denegação é vista para a Psicanálise como um mecanismo de defesa do ego (eu) que é realizado a fim de negar um comportamento, desejo ou angústia, a qual o sujeito não reconhece como sendo seus, deixando-os recalcados em seu inconsciente (INDURSKY, 1990).

Dejours (1992) a partir da análise das condições de risco vivenciadas pelos trabalhadores da construção civil propõe recurso à denegação contra o medo decorrente das condições de risco. Para o autor: “atenuar o sofrimento passa, na maioria das vezes, por uma tentativa de opor uma denegação à percepção daquilo que faz sofrer” (DEJOURS, 2008, p. 50-51). Por outro lado, a denegação frente ao sofrimento leva ao embotamento da atividade de pensar e, portanto, acarreta prejuízos na capacidade de simbolização do sujeito.

Indursky (1990), ao deslocar o conceito de denegação psicanalítica para a AD propõe que se considere a denegação discursiva como negação que incide sobre a formação discursiva e que afeta o sujeito do discurso. Para a autora:

[...] a **denegação discursiva** relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona [...]. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se

em seu discurso apenas através da modalidade negativa (INDURSKY, 1990, p. 119-120, grifos da autora).

A racionalização consiste em dar uma explicação logicamente ou eticamente aceitável para uma atitude, ação, ideia ou sentimento que é conscientemente inaceitável (FADIMAN; FRAGER 1986). Seu uso é realizado a partir de um raciocínio mais ou menos obscuro ou sofisticado (DEJOURS 1999b) que faz com que tal conteúdo permaneça no inconsciente.

Por se tratarem de mecanismos inconscientes o sujeito não tem conhecimento do uso das defesas. No entanto, por meio da linguagem do sujeito e da escuta do analista há a possibilidade de interpretação e, posteriormente, elaboração dos conflitos. Nesse caso, a relação entre linguagem e trabalho é essencial para o desenvolvimento da psicodinâmica do trabalho, uma vez que “A noção espaço de discussão confere à palavra um lugar decisivo. Mas, assim como à palavra, é preciso atribuir um lugar ao silêncio e ao segredo, ao não-dito e, assim, à passagem entre o não-dito e à formulação ou à enunciação [...]” (DEJOURS, 1999a, p.45).

Nesta pesquisa, ancoramo-nos na concepção de sujeito da psicanálise dejouriana que reconhece a centralidade do papel do trabalho na constituição identitária, trazendo o diálogo com a concepção psicanalítica de sujeito da AD que é visto como clivado pelo inconsciente e permeado por formações imaginárias constitutivas das posições ocupadas pelos sujeitos. Nesse campo também cabe a interface com a teoria foucaultina de relações de poder uma vez que consideramos a relação com o trabalho a partir das relações de poder presentes no espaço penitenciário.

No capítulo seguinte, trataremos das bases metodológicas do estudo e das condições de produção que oportunizaram o desenvolvimento desta pesquisa. A partir do conceito de posição-sujeito (ORLANDI, 2015a), consideramos que o trabalhador de muralha é subjetivado no discurso por meio da posição de sujeito-trabalhador, o que lhe confere certas formações imaginárias, ideológicas e discursivas decisivas no seu processo de construção identitária.

CAPÍTULO II

2. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua [...]. (ORLANDI, 2015a, p. 30).

A temática deste estudo refere-se às marcas de subjetividade do agente de escolta e vigilância penitenciária paulista a partir da análise do discurso do trabalhador em relação às características presentes na execução da atividade profissional, a fim de compreender como tais características interferem na constituição de sua identidade. Partimos do pressuposto de que o trabalhador do sistema penitenciário ocupa um espaço de poder na configuração social. No entanto, retomamos a hipótese de que as situações de riscos a que estão submetidos e a característica do ofício (in)visível do trabalhador de “muralha” contribuem para sua própria exclusão social e, conseqüentemente, ocasiona conflitos na constituição de sua subjetividade.

Este capítulo refere-se às condições de produção do estudo que implica considerar a língua a partir de três aspectos: material, enquanto objeto atravessado pelo equívoco e pela historicidade; institucional, a partir de sua formulação social e sua ordem e; imaginário, visto como o mecanismo que produz imagens dos sujeitos e dos discursos dentro de uma situação sócio-histórica. O elemento da historicidade nos remete aos saberes que são constituindo ao longo da história e, assim, produzem dizeres que se apresentam por meio do interdiscurso, do já-dito, afetando o modo como o sujeito significa-se numa determinada situação discursiva (ORLANDI, 2015a). Para a autora:

[...] alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos, em outros dizeres, em muitas outras vozes que, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcadas pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontade. (ORLANDI, 2015a, p. 30).

Além do interdiscurso, as posições que os locutores ocupam também significam seus dizeres de um modo particular e não de outro, produzindo processos de identificação dos sujeitos com seus discursos. Para Orlandi (2015a, p. 40), “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”. Sob este olhar, neste capítulo objetivamos historicizar a posição de sujeito-trabalhador de

muralha e resgatar a esfera do trabalho como mediador da construção identitária, bem como apresentar os recursos teórico-metodológicos utilizados a fim de tecermos o fio condutor da nossa pesquisa.

2.1 O sujeito-trabalhador de muralha

A nomenclatura “Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária” (AEVP), foi estabelecida no Estado de São Paulo através da Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001, que “Institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e dá providências correlatas”. De acordo com o Artigo 1º desta lei, a função do AEVP consiste no “desempenho de atividades de escolta e custódia de presos, em movimentações externas, e a guarda das unidades prisionais, visando evitar fuga ou arrebatamento de presos”.

Nos incisos um, dois e três do mesmo artigo, fica detalhado que as atribuições referentes à escolta envolvem as ações de vigilância do preso, dentro ou fora do estabelecimento prisional; enquanto as atribuições de guarda envolvem as ações de vigilância da unidade prisional nas muralhas e guaritas que compõem suas edificações. No desenvolvimento de ambas as funções ficam autorizadas aos trabalhadores o porte de arma de fogo.

Por se tratar de função pública, só tornarão AEVPs aqueles sujeitos que forem aprovados em concursos públicos da área a partir de quatro fases eliminatórias e sucessivas, descritas no Artigo 4º: provas, ou provas e títulos; prova de aptidão psicológica; prova de condicionamento físico; comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e na vida privada.

No artigo 5º são detalhadas as exigências para o candidato que se referem à apresentação de certificado de ensino médio ou equivalente; idade entre 18 a 40 anos; estatura física mínima de 1,65m; estar em dia com as obrigações eleitorais e no pleno exercício dos direitos políticos; manter conduta idônea e ilibada na vida pública e privada. No Artigo 6º, ficam expostas as exigências para o efetivo exercício do cargo que compreende, entre outras, a aprovação no curso de formação técnico-profissional; adequação física e mental; aptidão, disciplina, assiduidade, dedicação ao serviço, eficiência e responsabilidade.

No entanto, por se tratar de uma função legalmente instituída há pouco mais de uma década, muitos desses trabalhadores do sistema penitenciário ainda não receberam treinamento para desenvolver a função de escolta dos sujeitos em privação de liberdade,

fazendo com que tal tarefa esteja sob responsabilidade da polícia militar na maior parte do Estado de São Paulo. Para tanto, esse estudo se restringe à coleta sobre a execução do trabalho que compreende apenas as atribuições de guarda do sistema prisional.

Devido à característica do espaço físico onde este trabalho é executado, historicamente, estes trabalhadores são chamados de “guarda de muralha”, “trabalhador de muralha”, “agente de muralha”. Além das muralhas, outra característica marcante deste espaço físico é a guarita, também conhecida como torre penitenciária, lugar onde faz funcionar o que Foucault (2010) descreve como o panóptico de Bentham.

O panóptico é uma construção arquitetural em forma de anel com uma torre alta ao centro, estruturado de modo que apenas quem está dentro dele consiga visualizar o que está fora. Este dispositivo foi idealizado para que funcionasse em qualquer ambiente onde se desejasse vigiar e controlar o comportamento de uma determinada população: detentos, pacientes psiquiátricos, alunos, operários etc. Para Foucault (2010), Bentham colocou o princípio de que o poder deveria ser visível – a partir de sua construção física – e inverificável – o sujeito não deveria ter certeza de que estaria sendo observado, mas deveria ter certeza de que sempre haveria esta possibilidade –, funcionando como um importante dispositivo disciplinar de disseminação de um poder onipresente e onisciente. De acordo com o autor, o efeito mais importante do Panóptico seria:

[...] induzir o detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação, que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são os portadores. (FOUCAULT, 2010, p. 191).

Ainda, para Foucault (2010, p.19) “o panoptismo é o princípio geral de uma nova ‘anatomia política’ cujo objeto e fim não são a relação de soberania mas as relações de disciplina”. Sua eficiência seria verificada pelo fato que permitiria aperfeiçoar o exercício do poder porque poderia reduzir o número daqueles que o exercem e aumentar o número daqueles que são submetidos a ele permitindo intervir constantemente e sua pressão faria com que os erros, as faltas, os crimes fossem impedidos de serem cometidos. O mecanismo disciplinar produzido pelo panóptico agiria diretamente sobre os indivíduos sem a necessidade de intervir sobre eles.

Além disso, “pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor [...] até seus criados [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 192). No entanto, o funcionamento do panóptico conforme descrito por Foucault (2010) sofre alterações quando comparado ao corpus analisado, uma vez que os relatos dos sujeitos-trabalhadores apontam para a precisão da visibilidade dada pelo interno em relação ao agente e não ao contrário, como apresentado no seguinte excerto: “[...] **parece impossível mas eles sabem da característica de cada funcionário eu falo isso porque já foram apreendidos dados desenhos anotações com...com a rotina de cada funcionário**” (S5). Nesse sentido, questionamos se o funcionamento do panoptismo, nesse caso, se daria pelo duplo registro do panóptico, pois, à medida que o interno detém o campo de visibilidade do agente, instala-se um mecanismo duplo de verificação da ordem e disseminação do poder onde o agente vigia o interno mas também encontra-se sob o controle dele.

Tal questionamento, no entanto, pôde ser mais desenvolvido no capítulo analítico. Partiremos nesse momento para o resgate das visões que permeiam o campo do trabalho e suas influências na constituição das subjetividades.

2.2 O olhar sobre o trabalho na constituição das subjetividades

O olhar sobre o trabalho é permeado por mudanças sócio-históricas que possibilitam diferentes formas de subjetivação que estão de acordo com o contexto e época que os sujeitos estão inseridos. A partir de Arendt (2000) entendemos que na antiguidade clássica o labor era desprezado porque estava atrelado às condições servis dos escravos. A escravidão funcionava como uma tentativa de excluir o labor das condições da vida humana e, por isso, ela mesma, era justificada como forma inerente da relação humana. Assim, havia uma divisão nítida entre as atividades intelectuais e as braçais, sendo esta última desvalorizada socialmente (ARANHA, 2009).

Na idade média a riqueza se restringia à posse de terras e no sistema feudal prevalecia a relação servil onde o ato de trabalhar ainda estava atrelado ao desprestígio social, pois só trabalhavam aqueles que não detinham riquezas: os servos pobres e os comerciantes. No início da idade moderna, principalmente com a Revolução Industrial no século XVIII, há a ascensão da burguesia que valorizava a técnica e o trabalho, uma vez que estes possibilitaram a libertação dos sujeitos e das cidades que eram controladas pelos senhores feudais.

Foi na modernidade, então, que ocorreu a inversão das relações do trabalho (labor), passando a ser glorificado como a fonte de todos os valores. Surgem as distinções entre trabalho produtivo e improdutivo; qualificado e desqualificado, manual e intelectual. Para Arendt (2000) a distinção entre o trabalho produtivo e o improdutivo contém a separação entre o trabalho e labor: enquanto o trabalho era prestigiado por estar ligado à produção de objetos; o labor era menosprezado por ligar-se às atividades de sobrevivência humana.

Nesse panorama, cabe citar a teoria marxista, dada sua importância enquanto uma das maiores teorias relacionadas às relações de trabalho, que passa a conceber toda forma de trabalho como produtiva, uma vez que considera que não há distinção entre labor e trabalho, pois “[...] todo trabalho tornar-se-ia labor, uma vez que todas as coisas seriam concebidas, não em sua qualidade mundana e objetiva, mas como resultados da força viva do labor, como funções do processo vital.” (ARENDR, 2000, p.100).

A partir de Marx, a diferença entre o trabalho e labor foi abandonada em favor do labor, ou seja, o labor entendido como força de produção (e não como produto final) necessária à manutenção da organização do trabalho parcializado decorrente dos processos de industrialização. Ainda, na sua crítica ao sistema econômico capitalista, instalado com o desenvolvimento industrial, o olhar do filósofo aponta para o fato de que “[...] a produtividade do trabalho é medida e aferida em relação às necessidades do processo vital para fins da própria reprodução; reside no excedente potencial inerente à força de trabalho humana e não na qualidade ou caráter das coisas que produz.” (ARENDR, 2000, p 105).

Nessa visão, o capitalismo contribui para as formas de alienação e, portanto, de exclusão do sujeito, à medida que exclui o valor de uso do trabalho em prol do valor de troca. Em outras palavras, deixa-se de fabricar objetos necessários para a existência, priorizando a venda da força de trabalho que transforma o sujeito também em mercadoria. O sujeito acredita ter autonomia sobre o seu trabalho, entretanto, é comandado por forças externas que o controlam como a escolha do produto a ser fabricado, o salário, o horário e o ritmo de trabalho. Instala-se dois fenômenos paradoxais: o fetichismo da mercadoria e a reificação do trabalhador (ARANHA, 2009).

Ainda, o trabalho parcializado contribui para a alienação, pois não possibilita a identificação do sujeito com o seu trabalho. Para Codo (1988, p. 19) “[...] no trabalho, organizado na sociedade capitalista, ocorre uma ruptura, uma cisão, um divórcio entre o produto e o produtor, o trabalhador produz o que não consome, consome o que não

produz.”. Assim, por meio da produção coletivizada, os sujeitos contribuem para a fabricação do produto, mas nenhum deles, de fato, domina o processo de produção.

Nesse caso, observamos que o trabalho nas “muralhas” também contribui para a coisificação do trabalhador, visto que, no contato com o trabalho, o sujeito vivencia uma posição secundária em relação ao armamento que carrega, como marcado no relato de S2: “[...] **eu já ouvi os outros falar ‘muita gente respeita o distintivo mas todo mundo respeita uma arma’ então a arma é indispensável pro trabalho porque se a gente não tá armado ninguém respeita.**”. Além disso, o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, uma vez que não realiza o trabalho material³ e “[...] **isso acaba sendo um pouco estressante você não produzir você olhar pra traz e não vê que o dia foi produtivo cê concluiu suas horas.**” (S6).

Na modernidade, também encontramos a definição do trabalho atrelada à moral religiosa. Max Weber (1864-1920) explica o capitalismo a partir de fatores externos à economia, ou seja, por meio das relações sociais estabelecidas com a Reforma religiosa na Europa ligada ao protestantismo de Lutero e ao calvinismo. Catani (1982), ao expor a teoria de Weber, aponta que no luteranismo o trabalho era valorizado como meio de salvação do homem e o termo “vocação” passa ter o sinônimo de profissão. No calvinismo acentua-se a visão da valorização religiosa da atividade profissional e do trabalho onde por meio destes o sujeito renderia honras e glórias à figura divina. Junto a esta valorização positiva do trabalho também estava a valorização da riqueza que deveria ser vista, para além do gozo e do prazer, como reinvestimento para novas formas de trabalho.

Retomando a visão de Arendt (2000), são os produtos do trabalho – e não os produtos do labor – que garantem a permanência e a durabilidade das coisas e que, juntamente com o olhar do outro, marcam a existência humana. Para que as coisas se tornem mundanas, isto é, fatos, eventos, pensamentos, ideias, é necessária a presença do outro que tenha visto e ouvido e que se lembrará do feito, assim como a transformação do objeto. Segundo a autora:

Sem a lembrança e sem a reificação de que a lembrança necessita para sua própria realização – e que realmente a tornam, como afirmavam os gregos, a mãe de todas as artes – as atividades vivas da ação, do discurso e do pensamento perderiam sua realidade ao fim de cada processo e desapareceriam como se nunca houvesse existido. (ARENDT, 2000, p. 107).

³ Esse conceito foi desenvolvido no eixo de análise 3.3, sobre as formações imaginárias frente ao sentido do trabalho.

De acordo com Dejours (2011, p. 304), o trabalho é “[...] a atividade coordenada exercida por homens e mulheres para fazerem frente ao que já não é dado pela organização prescrita do trabalho.”, ou seja, o trabalho ocorre na sua relação com o real, implicando um confronto com aquilo que não está previsto e, portanto, aparece como algo que é subvertido às normas da organização. O trabalho é o uso das técnicas, mas também o uso da inventividade, da criatividade, do novo. Por meio dessa mobilização do sujeito na atividade têm-se ganhos no desenvolvimento da subjetividade.

Inicialmente, o trabalho é posto em prática no mundo objetivo por meio da racionalidade cognitiva instrumental, isto é, da atividade e do uso de técnicas e avaliado enquanto eficácia, produção e produtividade. No entanto, o trabalho é conduzido pelas relações intersubjetivas onde a dinâmica do reconhecimento – que considera o julgamento dos outros – aparece como mediador dos processos identitários, conforme visto do capítulo I. Assim, a dinâmica do trabalho opera num campo entre o sujeito (trabalhador), o real (organização de trabalho) e o outro. É com base nesses pressupostos que analisamos a relação do trabalho nas muralhas com os processos identitários desses trabalhadores.

2.3 Dos procedimentos teórico-metodológicos

Esta pesquisa tem como bases teórico-metodológicas a Análise do Discurso, baseada na passagem da superfície lingüística, isto é, o material bruto da linguagem, ao processo discursivo constitutivo de sentidos que são atravessados por aspectos históricos, inconscientes e ideológicas que perpassam o sujeito. Segundo Orlandi (2015a), por meio do dispositivo da interpretação, o analista precisa atravessar o efeito de transparência da linguagem, da literalidade da palavra e da fantasia onipotente do sujeito que se imagina dono do seu dizer.

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro modo, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2015a, p. 57).

Por meio do processo interpretativo, analisa-se o que é dito no presente discurso e o que são ditos em outros, isto é, o dizer do sujeito afetado por diferentes memórias discursivas protegidas pelo esquecimento número dois. Tem-se, portanto, o objetivo de chegar mais próximo dos sentidos na observação das posições do sujeito. O analista trabalha nos limites da interpretação, por isso não se coloca exterior à história e ao

simbólico da linguagem, mas numa posição deslocada que lhe permite apreender o processo de produção de sentidos e suas condições de produção, podendo chegar aos processos de identificação do sujeito através das marcas de subjetividade produzidas no decorrer de todo o texto (ORLANDI, 2015a).

De acordo com Foucault (1986), os discursos são concebidos a partir da dispersão, uma vez que não estão ligados por nenhum princípio de unidade do sujeito, mas pelas regras de formação (do discurso) compostas pelos objetos, os diferentes tipos de enunciação, os conceitos, os temas e as teorias, dadas as posições assumidas pelo sujeito. No entanto, em meio às regras de formação é possível identificar certa regularidade que determina a formação discursiva. Dessa forma, “[...] um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva.” (FOUCAULT, 1986, p. 146).

Cabe então a distinção entre enunciado e enunciação. O primeiro é entendido como unidade linguística básica que faz parte de um conjunto de outros enunciados à medida que se integra sempre num jogo enunciativo, podendo ter sua materialidade repetida noutras situações (mas nunca alcançando o mesmo significado, já que seu efeito depende de outros enunciados). A enunciação é marcada pela singularidade, pois, por se relacionar com a cena enunciativa, jamais poderá ser repetida.

Na teoria foucaultiana, o discurso engloba a articulação entre o saber e o poder, visto que quem fala, fala de algum lugar e a partir de um direito reconhecido institucionalmente, conferindo o efeito de verdade que é gerador de poder. Esta produção do poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída de modo que haja a eliminação de qualquer ameaça ao poder.

A partir da análise das condições de produção do discurso sobre a loucura (1972), o saber médico (1980) e as ciências humanas (2000), Foucault começa a delinear a construção do método arqueológico que será consagrado em seu texto: *A arqueologia do saber* (1986). O método arqueológico consiste na escavação histórica dos discursos a fim de compreender como um acontecimento discursivo emerge num determinado momento histórico-social e produz a positividade do saber. Por se aproximar das teorias da “nova história”, Foucault (1986) deixa de lado a origem visível dos discursos para analisar os fatos discursivos a partir de sua descontinuidade, ou seja, de suas brechas e rupturas que tornaram um enunciado possível e não outro. Para o filósofo: “O que a arqueologia quer revelar é o nível em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discursos que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão

relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas.” (FOUCAULT, 1986, p. 189).

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2014) problematiza as relações entre o discurso e o poder a partir da análise genealógica que envolve a discussão sobre os sistemas de controle imersos na sociedade ocidental. O filósofo parte do pressuposto de que as relações de poder possibilitam que certos discursos são possíveis de serem proliferados em uma determinada época, excluindo outros. Assim, propõe que a produção do discurso é controlada, organizada, selecionada e redistribuída a partir de dois procedimentos (externos e internos) que funcionam como princípios de controle e de delimitação do discurso.

Os procedimentos externos ou de exclusão são descritos por meio da interdição, da segregação e da vontade de saber. A interdição determina aquilo que pode ou não ser dito, numa ou noutra circunstância e pela posição ocupada do sujeito marcando a ligação entre o desejo e o poder, ou seja, o discurso não carrega somente evidências do poder, mas aquilo que se deseja apoderar. Atrelado à interdição está o procedimento de segregação que se apresenta por meio de censuras e dicotomias entre o normal e o patológico, a razão e a loucura, o certo e o errado. Foucault exemplifica a segregação com a análise do discurso do louco que desde a Idade Média se apresenta de forma censurada, nula e não acolhida como efeito de verdade ou importância social.

Isso ocorre porque a sociedade ocidental, apoiada nas bases do pensamento positivista/cognoscente, carrega o desejo da verdade que é permeado pela oposição entre o verdadeiro e o falso. Sob este prisma, Foucault desconstrói o conceito de verdade construído pelo pensamento positivista, trazendo à tona a perspectiva de que não existe verdade, mas vontades de verdade que se transformam de acordo com as particularidades e possibilidades históricas. Assim, a vontade de saber se relaciona àquilo que vem sendo historicamente construído como verdade a partir dos sistemas de controle exercidos por essa produção.

Em relação aos procedimentos internos, está o controle do discurso à medida que esse exerce seu próprio controle e está submetido à dimensão do acontecimento e do acaso. O primeiro procedimento interno relaciona-se ao comentário visto como o desnível entre um primeiro e um segundo texto por meio do deslocamento. É a partir dele que se torna possível construir novos discursos e trazer à tona aquilo que estava silenciado. Para Foucault (2014, p. 25) “[...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.”. Desta maneira, o comentário exerce uma função de

controle sobre o acaso do aparecimento do discurso, agindo de forma paradoxal entre a repetição e o esquecimento; em outras palavras, segregando textos que serão preservados e os que serão esquecidos.

O segundo procedimento interno diz respeito ao autor que é entendido como o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Para o filósofo, o autor “[...] é aquele que dá à inquietude linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.” (FOUCAULT, 2014, p. 26). Enquanto o princípio do comentário limita o acaso do discurso pelas relações entre a paráfrase e a polissemia, o princípio do autor limita esses mesmo acaso por uma identidade que tem a forma da individualidade do eu. Por fim, o terceiro procedimento refere-se à disciplina enquanto função restritiva e coercitiva que dá limites à sua identidade, definindo os enunciados como verdadeiros e falsos a partir de uma reatualização permanente das regras.

Um terceiro grupo de procedimentos de controle refere-se à rarefação visto como aquilo que os sujeitos podem dizer a partir do que é instituído envolvendo as práticas do ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso. O ritual define a qualificação, os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e os demais conjuntos de signos que deve acompanhar o discurso fixando sua eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem e sua característica coercitiva.

As sociedades de discurso têm por função conservar ou produzir discursos num espaço fechado, distribuí-los somente segundo algumas regras restritas sem que os detentores fiquem despossuídos, como no caso do segredo técnico ou científico; da difusão e circulação do discurso médico; ou dos que se apropriam do discurso político ou econômico. Nesses casos, muitos têm acesso de forma geral ao discurso produzido, mas poucos são os que têm domínio a esses discursos.

Ao contrário das sociedades de discurso que são campos restritos daqueles que falam, as doutrinas aparecem como meio de difusão do discurso e pertença ideológica dos sujeitos que falam num processo de assujeitamento do indivíduo. Por fim, as apropriações sociais dos discursos se dão pelas instituições que regem a distribuição e o gerenciamento das apropriações como no caso do sistema educacional. Para Foucault (2014, p. 41), “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.”.

No entanto, essa divisão entre as práticas do ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso é meramente didática, pois no funcionamento das práticas discursivas esses conteúdos se entrelaçam garantindo a distribuição dos sujeitos que falam nos diversos tipos de discurso e a apropriação dos discursos por certas classes de sujeitos, assim, para o filósofo, são esses os “[...] grandes procedimentos de sujeição do discurso.” (FOUCAULT, 2014, p. 42).

Com esses pressupostos, Foucault chega à reflexão de que, para analisar as condições, relações e efeitos do discurso, é necessário questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante. Por meio dessas reflexões propõe o método da análise do discurso partindo de quatro princípios, a saber: inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade.

O princípio de inversão remete à problematização dialética dos discursos para que possa chegar à descentralização do poder; a descontinuidade está atrelada à dispersão, isto é, as práticas descontínuas que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e excluem; o princípio de especificidade alude à regularidade enunciativa, as repetições, as recorrências de um determinado enunciado e os motivos que levaram certo discurso emergir e não outro; por fim, a exterioridade abarca o interdiscurso a partir de uma construção histórico-social.

Assim, Foucault apresenta uma teoria de análise do discurso reconfigurando as noções tradicionais de consciência, continuidade, signo e estrutura trazendo à tona os conceitos de acontecimento, regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência e transformação. A teoria foucaultiana apresenta-se à análise do discurso pelo viés da descontinuidade das sistematicidades e da casualidade dos acontecimentos. De acordo com Gregolin (2004, p. 108):

A análise do discurso, assim pensada, pode, finalmente, descrever as articulações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, sua inscrição no arquivo.

Foucault (1979) aproxima-se com mais vistas ao estudo da genealogia do poder, analisando os dispositivos do poder nas sociedades disciplinares e nas instituições desenvolvidas para controlar os corpos como as prisões, fábricas e escolas. Em *Microfísica do poder*, o teórico traz um capítulo específico sobre a *Genealogia do poder* e problematiza as práticas do poder, bem como a relação que se estabelece entre o saber

e poder. Desta forma, utilizamos a investigação foucaultiana a fim de analisar as dispersões, as regularidades e suas relações com as técnicas e dispositivos do poder, tornando-se relevante o estudo dos processos identitários do trabalhador de “muralha” por meio dos conteúdos históricos e ideológicos que envolvem o processo de trabalho e a instituição envolvida a partir das relações de saber-poder, visto que as subjetividades são produzidas pelo discurso do poder, determinante dos enunciados como verdadeiros e falsos sobre o sujeito.

Dessa forma, o autor propõe o método arqueogenealógico de análise do discurso que consiste na escavação dos arquivos a fim de compreender como um acontecimento discursivo emerge num determinado contexto sócio-histórico culminando na produção de certos saberes e como estes se relacionam com as técnicas e dispositivos de poder vigentes, pois para Foucault (1986) as subjetividades são produzidas a partir do discurso do poder, determinante dos enunciados como verdadeiros e falsos sobre o sujeito.

Cabe ressaltar que nesse estudo não utilizamos a análise arqueológica, pois não se trata de realizar a escavação histórica dos discursos, de retomar a memória discursiva ou os acontecimentos, mas utilizamos a análise das regularidades e dispersões de sentidos produzidos que culminam na produção de certas formações discursivas. Nesse contexto metodológico, por meio da dispersão dos enunciados apresentados pelos sujeitos-trabalhadores procuramos destacar e analisar as regularidades e positivities que direcionaram as marcas da formação identitária do trabalhador de muralha.

A partir do conceito de espelho lacaniano temos a concepção de que a construção identitária se dá por meio da imagem (representação) que o sujeito faz de si, atrelada ao encontro com o outro que confirma a realidade vivenciada. Assim, por meio das formações imaginárias do sujeito é possível apreender as representações que contribuem para a construção de sua identidade.

Para a análise dos processos identitários utilizou-se a teoria dejouriana sobre a constituição da identidade no/pelo trabalho (DEJOURS, 1992, 1999a, 1999b, 2011). Dejours, psicanalista e filósofo francês, desenvolve a teoria sobre a psicodinâmica do trabalho apoiado nos conceitos fundadores da psicanálise freudiana que envolve a dialética entre o sofrimento e o prazer; na noção de tarefa dada pela ciência ergonômica e; no papel central do trabalho na realização do sujeito social. Nesse contexto, os processos identitários do trabalhador se dariam em meio às desestabilizações próprias dos processos de trabalho decorrentes “[...] do domínio da técnica, do desenvolvimento

da inteligência prática ou ainda das relações entre os pares e no âmbito da organização.” (SZNELWAR, 2011, p 50).

Na teoria dejouriana, encontramos ainda o papel da linguagem enquanto mecanismo de apreensão dos fatores que contribuem para a identidade do trabalhador, uma vez que: “É por intermédio da linguagem que o sujeito poderia expressar como ele vive o trabalho, como sofre no trabalho, como constrói e se constrói com o trabalho, como se relaciona no trabalho.” (SZNELWAR, 2011, p. 49).

2.3.1 A construção do corpus de pesquisa

Nesse estudo, apoiamo-nos na visão de Rocha, Daher e Sant’Anna (2004) que compreendem a entrevista como um dispositivo de produção de texto construída sócio-historicamente e definida como uma prática linguageira decorrente de uma configuração enunciativa que a singulariza. Os autores criticam as teorias sobre metodologia em ciências humanas que definem a entrevista como ferramenta ou técnica, uma vez que essa idéia carrega a visão de uma linguagem homogênea, monossêmica e transparente onde o dito do entrevistado assume uma informação de verdade a ser relevada ao pesquisador por meio da entrevista. Outra manifestação que ratifica essa visão de linguagem monológica e transparente está ligada à noção de fidedignidade associada à idéia de que as entrevistas não sofrem influências das condições de aplicação e do conteúdo do instrumento.

Por outro lado, assim como os autores, reconhecemos que a entrevista é um dispositivo enunciativo onde a interferência do pesquisador ocorre de forma direta, já que é por meio da interação entre entrevistado e entrevistador que nasce um texto original, portanto, o texto (da entrevista) é considerado como uma co-construção entre esses dois atores. Nessa pesquisa, a escolha por esse dispositivo se deu a partir da impossibilidade de acesso direto do pesquisador aos processos de trabalho e pelo desejo de compreender as representações do sujeito-entrevistado sobre sua posição enquanto sujeito-trabalhador.

Além disso, por meio da entrevista é possível identificar uma massa de textos produzidos por outros atores que aparecem no relato do sujeito-entrevistado como, por exemplo, na presente pesquisa, a voz do Estado, da sociedade, dos familiares e colegas e dos internos, isto é, a existência de outros textos (outras vozes) que são atualizadas por meio do dizer na situação enunciativa da entrevista e que permite retomar várias

situações de enunciação ocorridas em momentos que não havia a presença do pesquisador.

Entre as questões abordadas no roteiro da entrevista (anexo nº.3) foi proposta a discussão sobre o cotidiano de trabalho; a visão dos sujeitos entrevistados frente à relevância do trabalho para o sistema penitenciário e a população; o questionamento sobre as situações de risco, sentimentos e desejos dos sujeitos em relação ao desenvolvimento da função, a fim de que pudéssemos coletar as informações necessárias para responder as perguntas de pesquisa desse estudo. Após a transcrição literal das entrevistas por meio das normas NURC⁴, foram realizados os recortes visando obedecer as bases metodológicas do estudo, bem como a coleta de dados para responder os objetivos dessa pesquisa.

O corpus dessa pesquisa é constituído por 17 sequências discursivas, selecionadas a partir das entrevistas semidirecionadas realizadas com oito agentes de escolta e vigilância que desempenham suas atividades no sistema penitenciário de regime fechado, do Estado de São Paulo. As entrevistas foram realizadas nas respectivas Unidades em que os sujeitos cumprem suas funções, de maneira individual, e gravadas com aparelho de áudio exclusivo a esta finalidade.

Primeiramente, foi realizado contato telefônico com o Comitê de Ética da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) com a finalidade de averiguar os procedimentos necessários para o pedido de autorização desta pesquisa. Por se tratar de pesquisa que envolve a coleta de dados com seres humanos, foi necessária a inserção do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil e, concomitantemente, enviado para o Comitê de Ética da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. O início da coleta de dados ocorreu somente após a apreciação e aprovação dos Comitês de Ética aqui referidos, especificamente, na data de 24 de dezembro de 2014.

O critério estabelecido para participação da pesquisa foi que o sujeito tivesse, no mínimo, cinco anos de exercício profissional e que aceitasse a participação voluntária na pesquisa, pois acreditava-se que os trabalhadores que estivessem há pouco tempo desempenhando suas atividades poderiam ter pouca experiência e conhecimento sobre a rotina de trabalho.

Outro critério de participação foi que os sujeitos não ocupassem cargos ou funções de chefia, pois partimos da ideia de que os processos identitários são

⁴ Normas para transcrição de entrevistas gravadas (PRETI, 2003).

decorrentes das posições que os sujeitos ocupam no contexto sócio-histórico e ideológico. Dessa maneira, o olhar dos sujeitos que ocupam cargos de chefia estaria mais próximo à visão hierárquica enquanto os trabalhadores que ocupam a linha de frente do trabalho ocupariam a posição de subordinados no processo de trabalho.

A princípio selecionamos oito Unidades Penitenciárias no estado de São Paulo e o objetivo era que fosse realizada uma entrevista por Unidade. No entanto, pela dificuldade de locomoção da entrevistadora uma das Unidades não pôde ser visitada e, assim, numa das Unidades foram realizadas duas entrevistas com sujeitos distintos. Para resguardar o sigilo dos sujeitos-participantes decidimos, nessa explanação, não citar os nomes das Unidades Penitenciárias as quais os sujeitos trabalham, todavia tais informações foram devidamente especificadas no projeto de pesquisa enviado aos Comitês de Ética aqui envolvidos.

Posteriormente à aprovação, o próprio Comitê de Ética da SAP encaminhou seu parecer, juntamente com a autorização do Secretário da Secretaria de Administração Penitenciária, para a pesquisadora, coordenadores regionais das Unidades Prisionais e diretores das Unidades Penitenciárias requeridas. A partir disso, a pesquisadora realizou o contato telefônico com os diretores prisionais para a autorização da entrada no espaço prisional e agendamento da data de entrevista.

Nesse contato, a pesquisadora expôs o desejo de que os sujeitos-participantes não tivessem conhecimento prévio sobre a realização da entrevista e colocou-se à disposição para que no momento em que estivesse na Unidade pudesse explicar os objetivos da pesquisa e, a partir disso, convidasse os trabalhadores que participaria voluntariamente. No entanto, o modo como os sujeitos foram direcionados para a entrevista variou de um lugar para o outro, visto que, em algumas Unidades Prisionais houve a possibilidade do convite pessoal da pesquisadora e noutras quando a entrevistadora chegava à Penitenciária o sujeito-participante já tinha sido indicado. Numa das situações, ainda, um dos sujeitos entrou em contato via e-mail com a pesquisadora, demonstrando o interesse na participação da entrevista.

Nos casos em que foi possível o convite pessoal da pesquisadora, observou-se que os dizeres dos sujeitos-trabalhadores eram delimitados por certo grau de censura gerada pela interdição do discurso, pois alguns sujeitos expressaram receio quanto ao uso das informações. Para Orlandi (2015b), a interdição impede o sujeito de ocupar certas regiões do discurso determinadas pelas diferentes posições ocupadas afetando o movimento de identidade uma vez que “[...] impede-se que o sujeito, na relação com o

dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável.” (ORLANDI, 2015b, p.104). Numa das situações, a interdição do discurso foi tão intensa que um dos sujeitos não aceitou assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido porque não queria que seus dados estivessem no documento. Assim, não foi possível fazer essa entrevista e outro participante foi convidado.

O local de realização das entrevistas também variou de uma Unidade para a outra, visto que em algumas, a sala para a entrevista compreendia o espaço da administração geral da Penitenciária e noutros a entrevista pôde ser realizada no espaço nomeado como “Corpo da Guarda”. Este local compreende ao espaço do Núcleo de escolta e vigilância com copa/cozinha, banheiros, dormitórios, sala de descanso com aparelhos eletrônicos para lazer e equipamentos para realização de exercícios físicos (em algumas Unidades), escritório do diretor do setor e chefe de turnos e sala de armamentos. Por meio desse espaço, somente os AEVPs, ou porventura alguém que eles autorizarem, têm acesso às muralhas.

Em todos os casos, o início da entrevista deu-se apenas a partir do consentimento do sujeito e da coleta da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵, visando que o participante tem o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer tempo, sem prejuízo e livre de quaisquer sanções ou constrangimentos. O acesso e a análise dos dados coletados foram realizados apenas pela pesquisadora e sua orientadora para que não ocorresse riscos em relação ao sigilo ético que a pesquisa requer. Ressalta-se, portanto, que a participação na pesquisa não culmina em qualquer risco para os sujeitos. Após os procedimentos elencados, partimos para o processo analítico do corpus dessa pesquisa que será apresentado no próximo capítulo.

⁵ Anexo n. 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Conselho Nacional de Saúde); Anexo nº. 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (SAP)

CAPÍTULO III

3. O TRABALHO NAS “MURALHAS”: ENTRE AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Trabalhar não é apenas produzir, é também produzir-se a si mesmo [...]. (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 41).

Este capítulo apresenta a análise discursiva permeada pelos objetivos da pesquisa que correspondem à: a) investigar como os riscos pessoais influenciam na formação dos processos identitários do trabalhador de muralha; b) discutir como as formas de reconhecimento e os sentidos atribuídos ao trabalho influenciam a constituição da subjetividade e; c) descrever as formações imaginárias e de saber-poder presentes nas relações do trabalho de muralha do sistema penitenciário.

A partir desses objetivos e das regularidades do discurso dos trabalhadores foi possível estabelecer três eixos para análise que pudessem responder as perguntas dessa pesquisa: 3.1 Análise discursiva sobre o risco no trabalho; 3.2 Formações Imaginárias sobre o reconhecimento no trabalho; 3.3 Formações Imaginárias sobre o sentido do trabalho. No entanto, como os conteúdos dos enunciados possibilitam dispersões de sentido, propusemos dentro dos eixos de pesquisa a identificação e a separação de subitens conforme a significação estabelecida: 3.1.1 Trabalho de vigiar e ser vigiado: o duplo registro do panóptico; 3.1.2 A denegação frente ao risco do trabalho; 3.1.3 O risco como criatividade no trabalho; 3.2.1 Entre a (in)visibilidade e a exclusão; 3.2.2 A relação com o interno; 3.3.1 Significado e sentido no trabalho; 3.3.2 O trabalho inativo na manutenção da ordem.

Na expectativa de proporcionar uma melhor compreensão em relação à discussão desta análise apresentamos as sequências discursivas (SDs) recortadas da entrevista com os sujeitos-trabalhadores juntamente com as perguntas (P) realizadas pela entrevistadora que estarão em nota de rodapé e a ordenação dos sujeitos entrevistados apresentada por S1, S2, S3, sucessivamente, ao final de cada relato. É importante destacar que, por se tratar de entrevistas semi-estruturadas, os trechos selecionados nessa análise obedecem a continuidade de questões dadas no roteiro da entrevista e por isso não foram ditas ao acaso.

3. 1 Análise discursiva sobre o risco no trabalho

O risco nas situações de trabalho configura-se como um elemento exterior ao trabalhador à medida que está ligado às características da atividade e da organização de trabalho, mas que aparece relacionado diretamente ao prejuízo à integridade física e/ou psíquica dos sujeitos. Dejours (1992) aponta a existência de riscos que incidem sobre o corpo dos trabalhadores, como nos casos de fraturas, ferimentos, mortes violentas, entre outros que estejam relacionados aos acidentes no ambiente laboral. O autor também assinala que o risco, na maioria das vezes, ocorre de maneira coletiva, já que no ambiente de trabalho mais de um trabalhador colabora para o desenvolvimento de uma determinada tarefa e, embora os riscos sejam inerentes a algumas condições de trabalho, ocorrem de modo imprevisível, o que contribui para o aumento da ansiedade para o trabalhador.

Essa ansiedade pode ser desenvolvida no trabalhador de três formas distintas: “a) Ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo [...]” (DEJOURS, 1992, p.77), advinda de situações de trabalho que não permitem o desenvolvimento mental, no que tange aos aspectos intelectuais e/ou afetivos com o trabalho, causando sintomas de paralisação na capacidade de representação do sujeito; “b) Ansiedade relativa à degradação do organismo [...]” (DEJOURS, 1992, p.78), marcada pelas situações de ameaça à integridade física. Nesse caso, a ansiedade aparece como “[...] seqüela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo.” (p.78) e; “c) Ansiedade gerada pela ‘disciplina da fome’ [...]” (p.78), ligada à submissão das condições de trabalho devido à necessidade de sobrevivência por meio do trabalho.

Sendo assim, neste eixo pretende-se discutir as marcas do risco vivenciado pelo sujeito no ambiente de trabalho a fim analisar como estes riscos influenciam na formação identitária deste sujeito-trabalhador. Por meio dos dizeres, foi possível demarcar três características do risco no trabalho nas muralhas: o risco e a relação saber-poder no ambiente prisional; o risco denegado como função protetiva do ego e; o risco como elemento criativo no processo de trabalho.

3.1.1 Trabalho de vigiar e ser vigiado: duplo registro do panóptico

No ambiente carcerário o guarda de muralha realiza diretamente o papel de agente da ordem e da disciplina por meio da função de vigilância constante dos sujeitos

encarcerados. No entanto, observa-se que a estrutura física do sistema prisional permite que os agentes também sejam alvos de vigílias dos sujeitos encarcerados formando assim o duplo registro do panoptismo como apresentado nas seqüências discursivas a seguir:

SD1⁶:

[...] é um trabalho de ser vigiado **também**⁷... e eu **acredito** que tenha presos **determinados** pra isso né “oh **cuida** do guarda lá que ele tá **cuidando** da gente” então (risos) (S1).

SD2:

[...] parece **impossível** mas eles sabem da característica de cada funcionário eu falo isso porque **já foram apreendidos dados desenhos anotações** com...com **a rotina de cada funcionário descreve** lá o funcionário de certa forma por exemplo “aquele baixinho lá **faz isso isso** chega ali **bebe água tal hora**” é **impressionante** o que eles fazem eles **estudam mesmo** eles sabem se você é distraído se você é atento **pode ter certeza** que eles sabem [...] (S5).

Em SD1, o advérbio de inclusão “**também**” (linha 01) traz efeito de sentido de que o trabalho do AEVP envolve o binômio vigiar e ser vigiado pelo outro. A formação imaginária do sujeito-trabalhador sobre o que ocorre dentro do ambiente carcerário é marcada pelo verbo modal “**acredito**” remetendo à crença do sujeito de que aconteça vigília do interior do espaço carcerário para o exterior, isto é, do interno frente ao agente.

Para Coracini (1991, p. 112) “[...] a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere.”. Nesse caso, a expressão da subjetividade aponta para o efeito de verdade que o sujeito deseja instalar por meio do uso do modal.

A palavra “**determinados**” funciona como adjetivo para marcar a existência de pessoas que são indicadas para realizar a vigília a partir de outros sujeitos-internos que tenham o poder para resolver e decidir quem deverá vigiar os trabalhadores, marcando a existência de uma relação de poder entre os próprios internos.

Este fator se reforça a partir da inclusão do verbo “**cuidar**” (segunda linha de SD1) que está na terceira pessoa do singular, marcando o posicionamento daquele que fala e determina ordens a um terceiro. Nesse contexto, o verbo “**cuidar**”, apresenta-se como verbo transitivo indireto com o efeito de sentido de “**reparar, atentar para,**

⁶ A pergunta realizada pela entrevistadora em SD1 e SD2 diz respeito à percepção que o agente de escolta e vigilância tem sobre a possibilidade de que ele seja visualizado pelo interno em seu posto de trabalho.

⁷ *Grifos nossos.*

prestar atenção em”⁸, significando que o preso também mantém o agente sob observação, ou seja, sob vigília.

A partir da incursão da heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1988) no discurso do sujeito-trabalhador marcada por **“oh cuida do guarda lá que ele tá cuidando da gente”** aparece a formação imaginária do agente em relação a como ele acredita que o interno o vê. Nesse caso, o trabalhador acredita que é visto como agente que exerce a vigilância de maneira ininterrupta uma vez que a expressão **“ele ta cuidando”** direciona a ação contínua do agente, visto que **“ele está”** aparece na terceira pessoa do singular e o verbo “cuidando” no gerúndio marca a constância da atividade de vigiar.

Já na segunda seqüência discursiva, o sujeito-trabalhador apresenta dados por meio de fatos reais de como os internos observam os trabalhadores marcados pelo fato de que **“já foram apreendidos dados desenhos anotações com a rotina do funcionário”**. No entanto, os adjetivos **“impossível”** (linha 01) e **“impressionante”** (linha 05) posicionam o sentimento de irrealidade frente à possibilidade de ser visto pelo interno, causando o efeito de sentido de que tal fato não poderia ocorrer, contudo, o sujeito confirma a posição de ser vigiado por meio da modalidade epistêmica **“pode ter certeza”** (GUIMARÃES, 1979), o que demonstra uma intencionalidade discursiva por meio da estratégia retóricoargumentativa (CORACINI, 1991), a fim de convencer o pesquisador sobre o efeito de verdade de seu discurso.

Nesse recorte, o efeito de vigilância dos internos para com os sujeitos-trabalhadores aparece de forma mais incisiva que em SD1. O verbo **“estudar”** figura como transitivo direto e pronominal no sentido de **“examinar(-se); observar(-se) atenta e minuciosamente”**⁹, fazendo referência ao ato de analisar os movimentos dos trabalhadores conhecendo as características físicas (**“aquele baixinho”**), comportamentais (**“faz isso isso isso”**) e psíquicas (**“sabem se você é distraído ou se você é atento”**), de cada um, num movimento de intensa vigília que está marcado pelo advérbio **“mesmo”**, significando o efeito de exatidão.

Nesse caso, o sujeito-trabalhador é atravessado pela formação discursiva (FD) pedagógica que representa a relação de saber-poder dos internos frente ao processo de trabalho. Os internos possuem conhecimento sobre a rotina dos funcionários e isso lhes confere poder, tornando-os perigosos.

⁸ Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

⁹ Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

A partir desses recortes, é possível compreender que o poder no ambiente prisional transita entre os trabalhadores e os internos de modo que os primeiros que, por ora, são agentes representantes da vigilância e da ordem institucional, noutro momento encontram-se numa posição submissa ao poder do interno que mesmo dentro de sua cela os vigiam com precisão, enquanto os agentes apenas esperam o acontecimento da fuga.

É nesse sentido que surge o questionamento sobre o funcionamento do panóptico descrito por Foucault (2010) como forma de um poder inverificável, onipresente e onisciente daquele que deveria ser o agente da ordem, pois no cópua analisado identificamos que o interno também partilha da visibilidade do agente, inclusive de maneira mais precisa que o primeiro, visto que o agente não consegue adentrar o seu olhar à cela e observar, por exemplo, os movimentos dos internos.

Assim, instala-se um mecanismo de vigilância dupla em que o agente também se torna submisso ao poder do interno, o que contribui para a vulnerabilidade e o risco vivenciado no seu posto de trabalho. No entanto, tal situação apresenta-se para o sujeito-trabalhador numa tentativa de denegação como vemos no item a seguir.

Nesse sentido o efeito do duplo registro panóptico torna-se paradoxal uma vez que o trabalhador partilha do aumento da tensão vivenciada pelo olhar do interno é este olhar que também possibilita certa sociabilidade na execução do trabalho; o olhar que ameaça/intimida é o olhar que dá referência ao trabalho do agente, significando-o. Em analogia ao Estádio de espelho de Lacan (1996), podemos dizer que o olhar do interno que, por vezes, aparece de maneira ameaçadora é também o que possibilita o sujeito reconhecer-se como agente de muralha.

3.1.2 A denegação frente ao risco do trabalho

No capítulo I discurremos sobre o papel da denegação como proteção contra o sofrimento vivenciado no trabalho. De acordo com a teoria psicanalítica, a denegação é vista como um mecanismo de defesa do ego (eu) que é realizado a fim de negar um comportamento, desejo ou angústia, a qual o sujeito não reconhece como sendo seus, deixando-os recalcados em seu inconsciente. Nesse cópua a denegação funciona como tentativa de silenciar o afeto frente ao risco vivenciado pelos sujeitos no ambiente de trabalho. Seguem as análises do efeito da denegação nas seqüências discursivas 3 e 4:

SD3¹⁰:

Isso aí é uma coisa que a gente **acostuma né** cê vai **acostumando** então pra mim... eu já num... num vejo isso como um problema mais **só que** no início a gente fica né **“pô o cara tá lá olhando pra gente e a gente não tá vendo o que aquele cara tem na mão”** porque você imagina **né se entra celular se entra droga pode entrar uma arma não pode? Pode acontecer de entrar uma arma** e se o cara tiver lá daquele buraco lá da janela dele lá **apontando uma arma pra você não tá vendo... só que** é coisa que a gente **acostuma [...]**. (S2).

As materialidades desse discurso apontam os riscos presentes no trabalho, visto que, por meio de uma posição reflexiva do discurso marcada pelo uso da heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1988), o sujeito-trabalhador relata sentimentos de incerteza frente ao risco, que podem culminar em sentimentos de vulnerabilidade e, conseqüente ansiedade no trabalho decorrente da degradação do organismo e que está marcado pela expressão “[...] **pô o cara tá lá olhando pra gente e a gente não tá vendo o que aquele cara tem na mão.**”.

Ainda nesse recorte, ocorre a inclusão de aspectos explicativos que trazem o efeito de argumentação frente ao reconhecimento do risco e que está marcado pelas materialidades “[...] **se entra celular se entra droga pode entrar uma arma não pode? Pode acontecer de entrar uma arma.**”. Além disso, o uso da contração “**né**” (linha 01 e linha 04), e o uso da expressão “**não pode?**” (linha 05), denotam a necessidade de confirmação do risco pelo outro. Neste caso, o outro se presentifica na figura da pesquisadora, todavia, além do sujeito presentificado esse recurso também demonstra a necessidade da confirmação do próprio sujeito em relação ao risco de seu trabalho e de demais sujeitos (outros) que duvidem da condição de perigo vivenciada.

No entanto, ocorre a necessidade de afastar a posição vulnerável do sujeito-trabalhador frente ao risco, ou seja, denegar o risco. Indursky (1990, p.118) ao analisar o posicionamento de Ducrot sobre a negação polêmica, nos aponta que “[...] através da denegação, o sujeito diz sem, de fato, dizer.”. Isto quer dizer que o sujeito apresenta-se dividido entre o seu desejo de dizer e a necessidade de manter o conteúdo afetivo recalcado no inconsciente. Com a denegação, há a possibilidade da verbalização desse conflito, pois à medida que o sujeito verbaliza o recalcado negativamente pode expressá-lo sem admiti-lo.

Nesse recorte, a denegação está marcada pelas materialidades “**num...num**”, na linha 02, e pela conjunção adversativa “[...] **só que**” (linha 02 e 07) que, juntamente com o verbo **acostumar**, marcado nas variações ‘**acostuma**’ e ‘**acostumando**’ trazem o

¹⁰ Nesse momento, a pergunta realizada foi: “E como que é saber que sempre tem alguém que vê vocês?”.

efeito de “**adaptar(-se), como reação ou resposta a estímulos externos, condições ambientais e esp. pela repetição.**”¹¹. Ainda na forma de gerúndio o verbo **acostumar** carrega o efeito de sentido de continuidade ao acostumar-se ao inesperado de possíveis ações violentas em que o sujeito-trabalhador acaba adaptando-se às situações de risco, o que produz o silenciamento frente ao risco e não sua extinção. Outro exemplo da denegação segue no quarto recorte:

SD4¹²:

Ah.. eh::... (risos) **eu procuro não pensar muito nisso né** a minha **expectativa** de todo dia é chegar aqui... e fazer o meu trabalho e poder voltar pra casa **né** talvez mais cedo talvez mais tarde **né** depois das dezoito talvez um pouco depois das dezenove talvez um pouco depois das vinte mas sempre a minha **expectativa é poder voltar pra casa** e e abraçar meus filhos minha esposa tal essa questão do **risco inerente eu procuro não pensar muito né** porque ele existe ele existe a gente tem ... eu te falei mais cedo que a gente trabalha com **possibilidades** e elas são **infinitas** né tem a **possibilidade** de uma tentativa de fuga a a tentativa de fuga no caso não seria muito perigoso pra gente é mais perigoso pro ASP lá dentro porque ele pode ficar de refém a gente não a gente vai conter a tentativa aqui o que seria mais **tenso** pra gente seria arrebatamento de preso porque daí teria uma ação externa **certo?** Por exemplo eles podem ... a gente tem câmera em volta da Unidade aqui entra lá um tanto de bandido armado **começa a atirar na torre... certo? É um risco que a gente corre né mas eu procuro não pensar muito nisso ... né** até porque **se se for ficar pensando nisso todo dia acaba entrando em parafuso** e eu não venho trabalhar e não vou poder é é exercer a minha função e **fazer o que eu devo fazer** (S6).

Nesse recorte, nos deparamos com as marcas lingüísticas que apontam o risco no trabalho destacadas por meio dos itens lexicais: “**risco inerente**”; “**tenso**”, “**tentativa de fuga**”, “**perigoso**”, “**ação externa**”, “**risco**”, “**bandido armado**” “**atirar na torre**”. Frente à situação de risco, o sujeito-trabalhador tem a incerteza sobre a sua segurança e os imprevistos de seu cotidiano de trabalho, que está marcada pelos itens: “**Expectativa**”, “**possibilidades**”, “**infinitas**”, “**possibilidade**”. Além disso, os itens “**poder voltar pra casa**” carrega o discurso familiar delimitando o espaço físico onde o sujeito se sente seguro e que está fora do ambiente de trabalho.

Contudo, o sujeito-trabalhador utiliza o mecanismo da denegação quando aponta que “**procuro não pensar muito nisso**”, pois para que ele consiga realizar suas obrigações laborais e “**fazer o que eu devo fazer**” é necessário silenciar o risco. Por outro lado, se não retirar o conteúdo do risco da instância consciente por meio do recalque, “**se for ficar pensando nisso todo dia**” e, com isso, não produzir estratégias de defesa egóica, sua saúde mental fica comprometida e o sujeito “**acaba entrando em**

¹¹ Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

¹² A pergunta realizada referiu-se à percepção do sujeito frente ao risco vivenciado no trabalho.

parafuso”, o que o aproxima da ansiedade frente à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo.

Mais uma vez, há o recurso da expressão linguística “**né**” (1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9) e do elemento “**certo?**” (6 e 7) figurando como necessidade da confirmação do outro frente àquilo que está sendo dito. Enquanto o último aponta para a confirmação do risco frente ao trabalho, o item “**né**” está atrelado à confirmação frente ao silenciamento do risco, como forma de fazer com que o outro-pesquisador não tente desfazer a denegação instalada pelo sujeito.

Para Indursky (1990, p. 121) por meio da estratégia denegativa “[...] o sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD [...]”, o que nesse caso aponta para o não reconhecimento da FD da Psicologia que carrega elementos da insegurança e do medo enquanto característica psíquica. De acordo com Dejours (1992), o medo diferencia da angústia à medida que esta resulta de um conflito intrapsíquico decorrente de dois impulsos (pulsões, desejos ou sistemas) inconciliáveis. Ao contrário, o medo advém de um aspecto concreto da realidade e exige sistemas defensivos específicos, o que nesse caso decorre da exposição aos riscos que os sujeitos-trabalhadores encontram-se.

Nesse momento confirmamos a hipótese de que o risco vivenciado no trabalho contribui para os conflitos subjetivos do trabalhador de “muralha” por meio da dispersão de significados do risco no ambiente de trabalho. Por vezes, o risco está atrelado a condições de vulnerabilidade frente ao poder do interno, isto é, à medida que o sujeito-trabalhador também se encontra sob a mira do preso vivencia a vulnerabilidade e o risco de sua integridade física. Nesses casos, os sujeitos necessitam lançar mão do mecanismo de denegação como tentativa de silenciar o risco e conseguirem desenvolver a função de agente disciplinarizador por meio da manutenção da vigilância carcerária.

Dessa forma, à medida que o recurso à denegação não distancia de fato o risco inerente ao trabalho esse contribui para a instalação de conflitos psíquicos do trabalhador. No entanto, as situações de risco também possibilitam o desenvolvimento da engenhosidade no trabalho que contribui para os processos de subjetivação do trabalhador, como veremos no item a seguir.

É importante destacar que as características do trabalho que envolvem o desenvolvimento da atividade de maneira solitária no posto de tarefa e a divisão do trabalho em turnos do agente de escolta e vigilância penitenciária contribuem para a falta de contato com demais colegas de trabalho, deixando pouco espaço para a

elaboração da ideologia defensiva. Assim, observamos que os mecanismos de defesa, assim como as características do trabalho, se apresentam de maneira individualizada nesse tipo de atividade, dificultando o reconhecimento coletivo frente ao sofrimento vivenciado.

3.1.3 O risco como criatividade no trabalho

Outra manifestação do risco no trabalho aparece por meio de identificação com a criatividade proporcionada pela atividade laboral. Para Dejours (2011), a efetividade do trabalho se dá no encontro com o real, visto que o real se instala quando há o rompimento daquilo que foi prescrito/previsto pela organização de trabalho, por isso o real é o campo do imprevisto e da criatividade no trabalho. É nesse momento, que o trabalhador necessita utilizar de sua inteligência prática – que é a inteligência do corpo considerada como forma de engenhosidade – que advém do seu saber-fazer técnico, de suas experiências acumuladas, e que lhe confere o poder criativo de seu trabalho. Vejamos este efeito no discurso dos trabalhadores:

SD5¹³:

É **tenso é bastante tenso** e a gente tem que **agir rápido** eh::: a gente tem que:: somar todos os **prós e contras** num momento de **tomar uma decisão** né dar um tipo por exemplo né pra **conter uma rebelião** né mas é **bastante tenso** eh::: eu diria que é **momento mais tenso**... que eu **enfrentei** foi quando **estourou a rebelião a mega rebelião** que acabou atingindo a Unidade de [...] onde eu tava foi bastante... assim é né **adrenalina sobe** e a gente eh::... no momento assim a gente acaba ficando sem muito... **embaraça “e agora o que eu faço?”** mas a gente tem que sair desse **transe** logo e **tomar uma decisão** né e procurar **tomar uma decisão acertada** se não a gente acaba respondendo depois (S6).

SD6:

Ah... **“ferrou tudo”** né **“ferrou tudo”** a gente tá ali agora **a mercê do preso embora** a gente **esteja armado** né no caso aqui em [...] **são mais de mil de quinhentos presos pra nove AEVPs** né então o que vem na cabeça é **“ferrou agora a gente tem que procurar fazer um trabalho bem feito pra não sobrar pra gente”** né tem que fazer um trabalho bem feito pro **preso num tomar a Unidade se se o preso chegar na muralha aí ferra mesmo** né então eh::: o que passa na cabeça é isso e tudo assim **“vupt” num espaço muito curto de tempo** né então que eu tenho que fazer primeiro é cuidar da minha vida certo? eu tenho que pensar em mim primeiro porque **se eu levar um tiro se for atingido se eu for abatido** eu **não vou servir** então eu tenho que pensar em mim então nessa hora passa **“puxa ferrou” (risos) “complicou”** (S6).

¹³ Após ser questionado sobre a vivência de algum momento de crise no trabalho, o S6 relata sobre o episódio em que vivenciou a mega-rebelião de 2006 no Estado de São Paulo, visto que em SD5 o sujeito refere ao momento da rebelião e em SD6 sobre o sentimento vivenciado.

Na sequência discursiva (5), as marcas linguísticas que remetem às situações de perigo no trabalho são identificados por: **“rebelião”, “estourou a rebelião”, “mega rebelião”**. Já em SD6, tais marcas aparecem por meio das expressões: **“a mercê do preso”; “embora a gente esteja armado”; “preso num num tomar a Unidade”; “se o preso chegar na muralha aí ferra mesmo”; “se eu levar um tiro se for atingido se eu for abatido”**.

Essas expressões apontam certa rivalidade entre a figura do trabalhador e do interno no ambiente carcerário. O verbo **“abatido”** traz o efeito de sentido da derrota do trabalhador em relação ao poder/violência do interno e, uma vez derrotado, o trabalhador não tem utilidade em seu posto de trabalho, o que se confirma na expressão **“não vou servir”** na décima linha. A formação imaginária do sujeito-trabalhador aponta para a necessidade de luta em relação à própria sobrevivência no ambiente de trabalho.

É importante destacar que na expressão **“embora a gente esteja armado”** o uso da conjunção adversativa **“embora”** traz o efeito de sentido de que mesmo que os sujeitos-trabalhadores estejam equipados para lidar com as situações de risco, tais equipamentos não impedem que essas situações se estabeleçam e, mais uma vez, aparece o discurso do medo e da insegurança frente ao contexto de trabalho.

Nesses recortes aparece a instabilidade emocional vivenciada no trabalho por meio das referências: **“tenso”, “bastante tenso”, “momento mais tenso”, “adrenalina sobe”, “embaraça”, “transe”**, apontando para a identificação com a formação discursiva da Psicologia. Ainda, na primeira linha de SD6, aparece a expressão **“ferrou tudo”** de modo reflexivo e o efeito de sentido que se instala remete à interiorização dos sentimentos do sujeito no contato com o seu trabalho, pois na última linha de SD6 há o aparecimento da expressão **“ferrou”** atrelada ao riso que pode ser entendido enquanto mecanismo defensivo frente ao contato com o risco e a palavra **“complicou”**, denotando a dificuldade vivenciada nesse momento.

Noutro momento, quando o sujeito afirma que **“são mais de mil de quinhentos presos pra nove AEVPs”** a FD que o atravessa é a FD estatística, direcionando a busca do trabalhador pela comprovação de seu discurso sobre a situação de vulnerabilidade. No entanto, este trabalho que coloca sujeito-trabalhador numa posição de vulnerabilidade e risco também possibilita o desenvolvimento da atividade criativa que culmina em processos de subjetivação.

A criatividade no trabalho pode ser identificada por meio de quatro fatores: 1) a conquista de uma postura ativa na resolução de conflitos marcada pelos verbos **“agir”** e

“**conter**”, bem como pela expressão “**tomar uma decisão**” que assinalam o distanciamento da posição passiva do sujeito-trabalhador e a realização de uma ação efetiva na atividade laboral; 2) o envolvimento da responsabilidade observado pela expressão “**tomar uma decisão acertada**”¹⁴, visto que “**acertada**”, nesse discurso, reforça a precisão de ação, e a expressão “**fazer um trabalho bem feito pra não sobrar pra gente**” denota a responsabilização pelas decisões tomadas no momento de imprevisto do trabalho; 3) a reflexão sobre o domínio técnico do trabalho destacada pelos elementos: “**e agora o que eu faço?**” e “**somar todos os prós e contras**” demonstrando a avaliação de fatores que envolvem o saber-fazer profissional e, por último; 4) a rapidez da ação marcada, sobretudo, pela interjeição “**vupt**” que traz o efeito de sentido de que a ação deve ser veloz, sendo reforçada pelas marcas: “**num espaço muito curto de tempo**”.

Os quatro fatores apresentados apontam para o uso da inteligência prática no momento em que há o rompimento da ordem estabelecida no trabalho pelos sujeitos-encarcerados e, assim, modifica a rotina penitenciária. Para Dejours (2011, p. 79), “o trabalho é criação do novo, do inédito [...] o que está prescrito nunca é suficiente”. Por isso, quando a rotina no ambiente de trabalho é rompida, instala-se o imprevisto e o trabalhador precisa lançar mão de sua engenhosidade para solucionar os conflitos. Nesse momento, por meio do risco o trabalho significa, pois parafraseando Dejours (2014)¹⁵, a inteligência no trabalho, desenvolvida nos momentos de crise, mobiliza a subjetividade do trabalhador.

Assim, as situações de risco no trabalho apresentam-se como elemento paradoxal de constituição identitária. Num momento, tais características deixam o sujeito-trabalhador numa situação de vulnerabilidade. No entanto, no momento em que contribui para o desenvolvimento da criatividade no trabalho também corresponde ao elemento de subjetivação do trabalhador.

3.2 Formações imaginárias sobre o reconhecimento no trabalho

Retomando os conceitos da teoria dejouriana, o sofrimento constitui-se como uma vivência primordial da relação homem/trabalho por representar o esforço

¹⁴ Substantivo feminino que caracteriza o ato ou efeito de acertar. In: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

¹⁵ Palestra proferida sob o título “O Papel do Gestor na Organização do Trabalho”, realizada no 6º Congresso Internacional sobre Saúde Mental no Trabalho em Goiânia-GO, aos 23 de outubro de 2014.

dispensado na execução da tarefa e a necessidade do domínio técnico frente ao real de trabalho. No entanto, por meio das formas de reconhecimento, que envolve o olhar do outro, o sofrimento pode transformar-se em prazer e conferir um sentido para o trabalhador em termos de construção identitária. Para Dejours (2011, p. 87):

[...] o reconhecimento da qualidade do trabalho realizado pode inscrever-se na esfera da personalidade, em termos de ganho no registro da identidade. Em outras palavras, a retribuição simbólica conferida por reconhecimento pode ganhar sentido em relação às expectativas subjetivas e a realização de si mesmo.

Por se tratar do precursor para da gratificação em nível identitário, tal reconhecimento é construído de modo simbólico por meio da *constatação* das imperfeições da ciência e da técnica, das possíveis falhas organizacionais na elaboração do trabalho prescrito, das contribuições dos trabalhadores no funcionamento do processo de trabalho, bem como a partir da *gratidão* pela contribuição dos trabalhadores à organização do trabalho, envolvidos pelo julgamento de *utilidade* e o julgamento de *beleza* proferido pelos atores sociais que se relacionam com o sujeito-trabalhador, conforme descritos no capítulo I.

Assim, retomamos que o julgamento de *utilidade* é realizado na linha vertical pelos superiores hierárquicos e, eventualmente, pelos clientes, nos casos em que a relação de trabalho coloca o sujeito em contato com o consumidor final de bens e serviços; compete ao valor utilitário da contribuição do sujeito ao funcionamento organizacional. De acordo com Dejours (2011, p. 308): “Este valor diz respeito à utilidade técnica, à utilidade social e, sobretudo, à utilidade econômica da contribuição do sujeito [...]”. Já o julgamento de *beleza* é proferido pelos pares, membros da equipe ou da comunidade, ou seja, por aqueles que conhecem o esforço dispensado na realização da atividade e estão na linha horizontal na relação com o trabalhador.

Nesse contexto, torna-se importante analisar a representação do reconhecimento presente na relação de trabalho nas muralhas e como essas formas influenciam nos processos identitários do sujeito-trabalhador.

3.2.1 Entre a (in)visibilidade e a exclusão

A regularidade do discurso aponta que uma das formas de reconhecimento no trabalho nas muralhas é construída por meio da (in)visibilidade do sujeito-trabalhador. Vejamos como o mecanismo surge no discurso:

SD7¹⁶: [...] **muitas pessoas nem sabe**¹⁷ que nosso **cargo existe** né é verdade é verdade, é: a gente **não pode levar muito em conta isso** né porque **são várias profissões** que são assim sei lá **às vezes a pessoa faz tanto e não é reconhecida** né ah a gente sei lá eu penso assim, eu tenho que fazer a minha parte entendeu fazer a minha parte e procurar sempre estar fazendo o melhor para isso aí, para o serviço estar dando certo né, eu fazendo a minha parte meus colegas fazendo cada um a parte deles com certeza vai o presídio vai ficar bem aí não vai ter **fuga** entendeu e...cara se cada um fizesse a sua parte né nosso país né estaria bem melhor né e... essa questão da gente não ser visto ... seria isso aí é: **a gente tem que aceitar ué fazer o que né (RISOS) lógico que é gostoso você ser reconhecido** né ser se você sei lá é ... (TI) **um cargo né um juiz** que é reconhecido e tal e **todo paparicado** para ele né não vou dizer que não é bom, com certeza é bom né, **mas um dia a gente chega lá né (Risos)** vai batalhando que um dia chega lá, a nossa profissão quem sabe vai ser **mais reconhecida** talvez né mais, **mais vista** né, que nem você falou (S8).

Em SD7, a formação imaginária do sujeito-trabalhador em relação ao outro remete à falta de reconhecimento frente a seu trabalho. O sujeito utiliza a racionalização para justificar o desconhecimento do outro sobre a existência de seu cargo – “**muitas pessoas**”, que nesse caso está marcando de maneira genérica sociedade –, referindo que “**nem sabe** que nosso **cargo existe**”. Frente ao não reconhecimento social, o sujeito-trabalhador apresenta-se dividido entre o desejo de ser reconhecido (“**lógico que é gostoso você ser reconhecido né**”) e a necessidade de silenciar a realidade (“**não pode levar muito em conta isso**”).

Por meio da comparação com outras profissões de maneira também genérica marcado por “**várias profissões**” e “**às vezes a pessoa faz tanto e não é reconhecida né**”, ocorre a tentativa do sujeito de conformar-se com a condição do não reconhecimento, visto que o recurso à estratégia genérica parece apontar para a identificação com o próprio trabalho.

Em seguida, novamente a tentativa de conformar-se com a situação é reforçada pelos elementos “**a gente tem que aceitar ué fazer o que né (RISOS)**” e o riso ao final da expressão é utilizado como recurso de ironia que aponta para a negação dessa aceitação. Isto é, o sujeito tenta conformar-se com o não reconhecimento do seu trabalho de maneira racional (“**tem que aceitar**”), mas seus afetos apontam para o incômodo frente a essa situação, este marcado por meio do riso.

¹⁶ Nesse momento, a entrevistadora discute com o entrevistado sobre o mesmo ter visibilidade do funcionamento carcerário e não ser visto pelos demais, de modo geral, tanto pela população intra e extramuros e demais trabalhadores do sistema penitenciário.

¹⁷ Grifos nossos

À medida que o sujeito entra em contato com o incômodo, lança mão novamente de outra estratégia para manter o distanciamento de seus afetos frente à profissão. Dessa vez, ocorre a idealização de equiparação com a profissão de “**juiz**” que é “**todo paparicado**”, ou seja, tratado com respeito e atenção pela sociedade, visto que no imaginário social a posição-juiz é sustentada tanto pela idoneidade, quanto pela instância superior da posição saber-poder, conferindo o discurso de valorização do trabalho. Nesse caso, o sujeito-trabalhador idealiza a partir de uma projeção futura (“**um dia a gente chega lá né**”) que sua profissão possa também ser reconhecida numa posição de saber-poder e “[...] **quem sabe vai ser mais reconhecida talvez né mais, mais vista né**”. Vejamos como ocorre a identificação a partir do reconhecimento hierárquico:

SD8¹⁸: ... ((suspiro)) **difícil** né... na verdade eu nem sei como o Estado vê a gente... eu nunca parei pra **pensar** nisso né... como o Estado vê a gente?... **ah o Estado é muito: eh:: técnico** né uma coisa: tão... existe a **necessidade de ter** e o **trabalho tá sendo feito e ponto** eu acho que quando começar ou ele começa a **enxergar** a gente de uma forma mais... sei lá... vou falar agressiva ou cobrar mais **quando começar a ver as falha** né aí o Estado se manifesta em cobrar mas se tiver o trabalho decorrendo normal acho que o Estado num:: parece que você eu já ouvi isso “**você não faz mais que sua obrigação**” (risos) eu vejo assim que o Estado vê que a gente enquanto o trabalho tá sendo feito num tá fazendo mais que obrigação... não existe a preocupação em:: sei lá **criar o Dia Nacional do AEVP ou (risos) dá uma medalha de Honra ao Mérito pro AEVP** eu acho que não existe essa preocupação né... eu já ouvi também que... “**não se deve dar elogio pro funcionário porque ele não faz mais que obrigação dele**” então eu acho que é dessa forma que o Estado vê a gente “**não fazendo mais que a obrigação o trabalho tá sendo feito então tá bom**” a partir do momento que **começar a falhar aí começa as cobranças** e:: assim (S7).

A primeira manifestação discursiva do sujeito frente à representação sobre o reconhecimento do Estado se dá pelo silêncio que nessa SD foi indicado pelo uso dos três pontos já no início do relato. Para Orlandi (2015b, p. 68), “[...] o silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa”. Considerando que há uma relação de poder entre o Estado e o trabalhador, uma vez que o Estado exerce o papel de empregador e o trabalhador de empregado nessa relação, o efeito de sentido decorrente do silêncio lançado pelo sujeito-trabalhador nos remete a uma condição de censura frente ao que pode ou não ser dito.

Posteriormente, o silêncio é preenchido por um **suspiro** do trabalhador e pelo advérbio “**difícil**”, marcando a tensão sobre a produção do dizer. No percurso desse

¹⁸ A questão realizada foi em relação a como o agente acredita que o Estado o vê.

relato, ocorre a tentativa de produção de um dizer consciente, cartesiano, homogêneo que está marcado pelo verbo “**pensar**” (segunda linha), provavelmente provocado pela condição de censura que o leva a necessidade de resistir ao desejo.

Em seguida, a manifestação sobre o reconhecimento hierárquico também é destacada de maneira objetiva: “[...] **ah o Estado é muito: eh: técnico né**”; “**necessidade de ter**” e “**o trabalho tá sendo feito e ponto.**”. Ocorre, então, a aproximação do discurso empresarial/institucional do Estado que, na formação imaginária do sujeito-trabalhador, o considera apenas como parte do processo de trabalho, algo que não é desejado, mas necessário para que a instituição mantenha seu funcionamento, indicado por “[...] **você não faz mais que sua obrigação (risos)**” e “**não fazendo mais que a obrigação o trabalho tá sendo feito então tá bom.**”.

O verbo “**enxergar**” (quarta linha) aparece com o efeito de notar/perceber o desenvolvimento do trabalho do agente. No entanto, tal percepção é destacada por aspectos negativos de visibilidade, uma vez que só acontece atrelado à percepção das falhas no trabalho, definido pelas expressões “[...] **quando começar a ver as falha né**” e “**começar a falhar aí começa as cobranças.**”.

Frente a essa condição, o sujeito-trabalhador traz o desejo de partilhar do reconhecimento simbólico quando sugere que o Estado poderia “[...] **criar o Dia Nacional do AEVP ou (risos) dá uma medalha de Honra ao Mérito pro AEVP.**”. Ainda, a partir da heterogeneidade enunciativa o sujeito retoma um dizer já instalado no imaginário social, um já-dito, ao afirmar que “já ouvi também que... “[...] **não se deve dar elogio pro funcionário porque ele não faz mais que obrigação dele**””, trazendo à tona o discurso empresarial/institucional que objetifica o sujeito-trabalhador, despersonalizando-o e deixando-o à margem dos processos de gratificação simbólica, portanto, excluindo-o quanto à possibilidade de significação com o trabalho.

Para Dejours (2011, p. 88): “A construção do sentido do trabalho pelo reconhecimento – premiando o indivíduo quanto a suas expectativas com respeito à sua realização pessoal (edificação da identidade no campo social) – pode transformar o sofrimento em prazer.”. No entanto, nessa relação de objetificação do sujeito ocorre o distanciamento da vivência de prazer no trabalho, à medida que o sofrimento não é reconhecido pelo outro. Partimos para a análise da nona e décima seqüência discursiva:

SD9¹⁹: ... eu acho que o **nosso trabalho nem é visto pelos outros né...** porque quando se fala de funcionário do sistema penitenciário num geral não unicamente da minha função é só **quando acontece uma fuga** numa Unidade ou **quando um funcionário do sistema é pego num ato ilícito né** aí a **gente vira notícia** as coisas boas que a gente faz nunca são... exaltadas vamos dizer assim nunca são reconhecidas né então assim eh:: **as pessoas que nos conhecem** que sabem o que somos e o que fazemos eles dão **dão valor** a isso porque **eles acredita também** que nosso trabalho seja um trabalho importante pra sociedade e a gente tenta mostrar isso né mas **as pessoas que não nos conhecem** eu acho que eles nem nos vê a gente **nós somos invisíveis** assim aos olhos da sociedade como um todo (S6).

SD10²⁰: Eu acho que o trabalho do AEVP e do ASP ele tem visibilidade quando...**quando tem algum principio de motim de de tentativa de fuga** aí vai aparecer porque vai **dar imprensa** vai **dar jornal** mas **no dia a dia não tem visibilidade** né eu acredito que não no na normalidade de uma unidade de um sistema prisional eu acho que não tem não (S4).

Na nona SD, o dizer do sujeito-trabalhador marca a cisão dos aspectos de visibilidade no trabalho entre aqueles que partilham de algum contato com o sujeito e aqueles que aparecem distanciados desse contato. Primeiramente, o discurso carrega a afirmação da condição de não-reconhecimento por meio das pessoas que se apresentam distanciadas do contato com o sujeito-trabalhador, como no caso da sociedade, e que está indicado por meio da expressão “[...] **nosso trabalho nem é visto pelos outros né.**” (SD9), demarcando a posição de apagamento do sujeito quando em contato com o trabalho, pois aquilo que não se vê, não é percebido enquanto existente no campo real/material. Ao final do relato o sujeito reafirma a condição de invisibilidade (pelas “**pessoas que não nos conhecem**”) com os itens “**nós somos invisíveis**”. Nesse sentido, ocorre novamente a exclusão do sujeito no contato com o trabalho.

No entanto, a expressão “[...] **as pessoas que nos conhecem que sabem o que somos e o que fazemos eles dão valor.**” marca um importante aspecto do reconhecimento por meio do trabalho. A partir do dizer do trabalhador sobre as pessoas que o conhecem, podemos indicar o efeito de sentido de que há reconhecimento dos pares, aqueles que conhecem e provavelmente partilham da execução do trabalho de modo indireto (familiares e colegas) ou direto (outros trabalhadores).

Ainda, quando o sujeito relata que “[...] **eles (os outros) acredita também** que nosso trabalho seja um trabalho importante pra sociedade.”, o advérbio de inclusão “**também**” indica a identificação do sujeito com o outro à medida que acredita, assim

¹⁹ Questão realizada: “Como que você acha que o seu trabalho é visto pelos outros?”.

²⁰ O questionamento envolvia a percepção do sujeito-trabalhador frente à visibilidade decorrente do desenvolvimento de sua função.

como o outro, no significado de seu trabalho como algo importante e digno de reconhecimento.

Noutro momento, os sujeitos-trabalhadores trazem à tona a possibilidade de visibilidade de sua atividade profissional que se dá por meio de aspectos negativos nos momentos em que ocorre o rompimento da ordem carcerária. Os trechos seguintes marcam essa representação: “[...] **quando acontece uma fuga**” (SD9); **“quando um funcionário do sistema é pego num ato ilícito né.”** (SD9); “[...] **quando tem algum princípio de motim.**” (SD10); **“de tentativa de fuga**” (SD10). Nas duas SDs, ocorre a identificação com a formação discursiva midiática por meio dos elementos **“a gente vira notícia”** (SD9); **“dar imprensa”**; **“dar jornal”** (SD10).

O mesmo ocorre em SD10 quando o sujeito relata que “[...] **no dia a dia não tem visibilidade.**”, apresentando o efeito de sentido de que no cotidiano, quando o trabalho não foge à normalidade, os sujeitos não aparecem. Assim, o trabalho ganha visibilidade, não ligado ao reconhecimento produtivo, mas enquanto apontamento das falhas no trabalho que são tratadas como desprestígio. O trabalhador torna-se visível nos momentos de caos proporcionados pela sua própria falha no trabalho.

Sendo assim, as formas de reconhecimento no trabalho apresentam-se de maneira instável. A formação imaginária dos sujeitos-trabalhadores apontam para seguinte dinâmica de reconhecimento no trabalho: os pares reconhecem; os demais (des)conhecem. Por um lado, o sujeito-trabalhador partilha da construção do reconhecimento no trabalho por meio do julgamento de *beleza*, a partir daqueles (outros) que conhecem o seu trabalho: os pares, como destacado anteriormente. Por outro lado, o julgamento de *utilidade* frente ao trabalho torna-se prejudicado, pois tanto os superiores hierárquicos, representados nesse estudo pela figura do Estado, quanto os clientes, representados pela sociedade que, de certo modo, são beneficiados com esta produção de trabalho, apenas o reconhecem nos momentos de falhas, segundo seus dizeres.

A análise que fazemos é a de que o trabalho coloca o sujeito numa posição de (in)visibilidade e, assim, instala-se um outro elemento paradoxal: ora o sujeito é visto e, portanto, reconhecido de maneira positiva pelo esforço dispensado à execução da atividade; ora o sujeito é visto numa condição pejorativa atribuída pela falha do seu trabalho. Noutro prisma, ainda, o sujeito vivencia o apagamento de sua subjetividade a partir da vivência do não-reconhecimento no trabalho que o torna invisível e, portanto, excluído socialmente.

3.2.2 A relação com o interno

Outro ator social torna-se imprescindível no processo de reconhecimento no trabalho: o interno. Falaremos dessa relação especificamente nesse subitem. Vejamos as seqüências discursivas 11 e 12:

SD11²¹: É por isso que eu tô falando se a gente não tá **ali** o cara vai tentar embora mesmo ele não vai respeitar porque **não tô menosprezando ninguém** porque é aquilo que eu falei anterior **a arma é que segura não somos nós** porque o **agente lá embaixo eles agrirem o agente ele maltrata** já com **nóis ali em cima eles respeitam** eles... **e não é por nós é pela arma pelo armamento** então eu acredito que... que sim muito de muita importância (S2).

SD12: Eh:: **armamento** principalmente porque é aquilo que a gente **costuma falar** e eu já ouvi os outros falar **“muita gente respeita o distintivo mas todo mundo respeita uma arma”** então a arma é indispensável pro trabalho porque se **a gente não tá armado ninguém respeita** (S2).

Na sequência discursiva (11), primeiramente o sujeito-trabalhador é permeado pela noção positivista que aponta para o efeito de confirmação frente a necessidade/importância de seu trabalho para o Sistema Prisional, destacada pelos itens lexicais **“Plenamente com certeza”**.

A posição sujeito-trabalhador apresenta-se atrelada ao espaço físico do desenvolvimento do trabalho, pois o elemento dêitico **“ali”**, figura o espaço das muralhas (e guarita). Além disso, a posição-sujeito, por remeter às formações ideológicas, apresenta-se atravessada pela certeza de que o lugar ocupado possui valoração no funcionamento institucional, pois se o sujeito não está **“ali”** no seu local de trabalho a ordem não é mantida. Passe-se assim da posição física à ideológica.

No entanto, essa noção (positivista) de valoração do sujeito é desconstruída no decorrer do discurso com a contradição do dizer. Nesse caso, retomamos a noção pecheutiana de não-dito, ou seja, daquilo que escapa no dizer do sujeito, daquilo o qual o sujeito não tem controle e (des)conhece, considerando que isso ocorre porque o sujeito é clivado pelo inconsciente.

Assim, no intuito de preservar sua fala e, dessa maneira, também preservar a relevância de sua posição-sujeito – posição de sujeito-trabalhador – ocorre o recurso estratégico argumentativo a partir dos itens **“não tô menosprezando ninguém”**, em seguida, afirma que **“[...] a arma é que segura não somos nós.”**, reforçado ao final do

²¹ Questionou-se se o sujeito acredita que seu trabalho era indispensável para o sistema penitenciário (SD11) e se existia algum equipamento indispensável para a execução do trabalho (SD12).

excerto por “[...] **e não é por nós é pela arma pelo armamento.**”. Assim, o posicionamento ideológico também se modifica, pois estar “**ali**” é estar ali e armado, direcionando que a valoração do seu trabalho é posta a partir da posição de poder sustentada pelo uso do armamento.

A partir da argumentação, o sujeito-trabalhador de muralha compara sua posição com o agente de segurança penitenciária (ASP)²² ao justificar que “[...] **agente lá embaixo eles agriem o agente ele maltrata.**”, já na posição deles (AEVPs) “**eles** (os internos) **respeitam**”. Por meio desse discurso, é possível identificar características da relação de poder no espaço penitenciário, visto que esta se constitui como elemento transitório: o poder é dos internos quando direcionam violência contra os agentes; por outro lado, o poder é do agente de muralha no momento em que porta a arma de fogo.

Na décima segunda seqüência, o discurso é atravessado pelo já-dito, discurso do outro/Outro, frente à imponência do uso da arma de fogo no momento em que o sujeito-trabalhador afirma: “[...] **já ouvi os outros falar ‘muita gente respeita o distintivo mas todo mundo respeita uma arma’.**”. Assim, ocorre a identificação com a formação discursiva militar e a representação do reconhecimento do sujeito-trabalhador se dá por meio do objeto (“**armamento**”).

A formação imaginária do sujeito-trabalhador é de que o reconhecimento da posição de agente de muralha não se dá pelo trabalho de vigilância propriamente dito, mas pelo equipamento que ele carrega (“**se a gente não tá armado ninguém respeita**”) e que lhe confere a posição de poder. No entanto, o equipamento sozinho não produz efeito de contenção dos internos, pois para que o armamento funcione é necessária a mira do sujeito-trabalhador. Assim, o saber-fazer toma o centro da atividade de vigiar, uma vez que estar armado confere ao sujeito-trabalhador a posição de poder, utilizar a arma no momento certo e de maneira apropriada lhe confere a posição de saber-poder; posição do domínio sobre o conhecimento da técnica que possibilita a identificação com o trabalho.

3.3 Formações imaginárias sobre o sentido do trabalho

De acordo com o filósofo Lukács (2012), discípulo de Marx, o trabalho é o mediador entre o homem e a natureza, bem como é a forma originária de todas as atividades humanas. O autor defende que por meio do trabalho no sentido concreto

²² O ASP (Agente de Segurança Penitenciária) é o trabalhador que realiza suas funções no contato direto com o interno no ambiente penitenciário.

(material) surgem outros elementos constituintes da sociabilidade humana no sentido ideológico, como a linguagem, o direito, a educação e as ciências. O trabalho se constitui como a ação do homem sobre a natureza – posição teológica primária – e como mediação nas relações que os homens estabelecem entre si – função teológica secundária. É por meio do trabalho que os homens realizam a produção e reprodução da vida humana, tornando-se seres sociais e distinguindo-se de todas as formas animais não humanas.

Nessa perspectiva, o sentido do trabalho vai além da necessidade de sobrevivência, constituindo-se como meio de apropriação e transformação do meio ambiente e figurando como ferramenta de mediação que possibilita o processo de construção da identidade individual e identificação com o outro a favor da sociabilidade humana. Para Codo (1988, p. 12): “[...] através do trabalho você se iguala e se diferencia de si e do outro em uma ciranda quase mágica, se exercita socialmente, transforma o outro e é transformado por ele.”, pois o trabalho possibilita a identificação do eu com o outro, a inserção num determinado grupo, numa dada espécie, onde o eu significa algo para o outro e o outro significa algo para o eu, produzindo, assim, processos de subjetivação.

Partindo do pressuposto de que o trabalho é mediador da construção/desconstrução da identidade, Dejours (2011) aponta que o trabalho funciona como organizador do monismo cognitivo-pático, isto é, implica a aplicação de uma técnica instrumentalizada a partir do uso do corpo no real e, por outro lado, implica uma transformação do sujeito a nível subjetivo. Assim, não é a atividade que produz a identidade, mas é a atividade que proporciona a oportunidade de um encontro entre a identidade e o real, por meio do olhar do outro. Dessa forma, o sentido do trabalho pode ser entendido como mediador da construção identitária.

Este eixo traz a discussão sobre as representações que os sujeitos-trabalhadores têm em relação ao significado de seu trabalho. Por meio da regularidade do discurso, destaca-se a recorrência do advérbio de intensidade “**nada**”²³ e do pronome pessoal “**você**”²⁴ que serão analisados a partir dos deslizos de sentidos produzidos no discurso dos trabalhadores, em SD (13,14 e 15).

Interpretar o advérbio “**nada**” torna-se difícil porque, a nível subjetivo, envolve o contato com a falta que é constitutiva de todo ser e que tanto nos gera angústia. No

²³ Maria Helena de Moura Neves (2011).

²⁴ Maria Helena de Moura Neves (2011).

entanto, a nível discursivo, o “**nada**” pode ser preenchido com algo que esteja atrelado a representação da identidade do trabalhador, pois quando analisamos o advérbio juntamente com as demais materialidades lingüísticas do discurso encontramos seus efeitos de sentidos e, assim, a interpretação torna-se possível.

3.3.1 Significado e sentido no trabalho

Apresentaremos as seqüências discursivas (13, 14 e 15) para darmos continuidade à análise²⁵:

SD13. Eh **sempre alerta**²⁶ né. **Alerta atenção é sempre...** olhando pra todos os lados é **sempre** com **atenção**. É o momento que **você::** (1) **reflete** as suas suas coisa e:: e:: traz **muitas consequências** se **você::** (2) que ali **você** (3) fica **sozinho** sem **nada** sem **ninguém** né **você** (4) ali **você** (5) passa até as vezes por **meditação** né se fala “caramba **eu** sozinho cara sem fazer **nada** aqui” **só é você** (6) e **Deus ali** só mais **ninguém olhando pro nada**. “como que será você (7) olhando pro **nada**?” é mesma coisa **você** (8) se trancar numa situação dessa aqui e ficar olhando pro **nada** (referencia à sala) olhar pro armário olhar pra mesa e saber que a qualquer momento dentro daquele armário (apontou) **vai sair uma pessoa** é impossível não tem ninguém ali ao contrário lá lá tem “mais é tão todos na tranca” “**existe a possibilidade?**” **aqui não lá existe** (apontando no armário e na direção da torre) (S1).

SD14. (risos) nossa senhora muita coisa meu deus do céu olha tem hora que **cê** (1) se pega assim **você** (2) tá até **desconcentrado** pensando em outra coisa por isso que **você** (3) tem que **se monitorar** senão **você** (4) fica voando **cê** (5) pensa se **você** (6) tá de bom humor **você** (7) tá tranquilo se **você** (8) tá de mau humor **cê** (9) fica lá **remoendo o que você** (10) **teve no dia querendo ir embora pra resolver** esse é o maior problema eu acho do AEVP ficar três horas ali **ocioso sem fazer praticamente nada** assim entre aspas porque o **seu** (11) trabalho é **olhar** e tipo assim não ter: **ter controle** pra **se concentrar** assim no serviço é **poder de concentração eu acho que é o maior cê** (12) esquece o que **você** (13) teve lá fora no dia o que **você** (14) tem que fazer no outro dia e pensar no que **você** (15) tá fazendo naquele momento senão **cê** (16) **perde o foco** (S5).

SD15. Eu acho que é **as quatro horas** seguidas que **a gente** tem que ficar em cima na muralha no caso eh:: ... o calor estressa bastante o fato de **você** (1) trabalhar armado traz uma responsabilidade a mais né e:: e o fato de **você...**(2) **não ter o que fazer** entendeu **a gente** tá na torre ali e **não tem o que fazer a nossa obrigação a nossa função é olhar** ne e isso acaba sendo um pouco **estressante você** (3) **não produzir você** (4) olhar pra traz e **não vê que o dia foi produtivo cê** (5) **concluiu suas horas** (S6).

Nas três seqüências discursivas é possível identificar a materialização de elementos descritivos sobre as condições psicológicas que envolvem a execução do trabalho e que apontam a relação do trabalho do AEVP com o exercício da atividade mental, podendo ser identificados pelos elementos “**alerta**”, “**atenção**”, “**concentrar**”,

²⁵ Nesses casos, o questionamento proposto era sobre a vivência de ficar no posto de trabalho (torre e muralha penitenciária).

²⁶ Grifos nossos.

“**concentração**”, “**foco**” e “**olhar**”. Em SD13, o adjetivo “**alerta**” juntamente com o advérbio “**sempre**” traz o efeito de sentido de que a atividade da atenção envolve continuidade e persistência, o que é reforçado pela repetição dos elementos realizada três vezes na mesma frase.

No entanto, há momentos em que o estado de atenção encontra-se comprometido como naqueles representados pelas palavras “**reflete**”, “**meditação**”, “**desconcentrado**”. Já em SD(14), o sujeito apresenta a necessidade de “**se monitorar**” e “**se concentrar**” na atividade, deixando de lado pensamentos que possam comprometer o exercício da vigilância.

Assim, os aspectos psicológicos que envolvem a atividade mental do trabalho remetem à formação discursiva (FD) da disciplina. Para Foucault (2010), as disciplinas são métodos de controle minucioso das operações do corpo, impondo uma relação de docilidade-utilidade a partir da sujeição de suas forças. Por meio da disciplina, o corpo do sujeito-trabalhador ganha força em termos econômicos de utilidade e, paradoxalmente, diminui as forças em termos políticos e de obediência. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’ [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 133).

O efeito de sentido instalado é que o sujeito necessita desafetar-se daquilo que não pertence ao campo do trabalho. O conceito de desafetação foi proposto por Joyce McDougall (1996), a partir de sua experiência analítica, para designar o fenômeno psíquico vivenciado por sujeitos que não utilizam mais a palavra como função de ligação pulsional, mas apenas como estruturas congeladas, esvaziadas de substância e de significação e, portanto, desprovidas de afetos. Tal fenômeno provém da ameaça do sentimento de integridade e identidade do indivíduo advinda de experiências traumáticas portadoras de ameaça de aniquilamento onde o mesmo necessita ejetar do campo do consciente qualquer representação carregada de afetos, em favor de sua proteção psíquica.

Nesse caso, a desafetação ocorre frente aos pensamentos e sentimentos particulares que aparecem nos casos do sujeito estar “[...] **remoendo o que você teve no dia**” “**querendo ir embora pra resolver.**”. Caso o sujeito não consiga lançar mão do mecanismo de desafetação, frente à sua condição de sujeito interpelado pela afetividade,

e desenvolver a forclusão²⁷ em prol da objetividade da vida, o seu estado de atenção é rebaixado, o que é marcado pela expressão **“perde o foco”** e, consequentemente, não só a disciplina de seus corpos ficará comprometida, mas a da organização penitenciária. Não estar em alerta, nessa ocasião, é não efetivar o seu trabalho e produzir situações de risco para si e para a sociedade.

Retomando a concepção dejouriana, o trabalho não é aquilo que foi prescrito, pois isso seria apenas a tarefa orientada pela organização do trabalho. O trabalho é o contato com o real marcado pela transgressão frente às normas. Uma vez que para cumprir a prescrição do trabalho o sujeito precisa desafetar-se, o trabalho produz o distanciamento subjetivo. Nesse caso, o encontro com o real se dá no momento em que o sujeito transgredir a disciplina dos corpos com o recurso à distração. Este fenômeno psíquico e fisiológico é o que possibilita a subjetivação no trabalho.

A regularidade do uso do advérbio **“nada”** marca outras características da execução do trabalho. Em SD(13), o **“nada”** (linha 03) aliado aos elementos **“sozinho”** e **“ninguém”** marca a ideia de solidão vivenciada pelo sujeito em seu espaço de trabalho, apontando para a característica do trabalho em solilóquio. De acordo com Codo e Tavares (2004), os trabalhos em solilóquios são realizados sem uma equipe com a qual as obrigações sejam divididas, isto é, o coletivo de trabalho depende da produção de uma só pessoa, o que impede os vínculos de solidariedade no trabalho.

O trabalho com características de solidão e isolamento impõe ao sujeito que as decisões sejam tomadas a partir da auto-referência e, consequentemente, todas as responsabilidades devem ser assumidas exclusivamente pelo sujeito sem que haja o apoio do coletivo. No caso analisado, o discurso religioso marcado por **“só é você e Deus ali”** e de prática religiosa em **“meditação”** e **“reflete”** vinculam à presença onipotente de Deus e causa o efeito de proteção e conforto frente ao distanciamento do contato com a solidão para o enunciador.

Por se tratar de uma função de alta responsabilidade no trabalho um determinado erro do sujeito pode gerar graves transtornos para um grande número de pessoas. Essa representação do trabalhador é marcada pela expressão **“traz muitas consequências”** que está atrelada ao fato de o sujeito não estar atento e, dessa forma, produzir algum erro em seu trabalho. No entanto, os critérios de acerto e erro são imprecisos, pois não

²⁷ O conceito de forclusão (ou forclusão) foi desenvolvido por Jacques Lacan (1955-6; 1957-8; 1958) ao nomear o mecanismo da psicose pelo qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do registro simbólico do indivíduo.

dependem exclusivamente do desejo do sujeito, isto é, existem razões que escapam ao controle do trabalhador e que são marcadas pelos imprevistos do cotidiano de trabalho como no caso da tentativa de fuga de um interno.

Assim, o sujeito-trabalhador não se preocupa com aquilo que pode controlar, mas também com aquilo que foge de seu controle, o que ocasiona sentimentos de insegurança e incerteza frente a sua atuação no trabalho. A partir da possibilidade de punição, ocasionada pelo erro, o sujeito sente-se ameaçado. O trabalho em solilóquio ligado à alta responsabilidade, a falta de controle em relação ao erro e a possibilidade de punição pelos erros tornam-se o que Codo e Tavares (2004) nomearam como dinâmica da paranóia no trabalho.

Retomando o estágio de espelho de Lacan (1996), nesse caso é como se o sujeito, a partir do espelho, não encontrasse a figura do outro que pudesse significá-lo. No entanto, como vimos anteriormente, o olhar do interno muitas vezes é o que faz significar o corpo do agente; sem a observação do interno (e também de outros atores sociais que já não o reconhecem), o sujeito-trabalhador estaria fadado à insuficiência, ao corpo ainda desfacelado, sendo impossível tomar a posição de agente.

Outra representação que ocorre por meio de “**nada**” é a relação com a inatividade do trabalho. O adjetivo “**ocioso**” no segundo recorte e a expressão “**não ter o que fazer**”, no terceiro, marcam o estranhamento frente ao trabalho. Enquanto na sequência discursiva (14) o sujeito tenta encobrir a representação de ociosidade por meio do advérbio “**praticamente**”; na SD15, o sujeito liga o fato de não produzir algo concreto com o estresse causado pelo trabalho e lamenta por não exercer uma atividade que vá além do cumprimento da carga horária quando traz a expressão “**não vê que o dia foi produtivo cê concluiu suas horas**”. Nesse processo, o trabalhador é tomado apenas como objeto, num fenômeno de coisificação²⁸, e não pode mais ser reconhecido como sujeito de ação.

Partindo da ideia de Lukács (2012) de que o trabalho, assim como a linguagem, é mediador entre o homem e natureza e que por meio dele se produzem formas de sociabilidade humana, observamos que nesse tipo de atividade quase não há realização do trabalho no sentido material (manual) e no sentido imaterial (intelectual), pois mesmo quando o sujeito-trabalhador utiliza de suas capacidades mentais no trabalho

²⁸ Termo utilizado por Marx (1983) para descrever a relação de trabalho no sistema capitalista que se manifesta a partir do fenômeno de fetichização dos objetos e, consequente, reificação do homem e de suas relações sociais, reduzindo-o ao estado de coisa.

estas são pertencentes a um espaço de inatividade do trabalho, do mesmo modo as capacidades físicas aparecem predominantemente como possibilidade e não execução propriamente dita. Quando o trabalho não possibilita a construção no sentido material ou imaterial, torna-se estranho ao próprio sujeito e, portanto, é desprovido de sentido identitário, pois o sujeito não se reconhece naquilo que produz.

Dessa forma, o sujeito é atravessado pela formação discursiva do sistema econômico capitalista que preconiza a necessidade dos sujeitos utilizarem seus corpos em prol da produção de mercadorias que resultam no acúmulo lucrativo, bem como a representação do trabalho enquanto moralidade onde a ociosidade é menosprezada por ser representada como característica de vadiagem.

Outra regularidade que marca o discurso dos sujeitos-trabalhadores é a inserção do pronome na segunda pessoa do singular (“**você**”) quando há a descrição do trabalho. Em SD(13), em (7) e (8) o pronome pessoal é utilizado de maneira inclusiva, dialogando com o outro-pesquisador, visto que os demais usos referem-se à descrição do próprio trabalho. Ainda nessa sequência discursiva, o sujeito só utiliza o pronome pessoal em primeira pessoa a partir do recurso da heterogeneidade enunciativa por meio do relato “[...] **caramba eu sozinho cara sem fazer nada aqui.**”, apontando que o uso do “**eu**” se dá numa posição mais reflexiva do discurso.

Em SD(14), também há o uso do pronome na segunda pessoa para designar as atividades do trabalho que se apresenta por meio das variações “**você**” (2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 14 e 15), “**cê**” (1, 5, 9, 12 e 16) e “**seu**” (11). Por meio desse recurso o sujeito-trabalhador tem a necessidade de colocar o outro-pesquisador em contato com a vivência de seu trabalho, pois talvez acredite que se não fizer dessa maneira não será compreendido, visto que aquele carrega a experiência passada de pessoas que não compreendem a execução do seu trabalho no que tange ao desenvolvimento de sua função, a relevância de seu trabalho e o sofrimento vivenciado. Assim, com o uso do pronome “**você**”, o recurso utilizado é que o “outro” possa se imaginar do lugar do “eu”.

Em SD(15), aparece o uso do pronome na segunda pessoa do singular, novamente quando o sujeito tenta colocar o outro para vivenciar o seu trabalho, e o uso do pronome na primeira pessoa do plural que marca a identificação com o seu trabalho.

3.3.2 O trabalho inativo na manutenção da ordem

Noutro momento ocorre o deslocamento de sentido do advérbio “**nada**”, anteriormente representado pela solidão e pelo desprestígio da relação com o trabalho, agora aparece interligando o ato de fazer nada à manutenção da ordem e disciplina. O que num primeiro momento parece falta de sentido do trabalho, nesse momento é ressignificado a partir do sentido de manutenção da ordem e da disciplina no ambiente carcerário. Aqui a formação imaginária do sujeito-trabalhador é de quando acontece nada no espaço carcerário é porque a ordem e a disciplina estão mantidas. Observamos a seguir:

SD16²⁹. **O AEVP** (1) no meu modo de ver é um funcionário público como os demais só que com uma função que às vezes não é muito nem reconhecida no meu modo de vê de enxergar não é tão reconhecido só que de uma importância até elevada até se for ver porque tanto que depois que surgiu o AEVP (2) **a fuga praticamente foi a zero** e aí quando que nem muitas vezes as pessoas falam “**ah o seu serviço não faz nada**” **de fato a gente** (3) **tá ali pra não fazer nada mesmo porque enquanto a gente** (4) **não tá fazendo nada não tá correndo risco as pessoas lá fora então a gente** (5) **tá ali cuidando “não aconteceu nada beleza parabéns que não aconteceu nada”** então sinal que as pessoas tão com proteção porque já pensou se a gente (6) não tá ali o cara vai querer fugir o preso vai tentar a fuga ele já não tenta porque a gente (7) **tá ali vinte e quatro horas ali** não fica sem ninguém é **vinte e quatro horas com pessoa** (8) **ali em cima** então o que eu vejo é isso aí a segurança a gente (9) proporciona a segurança pro:: pra sociedade (S4).

Nesta sequência discursiva, o sujeito inicia seu discurso de modo a manter-se distanciado da identidade de Agente de Vigilância que é observado pela marca linguística dos artigos definidos “o”, em seguida, “**AEVP**” e “**um funcionário público**”, marcando a posição de distanciamento frente à sua categoria profissional. Na linha (4), novamente aparece o distanciamento marcado pelos mesmos elementos linguísticos (item 2) apresentados anteriormente. Por meio do discurso estatístico apresentado pelos elementos “**a fuga foi praticamente a zero**”, o sujeito realiza a tentativa de comprovar o resultado de seu trabalho e, assim, demonstrar a relevância da função de Agente de Vigilância para a manutenção da ordem.

Em seguida, o sujeito ampara-se na heterogeneidade enunciativa do discurso trazendo conteúdos do interdiscurso marcado pelo posicionamento do outro que relaciona o seu trabalho com a ociosidade quando destaca que “**as pessoas falam ‘ah o seu serviço não faz nada’**”. A partir disso, o sujeito traz os efeitos de sentido do não reconhecimento simbólico do outro em relação ao seu trabalho. Como vimos no

²⁹ A pergunta realizada foi: “De modo geral, o que é ser um AEVP?”.

segundo eixo desta análise, intitulado como “*Formações imaginárias sobre o reconhecimento no trabalho*”, o reconhecimento simbólico constitui-se como um dos elementos organizadores da subjetividade por meio do trabalho, o que nesse caso aparece de modo corrompido.

Adiante, a partir do termo “**a gente**” (4, 5, 6, 7 e 9), que equivale ao pronome nós, o sujeito marca sua identificação com o papel de AEVP e justifica a produção do vazio a partir da manutenção da disciplina carcerária quando afirma que “[...] **de fato a gente tá ali pra não fazer nada mesmo.**” e explica “[...] **porque enquanto a gente não tá fazendo nada não tá correndo risco as pessoas lá fora.**”. Nesse caso, o pronome indefinido “**nada**” remete ao mecanismo de vigilância dos internos. Ainda, atrelado à expressão “**vinete e quatro horas ali**” demonstra a forma ostensiva de execução do trabalho. O sujeito é interpelado pela formação discursiva jurídico-institucional de manter o preso sob custódia do Estado e reconhece o papel disciplinador do seu trabalho a partir da expressão “**se não tá ali o sujeito vai fugir**”.

Os elementos dêiticos espaciais marcados pelo pronome “**ali**” têm como referente a estrutura física do ambiente de trabalho que envolve a muralha e a torre da penitenciária. Já o elemento “**lá**” marca o referente das pessoas que estão em liberdade e por isso encontram-se fora do espaço carcerário. A formação imaginária estabelecida pelo sujeito-trabalhador é que permanecer no seu posto de trabalho, desenvolvendo a vigilância constante dos sujeitos encarcerados, proporciona proteção aos sujeitos em liberdade. Observa-se nesse excerto que os dêiticos marcam espacialmente o lugar da muralha estabelecendo-se como divisor entre o espaço penitenciário e o mundo extramuros.

Nesse discurso é possível identificar a formação imaginária de que os sujeitos em privação de liberdade, por terem rompido com as normas socialmente impostas, causam risco para a sociedade. O verbo **cuidar** aparece no discurso como mecanismo de proteção à sociedade. Quando o sujeito refere que “**não aconteceu nada**” o efeito de sentido que se tem é de os internos estão mantidos sob vigilância, conseqüentemente mantidos no espaço carcerário e impossibilitados de causar demais perigos sociais.

SD17³⁰. Então... **cê** (1) **imagina** o que é **você** (2) ficar **olhando pro nada** (risos) às vezes **você** (3) tá na madrugada uma hora duas hora três hora da manhã e **você** (4) tá olhando **você** (5) **não tá olhando nada não acontece nada mas você** (6) **tem que tá atento** acontece um barulho ali **você** (7) tem que levantar porque tá sentado ali do lado de fora ou do lado de dentro depende de como tá o clima né **você** (8)

³⁰ Nesse momento, foi questionado ao sujeito-trabalhador como seria “ficar olhando para o nada”.

tem que sair olhar **porque às vezes não é nada muitas da vezes não é nada mas pode ser pode ser alguém tentando fazer um buraco um tatu né** que a gente (9) costuma falar e [...] **a maioria das vezes não é nada mas você** (10) **tem que tá atento** (S2).

Nesse recorte, a partir da materialidade linguística “**cê imagina**” o enunciador tenta colocar o entrevistador para refletir sobre a vivência do trabalho vazio e monótono. Mais uma vez, aparecem marcas de temporalidade que estão atreladas às horas, demonstrando que a execução do trabalho é realizada de maneira constante tanto no período diurno quanto noturno.

Primeiramente, o efeito de sentido que se instala é que estar olhando nada é olhar para o vazio do trabalho do mesmo modo que acontecer nada está ligado à monotonia laboral. No entanto, o advérbio de negação “**não**” antes advérbio “**nada**” marca o desliz de sentido desse pronome que não pode mais ser visto como vazio ou monotonia, mas como a existência de algo, pois não ser nada, significa ser algo, o que nesse caso está marcado pela possibilidade de ser “**alguém tentando fazer um buraco um tatu**”, isto é, um interno tentando burlar as normas de privação de liberdade.

Nesse caso, olhar para o “**nada**” não significa desfrutar de um olhar ocioso, olhar vadio, descompromissado, mas, simboliza a prescrição do trabalho que tem como foco manter a vigilância sob a população carcerária. Além disso, a disposição de aspectos físicos e psíquicos marcada pelo adjetivo “**atento**” demonstra a contradição entre a rotina e a necessidade de imaginar os imprevistos do trabalho. Estar atento o tempo todo é imaginar o que pode sair da rotina e, portanto, o que poderá vir a (ir)romper com a ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade não produz identidade. A atividade é o que proporciona a oportunidade de um encontro entre a identidade e o real (DEJOURS, 2011, p. 306).

Partimos da ideia de que os significados são apreendidos por meio da materialidade linguística, mas que carregam elementos das relações sócio-históricas e ideológicas que interpelam os indivíduos e os constituem enquanto sujeitos. Além disso, as relações de força e poder exercem um papel fundamental na posição ocupada pelo sujeito e na formação de sua identidade. O conjunto de produções bibliográficas encontradas a partir do estado da arte sobre a relação de trabalho no sistema prisional não abordam o trabalhador de muralha, por isso os objetivos da pesquisa foram relevantes para tornar visíveis esses sujeitos-trabalhadores.

O primeiro eixo de análise (Capítulo III) intitulado “*Análise discursiva sobre o risco no trabalho*” tratou da investigação de como os riscos pessoais influenciam na formação dos processos identitários do trabalhador de muralha. Neste eixo pudemos problematizar como os riscos decorrentes (e inerentes) da execução do trabalho interferem na constituição identitária do trabalhador. As formações imaginárias frente ao risco aparecem atreladas ao mecanismo da denegação e ao mecanismo da inteligência prática do trabalho.

O efeito denegativo é utilizado a serviço da proteção psíquica do sujeito, para que o mesmo possa afastar-se do medo decorrente do risco inerente no/do trabalho, o qual custaria a própria vida do trabalhador. O sujeito, portanto, produz um silenciamento frente ao sofrimento vivenciado no trabalho. No entanto, no momento em que o risco transforma-se numa situação real de crise, o sujeito-trabalhador lança mão da criatividade necessária à contenção da anormalidade podendo experimentar processos de subjetivação por meio da inventividade do trabalho.

Nesse contexto, a posição de saber-poder do trabalhador de muralha oscila frente a organização penitenciária. Por um lado, o sujeito representa o agente de disciplina social, pois o efeito de sentido que se instala é que à medida que exerce o poder de controle dos sujeitos encarcerados, a manutenção da ordem carcerária é mantida e a sociedade permanece protegida contra os perigos sociais. Nessa configuração, o poder só é possível porque o sujeito-trabalhador detém o domínio técnico de seu trabalho, isto

é, o saber-fazer-controlar a partir dos recursos da vigilância e do uso da inteligência prática vivenciada no cotidiano de trabalho quando ocorre a possibilidade ou a efetividade do rompimento da ordem carcerária.

Por outro lado, o sujeito-trabalhador pode encontrar-se numa posição de passividade, à mercê do poder do interno. Isso ocorre porque certas características da estrutura física penitenciária permitem que os presos também exerçam o papel de vigilantes dos AEVPs. Poderíamos considerar que esta visualização serviria apenas para manter o funcionamento panóptico da organização, pois a possibilidade de visualizar o agente faz com que o interno tenha certeza de que sempre há um sujeito, em seu posto de trabalho, que também o vigia. No entanto, o mecanismo que se instala é de submissão do agente ao poder do interno, uma vez que o sujeito-trabalhador também se torna vulnerável à mira do preso.

Outro objetivo deste trabalho discutiu como as formas de reconhecimento e os sentidos atribuídos ao trabalho influenciam a constituição da subjetividade. Desse modo, os resultados dos dizeres dos sujeitos-trabalhadores de muralha permitiram compreender as formações imaginárias que contribuem para a formação identitária desses sujeitos. Em *“Formações imaginárias sobre o reconhecimento no trabalho”*, abordamos o reconhecimento por meio do trabalho e sua articulação ao desprestígio social. Os atores que contribuem para a exclusão do trabalhador são representados pela figura do Estado, da sociedade e dos internos. As formações imaginárias frente ao reconhecimento aparecem de maneira móvel para o sujeito-trabalhador.

De um lado, o Estado mantém com eles uma relação de objetificação, onde o reconhecimento simbólico pelo esforço à organização é apagado, restando apenas o reconhecimento enquanto objeto/coisa da organização penitenciária; as formações imaginárias apontam para o ocultamento do trabalho desses sujeitos pela sociedade (e também do Estado) tornando-os (in)visíveis. Nesta perspectiva, o agente do trabalho não é visto, aparecendo apenas quando há o rompimento da ordem carcerária, o que determina o surgimento dos sujeitos por meio das falhas. De outro lado, na formação imaginária do sujeito-trabalhador o interno o reconheceria unicamente em sua função disciplinar, estabelecendo uma relação de oposição entre o sujeito da ordem e o sujeito infrator.

Frente ao Estado que objetifica o sujeito-trabalhador e o interno que limita seu reconhecimento à sua função disciplinar, o sujeito-trabalhador vivencia o conflito decorrente da posição de estar “em cima do muro”. Situar os indivíduos numa posição

de sujeito-trabalhador nos permitiu investigar como o desenvolvimento do trabalho interferem na constituição de sua identidade. Por vezes, utilizamos o espaço da execução do trabalho – a muralha – para particularizar a posição de sujeito-trabalhador de muralha, demarcando não apenas o espaço físico, mas também o campo ideológico de produção de saber-poder e seus sentidos específicos. Neste lugar, o sujeito fica impossibilitado de produzir identificações com o Estado e os internos o que o mantém em posição de despertencimento, à margem.

Um terceiro elemento que contribui para as formas de reconhecimento remete à figura dos pares. Estes aparecem no dizer dos trabalhadores como aqueles que têm uma relação de proximidade/afetividade, como no caso dos colegas e familiares e, por isso, reconhecem o sofrimento vivenciado no trabalho, isto é, o esforço dispensado na prática laboral e sua importância social. Por meio do reconhecimento oriundo do vínculo afetivo e da imagem que o outro tem de si, o indivíduo significa. No entanto, essa possibilidade de reconhecimento se restringe aos pares, mantendo-os invisíveis aos demais componentes da comunidade.

No eixo *“Formações imaginárias sobre o sentido do trabalho”* tratamos do sentido do trabalho por meio da regularidade do advérbio **“nada”**. Interpretar o advérbio **“nada”** envolve o contato subjetivo com a falta que é constitutiva de todo ser e que tanto nos gera angústia. No entanto, no campo discursivo o **“nada”** pode ser preenchido com algo que esteja atrelado a formação imaginária do trabalhador, pois quando analisamos o advérbio juntamente com as demais materialidades lingüísticas do discurso encontramos seus efeitos de sentidos e, assim, a interpretação torna-se possível. Há a presença de duas significações importantes: o trabalho como constituinte de uma identidade clivada e a inatividade do trabalho como mecanismo de manutenção da ordem.

Em relação ao primeiro significado, analisamos as formações imaginárias que remetem à angústia que permeia a relação com a inatividade, uma vez que esse tipo de trabalho possibilita pouca realização tanto no sentido material (manual/físico) quanto no sentido imaterial (intelectual/cognitivo), produzindo um efeito de estranhamento do sujeito frente ao fazer. O fenômeno de estranhamento faz com que a atividade e seu resultado tornem-se estranhos ao sujeito e, portanto, são desprovidos de um sentido identitário, pois o sujeito não se reconhece naquilo que produz. Este significado está atrelado à monotonia e a aparente ociosidade no trabalho; um fazer-nada.

Ao fazer-nada, as características psicológicas necessárias para a execução do trabalho de vigilância fazem com que o sujeito necessite realizar a clivagem/divisão entre os fenômenos intrapsíquicos (pessoais) e os fenômenos do trabalho a fim de manter o controle de sua atenção que deve estar voltada para o trabalho e a manutenção da tarefa prescrita pela organização. Nesta ordem de suspensão dos afetos (desafetação) a possibilidade de ruptura da disciplina prisional deve ser o âmbito exclusivo de investimentos, impondo ao sujeito a objetivação de sua existência por meio da disciplina dos corpos. No entanto, nos momentos em que a objetivação é rompida o sujeito-trabalhador entra em contato com o real do trabalho. Nesse caso, a distração é o que mantém o trabalho numa condição humana e não mera reprodução da tarefa.

O outro significado estabelecido para o “**nada**” é revelado a partir da materialidade linguística como um fazer-nada-motivado, pois estar fazendo nada significa olhar para manutenção da ordem e antecipar o rompimento dela, “[...] articula-se a ideia técnica do exercício de um poder omnividente.” (FOUCAULT, 1797, p.215), isto é, o poder que exerce o controle por meio do aparelho visual, pois tudo vê. A corporiedade frequentemente mobilizada no fazer-trabalho é convidada a uma postura estática restringindo o corpo do trabalhador à acuidade de sua percepção. Nesse caso, o sujeito-trabalhador reconhece-se apenas por aquilo que ele vê e não pelo que faz.

Essa discussão corrobora para confirmar a hipótese inicial da pesquisa de que as situações de riscos a que estão submetidos e a característica do ofício (in)visível do trabalhador de “muralha” contribuem para sua própria exclusão social e, conseqüentemente, ocasiona conflitos na constituição de sua identidade. No entanto, ainda é necessário discutir as relações ideológicas e de saber-poder presentes nas relações do trabalho de muralha no sistema penitenciário.

As relações ideológicas sustentam identificações e assim pode haver uma apropriação de um saber-poder que é anterior ao sujeito. Ao assumir a função de agente de escolta e vigilância penitenciária o sujeito é inscrito na posição de agente de manutenção da ordem carcerária a partir do recurso à vigilância constante dos internos, conferindo-o a posição de poder dentro do espaço penitenciário. No entanto, a execução da atividade é direcionada por agentes externos ao espaço penitenciário que prescrevem as tarefas a serem desempenhas. Nesse caso, o agente externo liga-se à figura do Estado/empregador que normatiza aquilo que pode ou não ser feito pelo sujeito-trabalhador, tornando-o submisso a um poder externo. Duas relações de poder devem

ser consideradas: a relação entre trabalhador e interno e a relação entre trabalhador e Estado.

Na relação com o interno, o sujeito-trabalhador detém a posição de poder que é carregada de elementos ideológicos frente a posição de agente disciplinarizador. O trabalho torna-se adequado quando a integridade do corpo do interno é preservada, isto é, quando o controle simbólico frente ao preso é mantido apenas pela vigilância, sem a necessidade de outras intervenções do agente. Nesse caso, o sujeito-trabalhador continua invisível nas relações sociais.

A partir do fato de que a estrutura física prisional possibilita que o agente seja alvo de vigília do preso, torna o sujeito-trabalhador também submisso e vulnerável ao poder do interno. No entanto, o poder pode ser retomado pelo sujeito-trabalhador no momento que ocorre o rompimento da ordem carcerária, isto é, no real do trabalho quando o agente necessita desenvolver estratégias para contenção do risco e da ordem penitenciária por meio da engenhosidade (saber-fazer) conferindo a ele a posição de saber-poder dentro do espaço prisional, bem como a possibilidade de construção subjetiva no processo de trabalho.

No contato com o real, o sujeito-trabalhador tem a possibilidade de retomar o seu poder frente ao interno, colocando-o novamente no lugar de sujeito encarcerado, e também ao Estado. Uma vez que na prática as prescrições do trabalho são insuficientes para o desenvolvimento da atividade, as decisões devem ser tomadas por aqueles que estão diretamente ligados ao conflito, ou seja, os sujeitos-trabalhadores e não mais do Estado. O que confere a posição de saber-poder ao sujeito-trabalhador de muralha é o domínio técnico sobre o trabalho.

As formações imaginárias do sujeito em relação aos atores sociais apontam que quando a ordem penitenciária é mantida, a identidade do sujeito-trabalhador é apagada e, portanto, excluída socialmente. Quando a ordem é rompida, o aparecimento do sujeito se dá em torno de suas habilidades e engenhosidade (saber-fazer) no trabalho. Dessa forma, a identidade é vislumbrada pela oposição dos operadores objetivação/subjetivação e pelos paradoxos relativos ao reconhecimento no trabalho e a subversão à disciplina imposta pela tarefa, elementos que contribuem para a construção da identidade móvel do sujeito-trabalhador de muralha.

É importante destacar que as análises realizadas neste estudo visaram atender os objetivos propostos desta pesquisa. O olhar discursivo pautado na seleção dos recortes apresentados e nas bases teórico-metodológicas possibilitou uma análise particular neste

trabalho. No entanto, outros olhares em torno das formações identitárias do trabalhador de muralha são possíveis. A partir deste estudo esperamos desenvolver reflexões acerca da relação de trabalho no sistema penitenciário e sobre os processos de identificação dos sujeitos-trabalhadores a fim de fomentar questionamentos transdisciplinares sobre o tema abordado.

Temos a expectativa que as reflexões construídas ao longo desse estudo possam suscitar discussões acerca da relação de trabalho dos agentes de escolta e vigilância penitenciária que contribuam para a problematização dos riscos para a análise das tensões vivenciadas. Esperamos que tais questionamentos forneçam melhorias nas condições e organização do trabalho e, conseqüente, nos processos identitários desse trabalhador. Além disso, ansiamos provocar inquietações para a realização de estudos transdisciplinares sobre os processos de identidade e exclusão social de trabalhadores, em especial, dos agentes penitenciários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. A. **Filosofando**: Introdução à filosofia/ Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins, São Paulo: Moderna, 2009.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Editora Brasiliense, 1982.
- CODO, W. **O que é alienação**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.
- CODO, W.; TAVARES, M. Paranóia através do trabalho. In: CODO, W. (org). **O trabalho enlouquece?**: um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.
- _____. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.
- CORREIA, A. P. **Uma análise dos fatores de risco da profissão de agente penitenciário**: contribuições para uma política de segurança e saúde na gestão penitenciária. 2006. 66f. Monografia no curso de Especialização – *Lato Sensu* – Gestão Penitenciária: Problemas e Desafios – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, 2006.
- DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. & JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho** – Contribuições da Escola Djouriana à análise da relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1994.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DEJOURS, C.; BEGUÈ, F. **Suicídio e trabalho**: o que fazer. Brasília: Paralelo 15, 2010.
- DEJOURS, C. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap: EAES/FVG, 1999a.
- _____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999b.

_____. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. S. Lancman, & L. I. Sznclwar (orgs.). Brasília: Paralelo 15/ Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

_____. **A avaliação submetida à prova do real**. São Paulo: Blucher, 2008.

_____. **O Papel do Gestor na Organização do Trabalho**. 6º Congresso Internacional sobre Saúde Mental no Trabalho. Goiânia-GO. 23 de outubro de 2014. Anotação da palestra proferida pelo autor.

DOR, J. **Introdução à obra de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FADIMAN, J.; FRAGER, R. **Teorias da personalidade**. São Paulo: HARBRA, 1986.

FERNANDES, et al., Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 807-816, jun. 2002.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. & DREYFUS, H. **Michel Foucault**: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **A ordem do discurso**. 24ed. São Paulo, EDIÇÕES LOYOLA, 2014.

GUIMARAES, E. **Modalidade e argumentação linguística**. Campinas: UNICAMP, 1979. Tese de Doutorado.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, p. 117-122, jul./dez., 1990.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. **O seminário. Livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. O estádio de espelho como formador da função do eu. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO, 1996, p. 97-103.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, J. **Escritos** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 573-590.

_____. **O seminário. Livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LEÃO, Y. A. S. **Trabalho penitenciário: dos fios que tecem os discursos**. 2003. 125f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco: Centro de Ciências Sociais Aplicadas; 2003.

LOPES, R. Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. **Revista de La Unión Latinoamericana de Psicología**. n. o. ago, p. 3-8, 2002.

LOURENÇO, A. S. **O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. 2010. 226f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2010.

LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso: (RE)LER MICHEL PÊCHEUX HOJE**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, K. **O capital**. vol. 1. Livro Primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MCD AUGALL, J. **Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NARDI, F. S. de. Identidade, memória e os modos de subjetivação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos de português**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes; 2015a.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015b.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**/ Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1975.

_____. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1997.

PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. (Projetos Paralelos-NURC/SP). 2003.

ROCHA, C.; DAHER, M. D. C.; SANT'ANA, V. L. A. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. **Revista Polifonia**. Cuiabá, EduFMT, v. 8, n. 8, p. 161-180, 2004.

RUMIN, C. R. et al . O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília , v. 31, n. 1, p. . 188-199, 2011.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2011. **Institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e dá providências correlatas**. São Paulo, 2011. Disponível em:

http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/drho/leis/aevp/aevp_898_01.pdf.

Acesso em: 02 de julho de 2014.

SZNELWAR, L. Sobre estes textos da psicodinâmica do trabalho, algumas reflexões. In: **Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15/ Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, p. 45-54.

VASCONCELOS, A. S. F. **A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro**. 2000. 65f. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2000.

MEMORIAL

Caminhos, trajetos e (des)encontros: histórias que significam e (me) constituem...

É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse (FOUCAULT, 2014, p.6).

Nesse memorial sinto a necessidade de fazer um corte e um recorte sobre os papéis que venho desempenhando na minha vida pessoal-acadêmico-profissional. Primeiro porque minha memória afetivo-cognitiva impossibilita o acesso a etapas mais primitivas do meu desenvolvimento. Em segundo lugar, porque vinte e sete anos relatados em três ou quatro páginas só poderia ocorrer de modo recortado.

Por essas vias, inicio o relato de um fato marcante em minha vida quando eu contava com dez anos de idade: a separação de meus pais. Considero que esse fato tenha causado um grande impacto ao meu processo de amadurecimento psíquico. Até aquele momento eu partilhava dos cuidados e apoio de uma família nuclear composta por meu pai, o único provedor; minha mãe, estável dona-de-casa; meus dois irmãos adolescentes (Junior e Tiago) e eu ainda criança, permeada por meus conflitos infantis. Após esse fato, meu pai foi morar fora de casa e eu permaneci com minha mãe e irmãos.

Com o passar de dois anos, a situação financeira familiar começou a ficar difícil. Em busca de prover os cuidados financeiros da família, minha mãe decidiu tentar a vida fora do país, do outro lado do mundo, pois como pode ser observado por meio do meu sobrenome, sou descendente de família de origem japonesa e, naquela época, minha mãe era a única de seus doze irmãos que ainda não tinha tentando uma vida melhor no Japão. Recordo-me da proposta feita pelo meu pai: “você decide se quer ir com sua mãe ou ficar comigo, mas se ficar terá que terminar seus estudos”, já que a maioria dos familiares que tinham tentado a vida no outro país tinha abandonado os estudos e parecia não ser o mesmo caminho que meu pai queria pra mim. O apego aos estudos, mas, sobretudo, o apego ao meu pai fez com que eu optasse por permanecer no Brasil.

Os anos da minha adolescência que passei longe de minha mãe e, em especial, longe dos meus irmãos foram muito dolorosos. Sorte a minha que tinha um pai, uma tia paterna, duas primas e um primo que tentavam e, de certa forma conseguiam, suprir minhas necessidades emocionais, dúvidas e angústias que eram típicas da idade, mas que também eram potencializadas pela falta da minha família. Então, cursando a sétima série do ensino fundamental em escola pública, fui homenageada como a “melhor aluna” da sala de aula e, pela primeira vez, demonstrava a capacidade de sublimar minhas energias pulsionais (e meu sofrimento) em prol da atividade intelectual.

O ensino médio não foi marcado com grandes eventos, embora tivesse passado novamente alguns períodos junto à minha mãe e meus irmãos, a relação com este ensino possibilitou maior desenvolvimento intelectual. Estudava em escola particular com aulas diárias às manhãs e aulas vespertinas duas vezes por semana. Dedicava maior parte do meu tempo aos estudos. Não me considerava aluna “nerd”, todavia o esforço foi me ensinado como um princípio desde muito cedo e, por meio dele, eu desenvolvia minha vida escolar. Na turma da sala de aula, eu tinha contato com todos os tipos de alunos, desde os mais aplicados aos mais “descolados”. Fazíamos grupos de estudos e minhas amigas pediam para que eu as ensinasse as temidas “matérias de provas” de química, física, matemática, inglês e as demais disciplinas. Ainda sem o delineamento da minha carreira profissional, já me causava prazer a atividade de ensinar.

Ao final do ensino médio, identificada com meu irmão mais velho que me influenciava no processo de escolha profissional, prestei dois vestibulares em Universidades públicas na área de Secretariado Executivo e Relações Exteriores. Apenas a explicação de identificação com meu irmão me faz sentido, pois acredito que não tinha desejo em nenhuma dessas áreas. No entanto, o desejo sobre a escolha profissional ainda permanecia obscuro. Foi então, que junto a um amigo, André, decidimos nos inscrever no vestibular na área de Psicologia, nas Faculdades Adamantinenses Integradas, situada na minha própria cidade. Passamos no vestibular e iniciamos o curso.

Iniciei a graduação no ano de 2006, logo após terminar o ensino médio, e aos 17 anos eu estava na faculdade. Ah, a faculdade, quantas lembranças boas... Desde o começo do curso fui me identificando com a Psicologia. Era aluna assídua. Participava dos cursos, oficinas, palestras, encontros e, com muita satisfação, buscava sempre maiores conhecimentos. Nos primeiros anos tentei me aproximar das técnicas comportamentais. Tentei, com isso, ingressar no grupo de estudo da professora Dra. A.

Mariana Costa de Almeida que realizava experimentos com ratos de laboratório, todavia não tive sucesso nessa área. Acredito que o desejo de compreender os fenômenos inconscientes me direcionou ao contato com a Psicanálise. As situações novas sempre me despertaram um querer-aprender e um querer-fazer muito intenso. Foi também na graduação que, juntamente a minha colega de estudos e amiga, Ana Paula, realizei minha primeira palestra, sobre aspectos que permeiam a relação familiar, destinada ao grupo de pais de alunos do ensino fundamental.

No segundo ano da graduação, prestei o processo seletivo para estágio remunerado, fui aprovada e passei a estagiar no Núcleo de Psicologia da Faculdade (NUPFAI), lugar onde funciona a clínica-escola de Psicologia e responsável pelas demais áreas de estágio do curso. Os quase dois anos de estágio no NUPFAI foram de grande importância para meu desenvolvimento pessoal-acadêmico-profissional. Tive a satisfação de ter minhas práticas orientadas pela professora Me. Ana Vitória Salimon C. dos Santos que era a coordenadora do Núcleo (como carinhosamente chamávamos este lugar). Conciliei o estágio remunerado juntamente com as atribuições curriculares regulares da graduação. Lá realizava atividades de recepção de pacientes, monitoria de testes psicológicos, realização de relatórios, triagens de pacientes para a clínica-escola, entre outras demandas, e tinha a honra de ter contato amplo com os demais alunos do curso. Na ânsia de aprender cada vez mais, sempre pedia à professora Ana Vitória a indicação de livros e artigos para leituras de assuntos do meu interesse no campo da Psicologia. Peço licença à professora Ana Vitória, hoje minha colega de trabalho, para contar um relato que tivemos por e-mail há algumas semanas no qual ela referia que agora consegue compreender melhor o meu olhar na época de querer “compreender mais”.

Os estágios curriculares da graduação me direcionaram ainda mais à identificação profissional atual. Aqui realizo outro recorte e destaco os estágios na área de Psicologia do Trabalho e Psicologia Social, decorrentes no quarto e quinto ano, respectivamente, ambos supervisionados pelo professor Me. Cassiano Ricardo Rumin.

Iniciei o estágio em Psicologia do Trabalho numa das Penitenciárias do meu estado desenvolvendo a prática de plantão psicológico para os trabalhadores do sistema prisional. Na época, como ainda era estagiária remunerada do NUPFAI, também por meio do plantão psicológico e dos processos de triagens de pacientes, observava a presença de acometimentos na saúde mental que eram decorrentes das vivências nas relações de trabalho. Foi assim que propus aos professores Ana Vitória e Cassiano a

atender, também no Núcleo, a demanda de trabalhadores em sofrimento psíquico. Essas duas experiências, atreladas ao estudo dos processos, relações e condições de trabalho e às supervisões do professor Cassiano me direcionaram fortemente à identificação com as teorias do Trabalho. Eu mesma, enquanto estudante-trabalhadora, não me via mais fora dessa identificação.

No final do quarto ano, quando ainda atendia os trabalhadores do sistema prisional, recebi uma proposta para estágio remunerado na mesma Penitenciária, mas com o objetivo de prestar atendimento aos sujeitos encarcerados. Nesse momento, deparei-me com um grande conflito, pois optar por aprender uma nova área de atuação envolvia a necessidade de abandonar o atendimento aos trabalhadores, visto que as questões éticas me impediam de atender os dois grupos de sujeitos. Como o desejo de aprender algo novo era maior, aceitei o estágio remunerado e tive que elaborar o luto pelo abandono (temporário) aos sujeitos-trabalhadores.

Assim, no último ano da graduação, além do estágio na área clínica, realizava o estágio remunerado e institucional na Penitenciária, sob supervisão do professor Cassiano e da psicóloga da Unidade Silvia Yara Meconi. O contato com os sujeitos encarcerados foi me possibilitando maior conhecimento sobre o mundo das prisões e sobre o ser humano. Ainda carrego em minha memória afetiva a emoção do primeiro dia em que adentrei o espaço carcerário; a primeira vez que eu mesma pude desfrutar do olhar pela estrutura panóptica e da muralha penitenciária. Acredito que essa experiência tenha influenciado diretamente nesta pesquisa de mestrado. Na época, participei do Congresso de Iniciação Científica da FAI e recebi os prêmios de “menção honrosa” pelas apresentações dos trabalhos intitulados: “*A Atenção à Saúde Mental dos Trabalhadores do Sistema Prisional*” (em 2009); “*A Atenção à Saúde Mental aos Sentenciados de Regime Fechado: Um relato de experiência*”; “*A prática de atenção psicológica aos sentenciados do sistema prisional: relato de experiência*”.

Ao final do curso de Psicologia, ainda confusa sobre a projeção profissional cogitei a ideia de iniciar o mestrado. No entanto, ainda não me sentia preparada para essa empreitada. Já inteiramente identificada com a área de Trabalho, decidi prestar o aprimoramento multiprofissional da USP na área de Saúde e Trabalho. Foram longos dias de dedicação aos estudos e, ao final de muito esforço, fui aprovada em quarto lugar na primeira etapa do processo seletivo e na segunda etapa permaneci na lista de espera dada a limitação de vagas oferecidas. Assim, um dos sonhos prestes a ser realizados

teve que ser abandonado. Confesso que demorei algum tempo para elaborar essa projeção tão importante.

Nos primeiros meses que me encontrava recém-formada permaneci estudando e tentando me inserir no mercado de trabalho. Realizei alguns concursos públicos, os quais eu fui aprovada, mas ainda esperava a nomeação. Em maio de 2011, mudei-me para a cidade de Três Lagoas após proposta de trabalho na área social. Permaneci três meses trabalhando como psicóloga de um dos CRAS (Centro de Referência à Assistência Social) do município, lugar de muitos afetos compartilhados e saudosas lembranças. Sai do CRAS porque visualizei a oportunidade de trabalhar com a demanda de saúde do trabalhador numa empresa de construção civil alocada na mesma cidade.

Nessa empresa, fui contratada como Psicóloga do Trabalho e desenvolvia atividades junto ao setor de SSM (Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente). Os oito meses que permaneci nessa atividade, mais uma vez, me possibilitaram maior conhecimento sobre as relações de trabalho. Lembro-me que minha primeira experiência profissional neste lugar foi observar, por um longo dia de sol, a obra que envolvia a construção de uma chaminé. O contato com a construção civil me proporcionou algumas noções sobre engenharia, foi lá que passei a entender a diferença entre pilar e estaca; também fui agraciada com o conhecimento de alguns nomes dos equipamentos utilizados na obra, um dos meus preferidos era a perfuratriz; normas de segurança e aspectos ligados ao meio ambiente, mas, sobretudo, me possibilitou o aprendizado prático sobre a organização do trabalho e o contato direto com os trabalhadores, já que meu trabalho envolvia o cuidado da saúde dos trabalhadores com atividades de prevenção de acidentes de trabalho, acompanhamento médico decorrente de situações de acidentes, plantão psicológico, realização de campanhas e palestras sobre saúde e relacionamento interpessoal.

Após um ano residindo em Três Lagoas, período em que os estudos ficaram adormecidos devido às atribuições laborais, fui nomeada no concurso público da Secretaria de Administração Penitenciária para o cargo de psicóloga. Nesse momento alguns conflitos se instalaram: primeiramente, o gerente da empresa em que eu trabalhava ofereceu-me a extensão do meu contrato de trabalho para uma obra que seria realizada no estado do Maranhão; o outro conflito se deu porque eu havia me inscrito num outro concurso público na cidade de Ilha Solteira para psicóloga do CEREST (Centro de Referência à Saúde do Trabalhador) e a realização da prova seria na mesma data da posse do concurso da SAP. Optando pela estabilidade do emprego e pela

possibilidade de realizar uma pós-graduação, decidi assumir o concurso da SAP, onde iniciei minhas atividades em 02 de maio de 2012.

No mesmo ano também iniciei a pós-graduação *lato sensu* na área de Psicologia da Saúde na FAI e, novamente, direcionei as atividades práticas para a área de saúde do trabalhador com o atendimento psicológico aos sujeitos com acometimento psíquico decorrente de situações de trabalho e acidentes ocupacionais. Ao final da especialização realizei meu trabalho de conclusão intitulado “Aspectos da prática clínica em psicologia dirigida à reabilitação de trabalhadores” no qual foi discutido um estudo de caso sobre o atendimento psicológico dirigido a uma trabalhadora que sofreu mutilação de membros.

No final do mesmo ano tinha realizado uma aula-teste para a vaga de professor no curso de Psicologia da Associação de Ensino do Mato Grosso do Sul (AEMS) em Três Lagoas, todavia não fui chamada para a vaga naquela ocasião. No ano seguinte, após o término da especialização fui convidada a lecionar no mesmo espaço e iniciei essa experiência profissional. Nesse período, trabalhava de segunda à quarta de manhã na Penitenciária e de quarta à noite a sexta-feira na AEMS.

Essa experiência profissional me trouxe muita gratificação. Primeiro, tive como chefe, minha amiga Priscila Zanardi Favaretto. Conheci várias pessoas e junto aos demais professores participávamos de um coletivo de trabalho baseado no apoio mútuo e no amor à formação em Psicologia. Em meados de 2013, surgiu uma nova vaga para docente na FAI, junto ao curso de Psicologia e na disciplina de Psicologia do Trabalho, a qual ao prestar o processo seletivo fui aprovada e passei a dividir meu tempo de trabalho entre a Penitenciária, AEMS e FAI.

Com essas duas experiências profissionais como docente, o desejo de realizar a pós-graduação *stricto sensu* foi sendo amadurecido. A escolha pelo mestrado em Letras na UFMS se deu por influência da minha amiga Priscila que já estava participando do programa, pelo apoio de meu antigo supervisor e agora também coordenador Cassiano e pela otimização do tempo, visto que eu já viajava para Três Lagoas toda semana. Foi então que me inscrevi no processo seletivo deste mestrado.

Lembro-me que a data da prova de línguas cairia na mesma data em que eu iria viajar com minhas amigas para Buenos Aires. Foi então que um novo conflito se instalou: prestar a prova do mestrado ou viajar para a Argentina? Mais uma vez minha escolha foi permeada pela aspiração profissional e, deixando de lado minha satisfação imediata, decidi cancelar minha viagem e prestar o processo seletivo.

As três fases do processo seletivo foram realizadas com grande esforço. Na primeira fase fiquei em dúvida na escolha da língua e optei pelo espanhol. Na fase seguinte realizei o estudo das referências bibliográficas, as quais nunca tinha tido contato prévio. Na última fase, que envolvia a análise do projeto de pesquisa e o do currículo, tinha realizado um projeto pensando nas pesquisas realizadas por este grupo de pesquisa da Universidade envolvendo os grupos indígenas, o discurso jurídico e a relação de trabalho dessa população, pois uma vez identificada com área de Trabalho não podia mais abrir mão do olhar frente aos sujeitos-trabalhadores.

No entanto, no dia da avaliação senti que o meu projeto estava sendo direcionado apenas para a aprovação no programa, e mesmo que envolvesse a relação com o trabalho, ainda não estabelecia identificação pessoal. Assim, decidi expor esse conflito à banca de avaliação composta pela profa Celina, profa. Claudete e a profa. Vânia. Conteí a elas que não tinha o desejo de pesquisar a questão indígena, mas sim os processos de identificações e exclusões do trabalhador do sistema penitenciário. Ao final da entrevista senti que tinha feito a escolha certa ao expor esse meu conflito e aguardei o resultado da aprovação de maneira tranquila...

Em 2014, iniciaram-se as aulas do mestrado. Naquele ano refiz o meu projeto de pesquisa e cursei 18 créditos distribuídos em 5 disciplinas. Em *Tópicos Especiais em Estudos Linguísticos*, disciplina ministrada pela professora Vânia Maria Lescano Guerra, foi quando ocorreu o primeiro encontro com as teorias linguísticas. O estudo da teoria saussureana possibilitou a compreensão de linguagem enquanto fenômeno social e do papel ativo dos sujeitos na evolução dos signos linguísticos, podendo delinear meus primeiros passos para os estudos linguísticos enquanto condições históricas e sociais de desenvolvimento.

Na disciplina *Teorias da Linguagem*, ministrada pelas professoras Aparecida Negri Isquerdo, Elizabete Aparecida Marques, Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, Claudete Cameschi de Souza, Vânia Maria Lescano Guerra, foi apresentado o percurso histórico das correntes teóricas dos estudos da linguagem do Estruturalismo ao Gerativismo, Funcionalismo, Sociolinguística, Teorias da Enunciação, até chegar à Análise do Discurso. O panorama das teorias linguísticas foi importante para que eu pudesse apr(e)ender os conceitos e ideias desta área de conhecimento, a qual estava me inserindo.

Em *Linguística Aplicada*, disciplina ministrada pela doce e rígida professora Celina; doce na delicadeza e na postura humana frente ao trato com o próximo; rígida

frente ao cronograma de aula e as avaliações dos alunos. Entre tantas leituras, o livro *Palavras incertas: as não coincidências do dizer* de Authier-Revuz (1998) marcou esta disciplina; tanto pela densidade da leitura, quanto pela riqueza de conceitos apr(e)endidos como a noção de heterogeneidade, o interdiscurso e a opacidade do dizer permeada pelo inconsciente (o “Outrão”, como chamávamos entre os colegas). Esta base teórica foi imprescindível para a compreensão do papel da Psicanálise na AD e o estudo sobre a teoria lacaniana, ainda prematura para mim, possibilitou o desejo de não abandonar os conceitos psicanalíticos, já adquiridos no curso de Psicologia, na construção desta pesquisa.

Em *Análise do Discurso*, ministrada pela professora Vânia, estudamos o (per)curso teórico-metodológico da AD; desde a AAD69 à consagração da AD francesa, de Pêcheux à Foucault, passando pelo encontro com demais teóricos como Spinoza, Althusser e Lacan. No estudo da AD encontramos conceitos necessários para a construção do capítulo teórico desta pesquisa como a noção de interdiscurso, o já-dito, formação imaginária, formação ideológica e formação discursiva. Ainda, a ideia de que as palavras mudam de sentido conforme a posição ocupada pelos sujeitos (PÊCHEUX, 1975) possibilitou situar o sujeito do corpus desta pesquisa na posição de sujeito-trabalhador e, por meio dela, analisar os sentidos de seus dizeres.

Na disciplina *Políticas Linguísticas*, ministrada pela professora Claudete, tivemos o prazer de estudar alguns fenômenos linguísticos que contribuem para o desenvolvimento de determinadas políticas linguísticas, assim como as questões de identidade linguística e os processos de (in/ex)clusão advindos da língua. O estudo das teorias linguísticas foi denso, porém conhecer e estudar uma nova área teve uma configuração importante no meu desenvolvimento acadêmico-profissional. Foi um período de amadurecimento teórico com vastas leituras que serviram de base para (re)pensar a prática escrita e a construção desta dissertação.

Ao final do referido ano iniciei a coleta do corpus por meio das entrevistas com os trabalhadores (AEVPs) do Estado de São Paulo. Esta experiência estará em mim para sempre. A cada dizer dos trabalhadores me surpreendia com suas relações com o trabalho e expandia meu desejo de compreendê-los cada vez mais. Após as oito entrevistas coletadas, o ir e vir percorrido no Estado de São Paulo para a realização da pesquisa, iniciei o processo de transcrição das entrevistas.

Neste ano de 2015, por questões de tempo, tive que deixar de lecionar na AEMS. No primeiro semestre ainda cursei a última disciplina no mestrado *Processos de*

Referenciação, também ministrada professora Celina, perfazendo um total de 22 créditos no programa. Além da teorização sobre as questões de referência, esta disciplina propunha a execução de vastos exercícios práticos de análise do *corpus* de pesquisa possibilitando trocas entre os olhares analíticos dos colegas-alunos e da professora Celina que foram imprescindíveis ao processo de análise desta dissertação.

Nestes dois anos também participei de congressos, seminários e encontros internos e externos que foram de extrema importância para o amadurecimento e construção desta pesquisa. Em 2014, o evento intitulado *II Encontro de grupos de pesquisa em Letras e Linguística do Centro-Oeste* ocorrido na UFMS, campus de Três Lagoas, foi o primeiro encontro de pesquisa em linguística, onde apresentei o projeto de pesquisa de mestrado.

No ano seguinte, a divulgação da pesquisa e o conhecimento compartilhado puderam ser mais expandidos por meio dos seguintes eventos: *3ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso* e *2º EIID - Encontro Internacional da Imagem em Discurso* – Maringá-PR; *63º. Seminário do GEL* – Campinas-SP; *IX Seminário de Saúde do Trabalhador e VIII Seminário “O Trabalho em debate”: Terceirização, Precarização e Agravos à saúde dos trabalhadores* – Franca-SP; *VI Seminário de pesquisa “Identidade e Discurso”* – Campinas-SP; *VII SEAD – A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas* – Recife-PE; *V CONGRESSO DE PESQUISA CIENTÍFICA DA FAI* – Adamantina-SP.

Nesse período também não abri mão das inquietações em relação à saúde do trabalho. Ministrei as disciplinas de Psicologia de Trabalho e Estágio Supervisionado em Psicologia do Trabalho e, no meio de tantas atribuições, arrumei tempo para os congressos na área como o *I Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Centro Oeste Paulista: Formação e Práticas Profissionais (CPOT COP 2014)* em Bauru-SP e o *6º Congresso Internacional de Saúde Mental no Trabalho* em Goiânia-GO, onde tive o prazer de presenciar a palestra de Christophe Dejours e abraçá-lo para uma foto de recordação ao final do evento.

O encontro com professoras de renome como Freda Indursky e Maria José Coracini, me trouxeram vastas emoções e o desejo de conhecer/aprender mais e mais. Nesses caminhos, uma figura tornou-se essencial para esta pesquisa, a professora Luciene Jung de Campos, que já no encontro do JIED encorajou-me a realizar a interface entre a AD e a teoria da psicodinâmica do trabalho, constituindo-se assim as bases teórico-analíticas desta pesquisa.

No entanto, faz-se necessário relatar um acontecimento dado esse ano em minha vida. Peço licença para o leitor, pois o assunto envolve uma tragédia acontecida, mas que direciona desde então um sofrimento (in)dimensionado e que se refere à perda do meu irmão Tiago num acidente de carro. Nesse momento me faltam palavras e o que vem é emoção (...) aguardo alguns minutos... horas... dias... e retorno a escrever. Mas, qual é a história que quero contar frente a essa dor? Falar seria uma boa escolha? Denegar e tentar seguir a vida não seria melhor? Nesse momento estou permeada pela falta do dizer e pela falta de sentido, assim, só tenho condições de silenciar-me...

Após alguns meses de paralisia consegui continuar com meus trabalhos acadêmicos e profissionais. A escrita dessa dissertação causou-me muitas angústias permeadas pela insegurança que envolve o próprio movimento de escrita e pela oscilação de sentidos atribuídos a esse trabalho, mas, sobretudo, pelo sofrimento decorrente da perda do meu irmão, pela sua falta, pela falta de um pedaço meu que está inscrita daqui em diante pra toda minha vida... Decidi então continuar, mesmo com a vagareza que envolve o processo de elaboração, decidi continuar o sonho de ser mestre, continuar o desejo de compreender o *cópus* da minha pesquisa, os processos de identificação dos trabalhadores, a relação de poder vivenciada, seus medos, seus prazeres...

Diante de todo o caminho percorrido e relatado de maneira recortada neste memorial, só posso dizer que fiz o melhor de mim e espero ter feito o melhor para esta pesquisa... Aguardo, já de maneira agraciada, as contribuições dos integrantes da banca de qualificação para que, por meio da cooperação e do olhar do outro, eu possa finalizar meu trabalho...

**Anexo nº. 1: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da SAP – Secretaria de
Administração Penitenciária**



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Comitê de Ética em Pesquisa
Gabinete e Assessorias

PARECER CONSUBSTANCIADO CEP/SAP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Pesquisador (a): Evelyn Yamashita Biasi

Área Temática: Ciências Humanas

Título da Pesquisa: "Processos Identitários do Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária: O Trabalho nas Muralhas".

Instituição Proponente: UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Instituição Coparticipante: SAP

Patrocinador Principal: não há.

Versão: 01

CAAE: 38970514.9.3001.5563

DADOS DO PARECER

Número Protocolo CEP/SAP: 028/2014

Número do Parecer Plataforma Brasil:

Data da Relatoria: 11/12/2014

Apresentação do Projeto:

A apresentação do Projeto está adequada à proposta pesquisa e ao tema. Todos os termos de apresentação estão adequados.

Objetivo da Pesquisa:

Divide-se em dois, primário e secundário. Primeiramente objetiva compreender a constituição do processo identitário relacionado ao trabalho dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVPs). Num segundo momento irá investigar analisar e descrever sua atuação voltada para a questão da invisibilidade do trabalho de "muralha" e a influência na formação da identidade do agente, reconhecendo as relações de trabalho no sistema penitenciário e as resistências desenvolvidas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Entende a pesquisadora que não haverá riscos, fato este que não há como concordar, pois haverá entrevistas, por conseguinte, contato direto com os agentes em busca dos efeitos causados pela profissão. Assim, existe risco, a pesquisadora chega mensurar no item Riscos/Desconfortos do TCLE, que as garantias advém de medidas protetoras resguardadas na pesquisa, que o acesso aos dados ocorrerão apenas pela pesquisadora e sua orientadora, e qualquer desconforto durante a entrevista, os cuidados serão tomados para atender as necessidades do sujeito. Prevê o direito de

Rua Líbero Badaró, 600 5º andar Cep – 01008-000/SP
Tel(11) 3775-8108 email: comitedeetica@sap.sp.gov.br



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Comitê de Ética em Pesquisa
Gabinete e Assessorias

interrupção por parte do entrevistado a qualquer momento, porém, não há maiores detalhes de quais medidas serão tomadas em caso de alguma intemperança.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Entende a pesquisadora que não haverá riscos, fato este que não há como concordar, pois haverá entrevistas, por conseguinte, contato direto com os agentes em busca dos efeitos causados pela profissão. Assim, existe risco, a pesquisadora chega mensurar no item Riscos/Desconfortos do TCLE, que as garantias advêm de medidas protetoras resguardadas na pesquisa, que o acesso aos dados ocorrerão apenas pela pesquisadora e sua orientadora, e qualquer desconforto durante a entrevista, os cuidados serão tomados para atender as necessidades do sujeito. Prevê o direito de interrupção por parte do entrevistado a qualquer momento, porém, não há maiores detalhes de quais medidas serão tomadas em caso de alguma intemperança.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Quanto aos Termos de apresentação obrigatória a pesquisadora forneceu corretamente a documentação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), traz de forma sucinta o necessário e a linguagem é clara, garantindo o direito de saída da entrevista a qualquer momento por parte do entrevistado, bem como, dá-lhe opção quanto a concordar ou não com publicação dos resultados da pesquisa. Também no item 5 - METODOLOGIA, define as unidades penitenciárias que serão palco da realização da pesquisa: Hortolândia II; Lucélia; Pacaembu; Presidente Bernardes; Presidente Venceslau I; São Paulo; Parelheiros; Tremembé; e Valparaíso.

Recomendações:

Quanto aos riscos, deixar mais clara as medidas a serem adotadas no caso de imprevistos surgidos durante a entrevista ou que venham advir de tal fato para com o entrevistado. Por tratar de 8 (oito) pessoas o tamanho da amostragem, talvez seja prudente reduzir o número de unidades.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Compulsando a documentação apresentada, o trabalho está adequado, excetuando as recomendações supramencionadas, as quais não interferem na proposta, apenas para adequações, motivo pelo qual está em condição de aprovação, inclusive por tratar de um trabalho cujo resultado pode contribuir a melhorar o processo de formação e preparo dos agentes de escolta e vigilância do Sistema Prisional Paulista.

PARECER DO COLEGIADO

Apresentado a este Comitê para análise segundo normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (12/12/12), foi considerado:



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Comitê de Ética em Pesquisa
Gabinete e Assessorias



APROVADO



PENDENTE



REPROVADO

São Paulo, 11 de dezembro de 2014

Profª. Fátima França

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-SAP
Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo

Para atendimento do inciso VII do artigo 11 da Resolução SAP nº 083 de 22 de abril de 2010 e alterações posteriores, autorizo a realização da pesquisa proposta, com fundamento no Parecer Consubstanciado nº 018/2014 e desde que observados os procedimentos abaixo descritos:

- I** – prévio agendamento de data e horário com a Direção da Unidade Prisional;
- II** – rigoroso atendimento às regras de segurança e disciplina;
- III** – concordância expressa do (a) preso (a) ou servidor (a) a ser entrevistado;
- IV** – autorização judicial nos casos de imagem ou entrevista com presidiário (a).
- V** - Encaminhe-se cópia deste parecer ao **Coordenador da Coordenadoria das Unidades Prisionais das Regiões Oeste, Central, Coremetro, Corevali e Diretores da Unidades Prisionais de Hortolândia II, Penitenciária de Lucélia, Pacaembu, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau I, Parelheiros, Tremembé e Valparaíso.**

Gabinete do Secretário, 11 de dezembro de 2014.

Dr. Lourival Gomes

Secretário de Estado
Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo

Rua Líbero Badaró, 600 5º andar Cep – 01008-000/SP
Tel(11) 3775-8108 email: comitedeetica@sap.sp.gov.br

Anexo nº. 2: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

De: CPQ/PROPP

Para: Evelyn Yamashita Biasi

Assunto: ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

CI Nº 2619/2015

Data: 23/11/2015

Título: O TRABALHO NAS "MURALHAS": ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Proposta/Área:

Período: 01/03/2014 à 30/12/2015

Unidade de Origem: PPGL - Programa de Pós-Graduação em Letras

Unidade Geral: CPTL - Câmpus de Três Lagoas

Nº SIGProj: 191005.847.220707.24112014

Nº Protocolo :

Prezado(a) Senhor(a)

CONSIDERANDO QUE O PROJETO FOI APROVADO PELO COLEGIADO DE CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, O PARECER É FAVORÁVEL AO SEU CADASTRO.

SITUAÇÃO: Proposta recomendada - EM ANDAMENTO - NORMAL

Edson Rodrigues Carvalho
Coordenador de Pesquisa
PROPP - Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

Anexo nº. 3:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Tempo de serviço:

Região que desempenha suas funções:

1. Como é o seu cotidiano de trabalho? Como executa as tarefas do trabalho?
2. O que te motivou a prestar esse trabalho?
3. Existe algum equipamento indispensável para a execução do trabalho?
4. Você acredita que o uso de arma de fogo é indispensável para o trabalho do AEVP? Por quê?
5. Você acredita que seu trabalho é indispensável para o Sistema Penitenciário? Por quê?
6. O modo como você executa seu trabalho interfere em demais funções dentro do Sistema Penitenciário? Como?
7. Como é o relacionamento (o trato) com os demais colegas de trabalho?
8. Existe alguma rede de apoio aos conflitos pessoais ou do trabalho vivenciada no espaço de trabalho? Como se dá?
9. Você considera o trabalho do AEVP como um trabalho “invisível”? (A impressão que eu tenho é que vocês conhecem todos, mas poucos os conhecem).
10. Você considera alguma semelhança (ou diferença) entre o trabalho do AEVP e da Polícia Militar?
11. Existem normas para ser seguidas na execução do seu trabalho? Como são? Elas são eficazes?
12. Como são os mecanismos de segurança/proteção pessoais necessários para a execução do seu trabalho?
13. Fora do seu ambiente de trabalho você realiza algum mecanismo de segurança/proteção para você ou sua família?
14. O trabalho te impede de desenvolver alguma função social?
15. Como é ser um “trabalhador de muralha”? (Como você se sente?)

16. O trabalho humano desenvolvido pelo guarda de muralha poderia ser substituído por algum dispositivo tecnológico de segurança? Por quê?
17. Você almeja algum tipo de trabalho diferente do que você executa? Qual seria?
18. Você já vivenciou algum momento de tensão ocasionado pelo desenvolvimento do seu trabalho? Como?
19. Existe algum risco no desenvolvimento do trabalho com a população carcerária? Quais seriam?
20. Qual a importância do seu trabalho para a sociedade?

Anexo nº. 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Conselho Nacional de Saúde)

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: *PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA: O TRABALHO NAS “MURALHAS”*, sob a responsabilidade da pesquisadora **EVELYN YAMASHITA BIASI**, RG nº 33.032.083-X.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do sujeito ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

A pesquisa:

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a constituição do processo identitário decorrente das relações com o trabalho vivenciadas pelos agentes de vigilância e escolta do sistema penitenciário. Para tanto, o estudo visa investigar como os riscos pessoais e as formas de invisibilidade do trabalho de “muralha” influenciam na formação dos processos identitários desse trabalhador; analisar as formas de reconhecimento no trabalho e as representações do trabalhador frente ao ideário social que envolve os pares, os internos e a sociedade geral e; descrever as relações ideológicas e de saber-poder presentes nas relações de trabalho do sistema penitenciário, bem como as resistências desenvolvidas pelos trabalhadores.

Procedimentos:

Após aceitação do sujeito para participação na pesquisa, a pesquisadora irá até a instituição a qual o sujeito realiza suas funções para realizar a entrevista. É importante ressaltar que o ambiente destinado para a entrevista, dentro do espaço físico da instituição, deverá possibilitar que sua realização não ocasione prejuízos ao entrevistado e à entrevistadora.

O participante será convidado a relatar sobre o desenvolvimento de suas funções de trabalhos, os possíveis conflitos existentes e a relevância social do mesmo em um encontro ou mais, caso seja necessário, para que seja possível o conhecimento das

atividades realizadas por estes profissionais nas penitenciárias e para que conseguimos estabelecer compreensão da constituição do processo identitário decorrente das relações com o trabalho vivenciadas pelos agentes de vigilância e escolta do sistema penitenciário, conforme o objetivo geral desta pesquisa.

Essa entrevista será gravada depois da assinatura dessa autorização e a participação se fará de forma anônima.

Riscos/desconfortos:

Acredita-se que os entrevistados não sofrerão qualquer risco, visto que as medidas protetoras serão resguardadas nesta pesquisa. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Caso haja algum desconforto durante a entrevista, todos os cuidados serão tomados para atender às necessidades do sujeito. O mesmo também poderá optar interromper a entrevista a qualquer momento, visto que a pesquisadora prestará acolhimento e assistência ao sujeito, no âmbito da intervenção de entrevista, caso for necessário.

Liberdades/garantias:

O participante terá o direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo, sem quaisquer prejuízos, ou seja, o mesmo não sofrerá quaisquer sanções ou constrangimentos. Da mesma forma, o participante poderá entrar em contato com o comitê de ética de pesquisa a qualquer momento, para tomada de medidas cabíveis.

Sigilo/anonimato:

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Desta forma, o sigilo das informações e o anonimato do sujeito resguardarão os preceitos éticos.

Despesas:

A pesquisa será realizada na instituição em que o sujeito desenvolve suas funções, visto que dessa forma não terá nenhuma despesa na participação nesta pesquisa.

Publicação:

Informamos que o resultado final da pesquisa poderá ser publicado em revistas da área, colaborando, assim, na construção do conhecimento teórico-científico e na melhoria na viabilização de atuação desta natureza.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como sujeito, da pesquisa *PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA: O TRABALHO NAS “MURALHAS”*. Ressalto que fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora EVELYN YAMASHITA BIASI sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Ainda, foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me atinja com qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que (☐) concordo / (☐) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do participante

Eu, EVELYN YAMASHITA BIASI, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito/representante legal para a participação na pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora

Anexo n. 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (SAP)

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária- CEPSAP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Nome do Voluntário: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____ Cidade: _____ CEP: _____

E-mail: _____

As Informações contidas neste prontuário foram fornecidas por **Evelyn Yamashita Biasi – UFMS CPTL e Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento**, objetivando firmar acordo escrito mediante o qual, o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

1.Título do Trabalho:

PROCESSOS IDENTITÁRIOS DO AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA
PENITENCIÁRIA: O TRABALHO NAS “MURALHAS”

2.Objetivo(s):

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a constituição do processo identitário decorrente das relações com o trabalho vivenciadas pelos agentes de vigilância e escolta do sistema penitenciário. Para tanto, o estudo visa investigar como os riscos pessoais e as formas de invisibilidade do trabalho de “muralha” influenciam na formação dos processos identitários desse trabalhador; analisar as formas de reconhecimento no trabalho e as representações do trabalhador frente ao ideário social que envolve os pares, os internos e a sociedade geral e; descrever as relações ideológicas e de saber-poder presentes nas relações de trabalho do sistema penitenciário, bem como as resistências desenvolvidas pelos trabalhadores.

3. Justificativa:

Esta pesquisa justifica-se a partir do pressuposto de que o trabalho nas muralhas carrega características de invisibilidade que contribuem para a exclusão social e consequentemente para a constituição da identidade desse trabalhador. Observa-se por meio da literatura que não existem estudos atuais que tratem o tema e o proposto possibilitará a compreensão da relação de trabalho que contribuirá para o entendimento dos processos identitários desse trabalhador.

4. Método:

Após aceitação do sujeito para participação na pesquisa, a pesquisadora irá até a instituição a qual o sujeito realiza suas funções para realizar a entrevista. É importante ressaltar que o ambiente destinado para a entrevista, dentro do espaço físico da instituição, deverá possibilitar que sua realização não ocasione prejuízos ao entrevistado e à entrevistadora. O participante será convidado a relatar sobre o desenvolvimento de suas funções de trabalhos, os possíveis conflitos existentes e a relevância social do mesmo em um encontro ou mais, caso seja necessário, para que seja possível o conhecimento das atividades realizadas por estes profissionais nas penitenciárias e para que conseguimos estabelecer compreensão da constituição do processo identitário decorrente das relações com o trabalho vivenciadas pelos agentes de vigilância e escolta do sistema penitenciário, conforme o objetivo geral desta pesquisa. Essa entrevista será gravada depois da assinatura dessa autorização e a participação se fará de forma anônima.

5. Desconforto ou Riscos Esperados:

A entrevista só será realizada após autorização prévia de participação pelo entrevistado de forma individual e o mesmo também poderá optar por interromper a entrevista a qualquer momento. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora, sendo assim, acredita-se que o entrevistado não sofrerá qualquer risco, visto que as medidas protetoras serão resguardadas nesta pesquisa. Caso haja algum desconforto emocional durante a entrevista, todos os cuidados serão tomados para adequar o procedimento às suas necessidades, ou, interromper a pesquisa para atendê-lo. Os pesquisadores o ajudarão no que for necessário, sendo responsáveis pelo acompanhamento e assistência do participante.

6. Informações:

O participante poderá receber respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos benefícios e outros assuntos relacionados com pesquisa, em qualquer momento. Também o pesquisador responsável assume o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade do indivíduo em continuar participando.

7. Métodos Alternativos (se existirem):

Não haverá.

8. Retirada do Consentimento:

O participante terá o direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo, sem quaisquer prejuízos, ou seja, o mesmo não sofrerá quaisquer sanções ou constrangimentos. Da mesma forma, o participante poderá entrar em contato com o comitê de ética de pesquisa a qualquer momento, para tomada de medidas cabíveis.

9. Aspecto Legal:

Os aspectos legais ancoram-se nas diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

10. Garantia do Sigilo:

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Desta forma, o sigilo das informações e o anonimato do sujeito resguardarão os preceitos éticos.

11. Formas de Ressarcimento das Despesas decorrentes da Participação na Pesquisa:

Acredita-se que não haverá custos para o participante, pois a coleta dos dados se dará no local de trabalho do mesmo. No entanto, caso haja alguma imprevisto e o participante tiver algum custo na participação será ressarcido pelo pesquisador.

12. Local da Pesquisa:

As Unidades Penitenciárias pretendidas para a realização da pesquisa são: Hortolândia

II; Lucélia; Pacaembu; Presidente Bernardes; Presidente Venceslau I; São Paulo – Parelheiros; Tremembé; Valparaíso.

13. Nome Completo e telefone do Pesquisador:

Evelyn Yamashita Biasi, telefone 1881059022 ou 18997974844, email: evelynbiasi@gmail.com

14. Endereço do Comitê de Ética SAP:

Endereço do Comitê de Ética do CEPSAP: Rua Líbero Badaró, 600 5º andar Centro – Cep 01008-000/São Paulo. Tel(11) 3775-8108 e-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

15. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmo que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

* Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito.

São Paulo, ____ de _____ de 201__.

Nome (por extenso): _____

Assinatura: _____

1ª via: Instituição

2ª via: Voluntário